

SESSÕES DO PLENÁRIO

32ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de abril de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Leitura do Requerimento ao presidente da Assembleia.

(Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, do art. 92, do Regimento Interno, requer a convocação de Sessão Extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o projeto de lei nº 20.225/2013, de autoria do Poder Executivo. Sala das Sessões.”*

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ivana Bastos, comunicando sua ausência na Sessão Itinerante, em Juazeiro, no dia 04/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 28/02, 04 e 11/03/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Superintendente Regional do Incra, Dr. Luiz Gugê Santos Fernandes, dando conhecimento a esta Casa Legislativa dos votos de felicitações à Deputada Fátima Nunes, pela passagem do seu aniversário.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Para iniciar, o deputado Herbert Barbosa pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, o que nos traz, mais uma vez, à tribuna desta Casa é um assunto por demais abordado, a questão da violência, deputado Gaban, no Estado da Bahia.

Não sei se está ficando mais constrangedor para os deputados abordarem tanto essa questão da falta da segurança pública ou se está ficando mais constrangedor para o Estado, se é que o Estado ainda tem algum constrangimento em relação à falta de segurança pública para os baianos.

Quero me reportar à matéria constante, hoje, no Jornal *A Tarde*, que traz a notícia de que na cidade de Barreiras, 38 detentos fugiram da carceragem pública no último final de semana. Dentre esses bandidos, está o assassino do padre Renan, assassinado no município de Angical. Portanto, a cidade de Barreiras e região encontram-se hoje sob ameaça de 38 presos, 38 detentos que fugiram da cadeia pública. Para registrar, com capacidade para abrigar 28 presos, no momento da fuga existiam 113 detentos na cadeia pública de Berreiras.

Portanto, o Estado da Bahia literalmente está perdendo a guerra, se é que não já perdeu, para o crime, para os bandidos. Da matéria do Jornal *A Tarde*, quero apenas ler uma parte que diz:

(Lê) “Segundo os agentes de plantão no momento da fuga, só um monitor do sistema de monitoramento da carceragem funcionava, ainda assim de forma precária.”

O Estado tem se descuidado imensamente dessa questão que tem sido constantemente levantada aqui por todos, é uma preocupação de todos. Hoje, a grande preocupação na vida dos baianos é a questão da segurança pública.

Mais uma vez volto aqui para cobrar do governo do Estado a construção do presídio no município de Barreiras. No ano de 2010, o governo federal havia repassado cerca de R\$ 16 milhões – recursos disponíveis na conta do tesouro do Estado, por meio de transferência da União – para a construção do presídio de Barreiras. Precisamos investigar para saber, inclusive, se esse recurso ainda encontra-se nos cofres do governo do Estado ou se o Estado, por incompetência, já perdeu esse recurso para a União. Certo é que, no município de Barreiras, essa obra ainda não foi realizada.

Quero deixar registrado que, em todo o Oeste da Bahia, não existe uma única unidade prisional para menores infratores, ou seja, no Oeste da Bahia, o menor pode cometer crimes, porque as autoridades policiais não têm como deter esses menores por falta de um recinto próprio.

É com muita tristeza, deputado Gaban, que eu trago, aqui, a informação de que a minha própria residência, no feriado da Semana Santa, na cidade de São Desidério,

uma residência relativamente segura, foi arrombada e assaltada. Um vereador de São Desidério teve, em única semana, sua residência três vezes arrombada e assaltada. Nenhuma providência foi tomada! A minha residência foi assaltada na madrugada de quarta para quinta-feira santa, e estive na delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência, mas fui informado que era ponto facultativo na delegacia.

O Sr. Gaban:- Ponto facultativo na delegacia?

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Portanto, não existia sequer um escrivão para registrar a queixa. Na segunda-feira, quando eu tive a oportunidade de levar o assunto ao delegado de Polícia, eu ouvi dele o seguinte: “Nós sabemos exatamente quem são os infratores, são menores conhecidos na cidade, mas se a Polícia prende um deles tem de automaticamente libertar, porque na cidade de São Desidério, no Oeste da Bahia, não existe nenhuma unidade prisional para abrigar esses menores infratores.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Sr. Presidente, com a sua tolerância, gostaria apenas de registrar, aqui, que no próximo domingo completará 15 anos da ausência de um ilustre baiano, o deputado Luís Eduardo Magalhães, que faleceu no dia 21 de abril, há 15 anos. Gostaria de deixar, aqui, registrada uma moção pela passagem desse ilustre baiano que, há 15 anos, nos deixou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra pelo tempo de até 5 minutos o deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos e amigas da imprensa, pessoas que estão acompanhando nas Galerias, TV Assembleia, quero dizer que tenho ouvido, aqui, semanalmente, uma cobrança, um tanto quanto, não digo insistente, porque ela é muito pertinente, do deputado Gaban. O deputado, em vários momentos, tem cobrado um posicionamento do governo com relação a mensagem do aumento para os servidores públicos do nosso Estado.

Faço, aqui, esse questionamento, cadê a mensagem do governo do Estado, informando a respeito do aumento dos servidores? Eu fico a me perguntar, que falta de atenção é essa? Por que tanto descaso? Que mudança de comportamento que o governo tem! Outrora, dizia-se defensor dos trabalhadores, dos servidores públicos, agora, o que é essa mudança repentina? Aliás, nem é mais repentina! Já tem quanto tempo que está no governo do Estado? Nós vimos, percebemos que naquela luta do Planserv, por exemplo, o governo do Estado ficou contra o servidor e a favor daqueles que tinham outros interesses, limitando o acesso das pessoas ao plano de saúde que tanto serviu aos servidores públicos do Estado da Bahia. Ouvi motoristas que trabalharam aqui por tantos e tantos anos, aposentados reclamando da limitação que passaram a ter do acesso à saúde. E agora com relação ao aumento. O governo do Estado não se manifesta.

Encontrei um servidor público neste fim de semana, que me perguntou: quando vai sair nosso aumento? Eu, para não dizer que dependia única e exclusivamente do governo do Estado, disse que iria assomar à tribuna e cobrar. Acredito que o governador tenha pelo menos a sensatez e o bom senso de mandar a Mensagem o mais rápido possível. Sabe por quê? Porque hoje é dia 16 de abril. Quanto tempo

tem? Do dia 01 de janeiro para cá já se passaram quase 4 meses, e o governo do Estado não se manifesta.

E fica aqui esse questionamento: de que lado o governo da Bahia está? Do lado dos servidores, daqueles que ele sempre defendeu, porque inclusive não dá para se fazer política e se tocar um governo sem o apoio maciço dos seus servidores públicos. Parece até que o governo do Estado fica querendo fazer somente o meio de campo com os sindicatos, porque a gente não percebe manifestação dos sindicatos numa cobrança efetiva.

Faço aqui esse registro para chamar a atenção dos sindicatos dos servidores públicos para que eles se manifestem e participem aqui na Assembleia, que venham para a frente desta Casa e também da Governadoria para cobrar um posicionamento, porque o aumento é um direito dos servidores, inclusive constitucional. Já estamos no mês de abril e nada, o governo não toma nenhum posicionamento.

Aliás, esse governo está a defender muito mais os interesses partidários do que os interesses das pessoas e da Bahia. O que percebemos é que o governo do Estado da Bahia, na pessoa do seu governador, está sempre defendendo os interesses do PT. Quando há reunião dos governadores do Nordeste, por exemplo, o que percebemos é que o governador está para fazer o meio de campo, para fazer de tudo para que os governadores fiquem ali calmos, tranquilos e sem reivindicar muito, porque ele está ali para defender os interesses da presidenta Dilma.

Isso é muito claro. Aqui no nosso Estado, por exemplo, se fizermos um comparativo, tem deputado do PT que não gosta quando a gente fala, que Pernambuco avança muito mais do que a Bahia. Lá tem um porto que, quando chegamos lá percebemos o investimento público da União que foi feito naquele Estado. Onde estão os investimentos públicos estruturantes da Bahia? Não chegam por quê? Porque o governador não cobra? Porque é mais fácil para o governador defender os interesses do seu partido do que os da Bahia?

Acho que a Bahia a cada dia fica mais à mercê de uma defesa, de alguém que tenha zelo, de alguém que tenha amor e compaixão pelos baianos e pelo nosso Estado. Fica aqui esse registro, que os sindicatos se manifestem e venham fazer a cobrança, não só por parte dos deputados, mas que venham fazer a cobrança e a defesa dos seus servidores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Uziel Bueno pelo tempo de 5 minutos.

Peço aos Srs. Deputados que se limitem ao tempo de 5 minutos para dar tempo de todos os Srs. Deputados inscritos falarem no Pequeno Expediente.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente, todos os presentes, imprensa, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e todos que nos acompanham pela TV Assembleia, muito boa-tarde.

Deputado Carlos Gaban, não é à toa que estão querendo esquecer Otávio Mangabeira: “Pense num absurdo e na Bahia tem precedentes.” Tem precedentes em São Desidério, onde há ponto facultativo em delegacia. Isso eu nunca vi. Pense num absurdo e na Bahia tem precedentes.

Mas não é só em São Desidério, não. Aqui, em Salvador, falta delegado o tempo todo, como também na Região Metropolitana. Isso já é recorrente.

Estou nesta tribuna também para falar do soldado Marques, que foi sepultado ontem no Cemitério Bosque da Paz. Mais um policial morto na Bahia, mais um guerreiro que se vai, mais um bravo herói que foi destruído, executado na porta de casa, no bairro de Marechal Rondon, nesta capital, nesse final de semana.

Isso reflete bem o que é a falta de segurança pública neste Estado. Os nossos heróis, guerreiros que lutam por nós, estão em nossa defesa o tempo todo, mas vêm morrendo na porta de casa. Não adianta dizer que tinha envolvimento com alguma coisa. Não tinha. Era um homem de bem, um pai de família, um grande amigo dos colegas de trabalho, dos PM's, ou seja, realmente a falta de uma séria política pública de segurança na Bahia é latente.

Hoje, não só eu como outros deputados desta Casa ficamos revoltados na Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos. Direitos humanos que não são só para bandidos, devem ser também para policiais militares e civis, inclusive a família do policial que está vendo um pai de família, seu nobre ente querido, sendo levado por essa violência tamanha que está assolando não só Salvador e Região Metropolitana, mas igualmente todo o Estado.

Nesta terça, eu e os deputados Carlos Gaban e Capitão Tadeu tivemos de abandonar a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública porque, neste que seria o dia em que o secretário da Segurança Pública iria até lá falar com os parlamentares, expor os planos para 2013, ele simplesmente não apareceu. E não dá satisfação! Ninguém sabe quando virá. Talvez dia 30, talvez dia 3. Ninguém sabe!

Enquanto isso, é PM morrendo, pai de família morrendo! Não nos sentimos seguros nem aqui, nem em São Desidério ou Feira de Santana. Enfim, em lugar nenhum do Estado. O que é isso, pelo amor de Deus?! São mais de 1.600 pessoas que já morreram, só em Salvador e Região Metropolitana. E mais de 1.600 veículos roubados e furtados só nessas duas áreas. Pelo amor de Deus! E o secretário da Segurança Pública simplesmente não vem, não dá satisfação! E a Comissão de Segurança Pública fica a ver navios! Pelo amor de Deus!

Por isso, quis vir hoje à tribuna demonstrar mais uma vez a minha revolta e indignação, como também a dos deputados Carlos Gaban e Capitão Tadeu, pois simplesmente achamos uma falta de respeito com a Comissão e esta Casa, a Assembleia Legislativa da Bahia! É um desrespeito conosco, com o povo, mas principalmente com este Legislativo, pois simplesmente os planos para 2013 não foram apresentados, embora em 2012 a Bahia tenha sido o Estado com o maior número de mortes violentas no País.

Simplesmente não foi apresentado o que será feito em 2013! Eu espero que o secretário venha e diga quando, porque está parecendo primeiro de abril, dia da mentira. Diz que vem tal dia, dia 3, dia 30! Isso no mínimo é uma falta de respeito com os deputados e deputadas desta Casa.

Como sou presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, aproveito este tempo que me resta para dizer que eu, o deputado Carlos Brasileiro, do PT, e o vice-presidente dela, Sidelvan Nóbrega, estivemos em Belo Horizonte e vimos lá o Procon Legislativo. Realmente é uma arma contra as empresas; contra quem não quer obedecer às regras para que o consumidor seja protegido.

O Procon Legislativo, em Minas Gerais, é mesmo um exemplo. Peço o apoio de todos os deputados e deputadas, principalmente aqueles da Comissão, da Mesa Diretora e do presidente Marcelo Nilo para que abracemos essa ideia e possamos trazer à Bahia o Procon Legislativo, o Procon Assembleia, para que seja uma arma do povo, uma arma dos deputados, uma arma deste Poder e assim fiquemos sempre mais próximos da população e sempre ao lado do direito do consumidor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, hoje pela manhã ocorreram várias reuniões das diversas comissões, entre as quais a Comissão de Educação, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Infraestrutura. Esta última foi presidida pelo nobre deputado Herbert. Foram aprovados alguns projetos; tendo o projeto que proíbe a cobrança de estacionamento nos *shoppings* e outros estabelecimentos comerciais, da nossa autoria, sido aprovado por unanimidade. O relator foi o colega Paulo Rangel, que fez o relatório muito bem fundamentado.

Gostaria de informar que esse projeto de lei já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Defesa do Consumidor e na Comissão de Infraestrutura, em todas por unanimidade. Portanto, é um projeto que deve ser votado o mais rapidamente possível.

Sempre tenho afirmado aqui a importância de termos mais um instrumento contra os abusos que os *shoppings* querem implementar, atingindo os consumidores. A aprovação desse projeto é um instrumento de luta para impedir ou dificultar a cobrança nos *shoppings centers*. Sempre temos dito que esta cobrança não tem nenhum sentido, pois os *shoppings* já existem há muitos anos, os preços já estão embutidos nos produtos e até hoje nenhum *shopping* teve dificuldade financeira nem quebrou.

O Iguatemi, por exemplo, já deve ter 40 anos sem cobrar estacionamento e continua sobrevivendo muito bem, com uma saúde financeira muito boa. Portanto, não tem sentido a cobrança de estacionamentos em *shoppings centers* e em outros estabelecimentos, a exemplo de supermercados, bancos, *shoppings* menores, hospitais.

A aprovação do projeto, aqui na Assembleia Legislativa, é importante até para que o município também procure rever a sua legislação, já que os *shoppings* utilizam dois argumento principais. O primeiro é o de que apenas os *shoppings* não cobram estacionamento e o segundo é que a lei municipal está ultrapassada.

Ora, é importante aprovar aqui a lei estadual até para que o município também ganhe tempo para reformar, aperfeiçoar a sua própria legislação, impedindo, portanto, a cobrança em estacionamento.

Esta é uma luta de toda a Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Uziel Bueno. É uma luta de todos os parlamentares. Esperamos obter uma grande vitória nesta luta mais do que justa.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que hoje houve a reunião da Comissão de Educação. Neste espaço, tivemos a exposição sobre o Projeto Artes Visuais

Estudantis, AVE, pela Sr^a Maria Ivanildes Nobre, coordenadora do Projeto Cintra Setoriais, da Secretaria de Educação. Tivemos também a exposição do Programa Educacional Eduque-se, apresentado pelo professor Antônio Marival Chaves Filho. Foram duas apresentações ricas e importantes que engrandeceram muito o trabalho da comissão.

O meu tempo terminou. Não tenho mais como comentar aqui. No entanto, voltarei ao assunto em outra oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a bater na tecla de um assunto que já repeti várias vezes. Mas hoje eu quero ler um artigo da jornalista Leonora Ramos, coordenadora do Projeto Proteger, sobre essa questão, de que já falei várias vezes.

O artigo é muito apropriado para essa discussão, e quero pedir que seja registrado nos Anais desta Casa.

(Lê) CPI Urgente. “O Legislativo baiano mantém a tradição de dificultar, consciente ou inconscientemente, as demandas específicas de uma grande minoria, se é que isso existe, as mulheres. Histórica a dificuldade em tramitar projetos de lei garantidores dos seus direitos, instalar comissões ou frentes parlamentares. Em todos os tempos, mulheres que passaram pela Casa, Lídice da Mata, Alice Portugal, Moema Gramacho, suaram a camisa, como o fazem agora as que, desde fevereiro último, encaminharam requerimento pela criação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tráfico de pessoas no Estado.

A CPI da Câmara Federal sobre o mesmo tema, instalada em maio de 2012, identificou 20 cidades baianas como rota do tráfico nacional e internacional de mulheres e crianças, entre elas Monte Santo, na região do semiárido, onde foi descoberto, também em maio do ano passado, um caso grave de adoções irregulares de cinco crianças de uma mesma família que não chegaram a se consumir. A CPI voltou-se para esse caso, que repercutiu fortemente na mídia e trouxe à tona muitos outros países afora, revelando, no mínimo, violação do direitos fundamentais de famílias pobres e, no máximo, redes criminosas atuando no comércio ilegal de seres humanos, que prosperam na impunidade, implicando alguns não poucos, juízes e promotores. Em seguida, a Bahia torna a aparecer, agora como palco de aliciamento e tráfico, escancarado, de mulheres em Salvador. Um casal foi preso no bairro de Cajazeiras.

A visibilidade da Bahia nos dois casos exige que o Legislativo se empenhe, e demonstre esse empenho, em colaborar no combate a uma prática criminosa que tem destruído vidas, sentimentos e sonhos de milhares de pessoas muitas delas, como se vê, baianas. A CPI estadual poderá trazer respostas e, certamente, ira fortalecer, ampliar e acelerar os trabalhos da CPI federal, que já fez duas produtivas audiências públicas aqui na Bahia. Temos, portanto, todos os motivos para instalá-la, porque é imprescindível e oportuna. Mas ela tarda, não dá pra entender.”

Então, Sr. Presidente, peço a sua colaboração, já que o nosso Líder tem-se negado a instalá-la. Quero pedir ao deputado Carlinhos, que está agora representando

o Líder, para que nos ajude. Já temos dez assinaturas dos deputados que querem participar dessa CPI, que querem ajudar no combate, no desmantelamento dessa quadrilha, que hoje vende pessoas na Bahia.

Quero pedir sua colaboração para fazermos essa instalação, independente da opinião pessoal ou da implicância do Líder do governo, já que até o momento não consegui entender os motivos dele. Quero que ele explique.

O requerimento já passou por todas as formalidades necessárias, já foi aprovado, recolhemos as assinaturas, já foi publicado no Diário Oficial, o presidente da Casa já deferiu, a Oposição já indicou os Srs. Deputados Adolfo Viana e Uziel Bueno para participarem da Comissão, já temos mais oito nomes da bancada do governo que querem colaborar com esse debate, com essa CPI e eu não consegui entender porque não conseguimos instalá-la.

Também gostaria de pedir a colaboração do Líder do PT, que ficou de ajudar, que faça, para vermos se tem uma outra forma de instalar essa CPI, independente da vontade do nosso Líder. Acho que isso não é uma questão pessoal, e implicância e perseguição, dentro da nossa Casa não tem sentido, não tem cabimento.

Então, eu aguardo que, até o final desta sessão, o nosso Líder do governo instale essa CPI e que comecemos a trabalhar, comecemos a colaborar para que desbaratemos essa quadrilha que vende pessoas, que vende mulheres e crianças do nosso Estado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que estão aqui presentes, os que nos ouvem, nos assistem pela *TV Assembleia*, venho a esta tribuna para poder tratar de uma questão que afeta à grande mídia brasileira e toda a sua lógica, quando desconhece, quando sataniza tanto o governo do ex-presidente Lula quanto o governo da nossa presidente Dilma, ao contrário do que a mídia internacional enxerga e vê os avanços que, num espaço de tempo tão pequeno, quando a gente compara com o tempo da República, aconteceu em nosso País: a política de valorização do salário mínimo, a política de habitação, de saneamento, as conferências setoriais, o Brasil mudando em definitivo e o trato republicano que acontece em todos os cantos deste País.

Nós queremos saber se no próximo ano, e talvez no segundo semestre deste ano, vai também acontecer o julgamento do mensalão do DEM. É preciso que a gente saiba como é que vai ser o comportamento da mídia. Ora, queremos saber a quantas andam esse processo, não querendo que seja alcançada a classe política por alcançar, mas a doença que tem na origem o sistema partidário que precisa receber uma reestruturação profunda para que as casas legislativas em todos os três níveis, principalmente na origem do processo eleitoral, não fiquem à mercê do financiamento de grandes grupos de interesse pelos quais esta Casa passa e outras casas legislativas a representar à revelia da realidade e da pluralidade da sociedade brasileira.

Certamente, no próximo ano teremos o julgamento do mensalão dos *tucanos*. Quero ver como é que a imprensa brasileira vai se comportar perante esse problema. Em ambos os casos teremos ramificações por vários estados nordestinos, e em um

dos casos certamente teremos aqui na Bahia o rebatimento dessa questão. Eu quero ver como é que a grande imprensa vai tratar dessa questão a fim de que todas as casas legislativas se debrucem para discutir o sistema político nacional, para que possamos fazer uma reforma estruturante, para que não haja sub-representações nas casas legislativas desta federação, que é uma federação trina, onde não existe hierarquia entre os municípios, os estados e a União. É preciso que sem sofismas coloquemos a discussão no eixo, para que possamos deixar de estar satanizando exatamente aquele partido que mudou o País, aquele partido que ancora as suas posições numa receita que é republicana, onde este País, lá fora, é um País respeitado, um País que dobrou a sua perspectiva histórica em apenas 10, 12 anos de uma história recente, quando o Brasil era conhecido pelo tamanho das suas iniquidades, pela sua desigualdade, pelo trato solitário que se fazia com as grandes questões.

Quero dizer que me espanta a atenção de determinados setores que têm representação nesta Casa, preocupados agora com os sindicatos, já que na época das grandes lutas, quando eles estavam no poder, os trabalhadores e suas representações não podiam adentrar esta Casa porque eram compelidos a ficarem do lado de fora ou eram recebidos pelos dentes de cachorros e pela polícia do Estado, que aqui estava para bater neles, sorratamente.

Então quero ver como essa sensibilidade aflora nesses momentos, nos quais não se discute a raiz dos problemas, para que, efetivamente, possamos estabelecer uma grande discussão sem ficar discutindo a perfumaria, a espuma do processo.

É preciso entrar no âmago da questão para que possamos produzir debates adequados e consequentes. Só assim teremos, efetivamente, a possibilidade de não termos um posicionamento equivocado acerca desses temas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o comportamento do governador, meu caro presidente, chega ao limite da insensatez. Veja, não basta o governo estadual deixar de cumprir o que está numa lei, que é o reajuste do servidor público, que deveria ter ocorrido a partir do dia 1º de janeiro. Não sei se são as benesses que estão por trás de todos os presidentes de sindicatos que representam os servidores públicos que os faz ficarem calados. Parece até que estão vivendo no mundo da propaganda do governo Wagner, onde tudo é maravilhoso.

As categorias que eles representam, depois depois de verem a cesta básica da Bahia ter um aumento de mais de 30% – o maior do Brasil foi aqui no nosso Estado –, estão com a cuia na mão. Os servidores públicos baianos têm um direito garantido por lei, mas este governo não cumpre a sua responsabilidade de reconhecer esse direito e aplica no mercado financeiro um dinheiro que não é mais dele. Esse dinheiro que está no mercado financeiro é o reajuste salarial que deveria ser dado ao servidor público desde o dia 1º de janeiro.

E o Líder do governo mais se ausenta do que vem a este Plenário; dá presença e cai fora diuturnamente. Nas raras aparições do Líder Zé Neto aqui na Casa, ele diz

sempre a mesma coisa: “Ah, estamos estudando. O governo está estudando”. Isso vem acontecendo há 3 meses. Pergunto: está estudando o quê? E o servidor público, que perdeu seu poder de compra porque nem o reajuste salarial foi dado, fica à míngua?

Então, o meu protesto mais uma vez não é só contra o posicionamento do governador e de sua equipe, mas contra todos os presidentes de sindicatos, que estão silentes, calados.

Agora, o pior de tudo, meu caro deputado Uziel e meu Líder Elmar Nascimento, é a interferência do governo em outros Poderes. Os reajustes do Ministério Público e do Judiciário estão previstos em lei. Quando aumenta o salário dos ministros do Superior Tribunal Federal, automaticamente aumenta o dos desembargadores, dos Srs. Juízes e dos membros do Ministério Público.

O governo está ingerindo-se em outro Poder! Isso é interferência indevida! E esta Casa se cala. Cheguei, meu caro Líder Elmar – até lhe comuniquei à época, já que V.Ex^a não estava aqui –, a assinar a dispensa de formalidades, com o Líder do governo, deputado Zé Neto, para que fosse votado o que está previsto na Constituição, que é o reajuste dos desembargadores, juízes e membros do Ministério Público. Assinamos, eu e o Líder do governo. Mas aí veio uma ordem superior, que só pode ser do governador: “Não votem. Não votem.”

O governador está interferindo em outro Poder. Ele está confundindo com o reajuste salarial que deveria ter dado ao servidor do Executivo estadual, e não deu. O governador não pode impedir que a Constituição seja respeitada, não dando o aumento dos desembargadores, dos juízes e dos membros do Ministério Público.

Isso é uma coisa que chega à insensatez, chega à beira da irresponsabilidade! Um governo que não consegue controlar o seu custeio quer controlar, agora, o que os outros Poderes vão fazer?

Certo é que esta Casa é um adendo do Palácio de Ondina, só faz o que o governador quer, só cumpre as ordens do dono do poder, porque tem a maioria nesta Casa, que se cala, silencia-se, não se manifesta, que tem medo de se manifestar.

E vemos pessoas morrendo diuturnamente. Foi acordado que o próprio secretário da Segurança Pública viria à Casa hoje. Depois, ele marcou para um mês mais para a frente. Enquanto isso, mais de 150 pessoas são mortas, assassinadas aqui, em Salvador. E ele não dá qualquer satisfação. Por isso que, em protesto, derrubamos a sessão de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Mas, caro Sr. Presidente, V.Ex^a faz parte da Base do governo. Deputado Carlos Brasileiro, V.Ex^a deve estar envergonhado. Como uma coisa está Constituição e não podemos aprová-la? Não temos o direito de nos curvamos à vontade do governador, que quer evitar que votemos o aumento dos desembargadores, dos juízes e dos membros do Ministério Público. Temos de aprender a respeitar a Constituição, que juramos cumprir. E cumpri-la é cumprir com nossa obrigação.

O meu protesto é contra a atitude do governador e a ausência do Líder do governo, que assume os compromissos e os assina, mas a assinatura dele não está valendo. Então, não deveria ter assinado a dispensa de formalidades! Se assinou, caro Líder, Elmar Nascimento, tem que cumprir, senão nós não vamos assinar mais nenhuma dispensa de formalidade aqui, nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a nobre deputada Maria del Carmen, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^as Deputadas, imprensa, servidores desta Casa que nos acompanham nesta tarde, ocupantes das Galerias, venho a esta tribuna hoje para parabenizar os movimentos sociais que lutam pela moradia pela entrega ontem de 150 unidades construídas no Município de Senhor do Bonfim, como resultado do trabalho do Movimento de Luta pela Moradia e da União dos Movimentos de Moradia.

Este foi o primeiro conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida concluído no Estado da Bahia. São casas com 43m², com toda a infraestrutura: água, esgoto, estação de tratamento, piso nas unidades, o que dá dignidade ao empreendimento. Era necessário que todos vissem a alegria e as lágrimas de felicidade de tantas mães de famílias que ontem, ao final da tarde, sorriam por ter conseguido a realização do sonho da casa própria.

Portanto, quero parabenizar a nossa presidenta Dilma porque, quando era ministra Chefe da Casa Civil, atendendo a uma solicitação do então presidente Lula, idealizou o Programa Minha Casa Minha Vida, que já entregou 2,4 milhões de unidades habitacionais pelo Brasil inteiro. Haverá mais 1 milhão de casas a serem contratadas nos próximos 2 anos, e com a possibilidade de ampliar ainda mais. O que a presidenta Dilma, hoje, diz é que se houver mais unidades contratadas, recursos não vão faltar, para que superemos essas unidades.

Portanto, deputado Carlos Brasileiro, quero parabenizar V.Ex^a pela entrega ontem de mais 150 unidades habitacionais, porque teve toda a sensibilidade com os movimentos sociais para que se realizassem, concretizassem-se essas 150 unidades que ontem foram entregues, com a possibilidade, a perspectiva da construção de maior número de unidades.

Mas quero, também, Sr. Presidente, dizer da alegria de hoje, pela manhã, estarmos com o governador Jaques Wagner, juntamente com o Líder do governo nesta Casa, vários outros deputados, vereadores de Salvador, o prefeito de Salvador,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEM:- Já concluindo, Sr. Presidente, para dar a ordem de serviço das obras do complexo de viadutos do Imbuí. Posteriormente estarei falando mais sobre a importância dessa obra para a cidade, pois o projeto, deputado Gaban, de mobilidade começa a se concretizar na cidade e é, portanto, para parabenizar todos os que estiveram envolvidos e que tiveram a sensibilidade para compreender a importância dessa obra para a cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Adolfo Menezes por 25 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de contribuir com as palavras da deputada Maria del Carmem e parabenizar o

governador . É claro, deputado Gaban, que V. Ex^a faz a sua parte como oposição a este governo, é natural que todos que façam oposição critiquem e mostrem os problemas. Sabemos perfeitamente que ninguém que está oposição, quando for governo, vai fazer tudo, até porque não depende só da vontade, o que falou e o que criticou durante o período que esteve na oposição. É claro que muitas coisas o governador Wagner, quando era oposição, imaginou que iria transformar, mas não foi possível. A Bahia é um estado que depende de recursos federais para essas obras mais estruturantes. Graças a Deus, a despeito de muitos quererem mostrar que o governador não tem prestígio com a presidenta Dilma, a presidenta tem dado demonstrações, poderia até ter dado mais demonstrações até porque nós políticos somos insaciáveis, as demandas são imensas e quanto mais somos atendidos mais queremos.

Às vezes, até brinco dizendo que a culpa desse processo que eu sofri em Campo Formoso e acabei renunciando à Prefeitura é do governador Wagner e do secretário Otto Alencar. Eles me deram tantas obras, e eu fui divulgar, que aí entenderam que eu abusei do poder econômico, porque fiz muitas obras. Mas isso é Brasil, é outra história para discutirmos. Essa lei absurda e tantas leis, como o Código Penal, do qual vou falar daqui a pouco, mesmo sem ser da área, a lei eleitoral.... E a culpa é minha, é nossa, porque ajudamos a eleger o Congresso Nacional que tem a responsabilidade de mudar essas leis, e todos os dias se veem comissões de notáveis, todo ano entra na pauta, como é o caso da lei eleitoral, e não vai ter reforma política nenhuma.

Então, o governador Wagner tem feito, como hoje anunciou pela manhã, muitas obras, claro que em conjunto com o governo federal. Isso mostra o prestígio da Bahia, do governador Wagner, e mostra o prestígio deste grande Estado. Vamos ter um conjunto de viadutos para tentar melhorar esse trânsito que, seguramente, hoje se não for o pior, é um dos piores do Brasil. Nos últimos anos, deputada Maria del Carmem, pouco ou quase nada foi feito pelos outros governos. Temos aí um metrô que é motivo de piada, que envergonha a todos nós baianos, todos nós brasileiros, é até uma piada você falar que uma cidade como Salvador, uma metrópole, um metrô de 16 Km está aí há 13 anos por causa da roubalheira e outras coisas, sem sair do papel. Graças a Deus, o governador está se entendendo com o prefeito ACM Neto, até porque eles têm de entender que a população está acima de partidos e problemas políticos, para que tenhamos esse metrô até Pirajá e Lauro de Freitas.

Não contemplo o que nós necessitamos ou o que esperamos. Então esse conjunto de viadutos, esse complexo do Imbuí vem ajudar a destravar o trânsito, juntamente com a duplicação da Avenida Pinto de Aguiar, que está em andamento, com a Orlando Gomes, a 29 de Março e a Gal Costa.

Portanto, isso mostra, deputado Carlinhos, a vontade de fazer da equipe, principalmente do governador Wagner, que tantas outras obras tem feito por esta Bahia.

É claro que ninguém esperava esta seca que nós estamos atravessando. Urgem medidas urgentes, embora a burocracia ainda esteja travando muitas ações, porque a sede não espera! Não pode esperar!

É um motivo de críticas que aqui faço. Porém, tenho certeza, a posição de V.Ex^a é que a gente e o governo precisamos confiar e fiscalizar para ver quem está

fazendo mau uso do dinheiro numa época triste destas, quando todos estão perdendo os seus rebanhos. Mas parabenizo o governador, porque o problema é difícil.

Eu ouvi Gaban aqui falando sobre o aumento do funcionalismo, essa categoria que leva e administra este grande Estado do Brasil. Agora, deputado, não é fácil. O governador está tendo muito cuidado. Nós estamos vendo, nacionalmente, a inflação dando sinais de que pode voltar. O crescimento não é o que a presidente Dilma estava esperando, o Brasil nesta globalização não está imune. Estamos vendo vários países...

O Sr. Gaban:- Um aparte.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- V.Ex^a está inscrito.

(...) considerados de Primeiro Mundo, como a Itália e Portugal, já sofrendo. E também muitos outros, alguns não tão de Primeiro Mundo, mas inseridos na União Europeia, como a Grécia e o Chipre. Eles estão dependendo de ajuda financeira, com o desemprego nas alturas. Então, o governo brasileiro tem de tomar o maior cuidado e realmente está se precavendo.

Infelizmente nós assistimos no ano passado - talvez por falta de diálogo, não sei - a uma das maiores greves que já houve neste Estado, a da Polícia Militar. E também à greve desta outra categoria importantíssima, a dos professores. Nós sabemos que sem educação nenhum país vai chegar ao estágio de desenvolvimento que necessita. Temos o exemplo da Coreia, hoje um dos países que há pouco tempo era agrário, não exportava absolutamente nada, mas hoje exporta tecnologia porque lá priorizaram a educação.

E digo hoje porque o Brasil, deputada Maria del Carmen - V.Ex^a que é uma técnica, na essência, conhece muito bem -, já gasta como país de Primeiro Mundo na educação. Agora, talvez tenha alguma coisa errada nas aplicações e cobranças, porque o percentual de recursos do PIB que esta Nação aplica atualmente na educação já é semelhante ao de muitos países de Primeiro Mundo. No entanto, lamentavelmente, a nossa qualidade ainda está muito abaixo. Nos últimos dez anos, salvo engano, só a Rússia investiu mais do que o Brasil na educação. Portanto, é outra história que a gente precisa se debruçar para ver o que está errado.

O governador, a essa categoria tão importante, deu um aumento - V.Ex^a sabe - de 86% nos últimos anos. Um aumento real de cinquenta e tantos por cento. E governo nenhum, deputado Gaban - vou conceder-lhe um aparte daqui a pouco -, deu aumento como este governo. Não sou aqui o Líder do governo, que estaria mais em condições de detalhar os dados. Mas sei, por fazer parte da base e ter relatado o projeto da Polícia Militar naquela greve que muito veio a prejudicar este Estado e acabou trazendo consequências, segundo se diz, até políticas na eleição de Salvador, que nenhum governador deu aumentos como o governador Wagner. É claro que, quanto mais aumento se dá, mais o funcionário público sempre vai querer.

Tenho certeza que a equipe do governo está fazendo os cálculos com toda a parcimônia, com todo cuidado, porque com a situação da economia no País, hoje, não podemos ter a tranquilidade de dizer que podemos dar qualquer aumento e depois não poder pagar. Nós sabemos, esta Casa sabe que o governo já está quase no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, quase no limite prudencial, e são muitos, são milhares de funcionários e ele tem que tomar todo o cuidado.

Acredito que, pelo menos foi o que ouvi, não falo como Líder do governo, deputado Gaban, estão finalizando, com todo o cuidado, a proposta do aumento para

mandar para esta Casa.

Com o aparte o deputado Gaban.

A Sr^a Maria del Carmen:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Gaban:- Caro deputado Adolfo Menezes, agradeço a V.Ex^a pelo aparte que me concede. Mas V.Ex^a mesmo, com muita propriedade, coloca que, infelizmente, temos a inflação voltando a incomodar à sociedade brasileira. Imagine V.Ex^a, então, a situação do servidor público – que vê seu Estado ter um dos maiores crescimentos do custo da cesta básica, de mais de 30% –, que tem direito a um reajuste previsto no apelidado Planão, e o governo não cumpre sua obrigação. Ele vê o aumento do material escolar, da cesta básica, de tudo pela inflação e o governo não lhe dá o que está garantido por lei.

Poderíamos até estar debatendo o assunto se o governo do Estado não tivesse tido um crescimento na arrecadação no primeiro bimestre deste ano, comparado com o primeiro bimestre do ano passado, de R\$ 380 milhões. Se verificarmos o FPE do mesmo período neste ano, comparado com o do ano passado, o crescimento foi de 10%. O FPE cresceu aqui, na Bahia, repito, 10%. Então, não é falta de dinheiro!

Se olharmos o Orçamento do ano passado para investir em pessoal, sobraram R\$ 420 milhões que o governo não utilizou. Optou, no ano passado, por dar reposição salarial, em vez de conceder um reajuste salarial. E neste ano, deputado Adolfo, insiste no mesmo erro.

Há dinheiro, e o que o governo deve fazer é controlar o custeio, que está estupidamente exagerado, tanto que ele usou recursos de fontes vinculadas – o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 8º, parágrafo único, que proíbe, terminantemente, o uso de recursos vinculados – para tapar a fonte 00, que foi o que ele gastou em custeio.

Então, o que o governo precisa aprender? Primeiro: gastar o dinheiro bem, diminuindo o custeio, que é dinheiro jogado fora, acabando com os Redas e estimulando o concurso público, o que sempre defendeu quando estava na oposição. Agora, ter isso como justificativa de que está estudando!...

Vimos a arrecadação do primeiro bimestre aumentar R\$ 380 milhões, o FPE aumentar 10% para a Bahia neste início de ano, e vemos o próprio governo anunciar que o PIB da Bahia é 3,9, muito maior que o PIB nacional. Então, não existe justificativa para não dar o aumento do servidor público.

V.Ex^a, de maneira muito equilibrada, procura colocar as coisas, mas tenho a certeza absoluta de que o coração de V.Ex^a está junto, como os de nós todos, os 63 deputados, com o servidor público porque é uma questão de direito, não é favor, é direito garantido em lei.

Muito obrigado a V.Ex^a pelo aparte que me concedeu.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Muito obrigado por sua participação, deputado Gaban.

Concordo em muita coisa, não significa que eu concorde com tudo por ser governo. Concordo que o governo brasileiro investe, e as estatísticas estão aí para mostrar, que o custeio da máquina é muito alto, que os investimentos são poucos, e essa situação do País precisa mudar, sob pena de ficarmos para trás.

Agora, no mesmo momento em que V.Ex^a mostra o crescimento, a presidenta, com a política nacional, prorroga a redução do IPI. Seguramente a Bahia, assim como

os municípios, vai perder receitas. Então, a questão, a meu ver, precisa de mais cuidado em virtude da situação econômica pela qual o País está passando.

Com o aparte a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Sr. Deputado, queria elogiar V.Ex^a por seu pronunciamento e concordar com as observações que fez sobre essas intervenções que S. Ex^a, o governador do Estado, hoje, juntamente com o prefeito da capital, que estava presente, dando a ordem de serviço para início dessa intervenção na cidade. Três viadutos serão construídos com recursos, uma parcela significativa dele, do próprio recurso do orçamento do Estado, na ordem de mais de 70 milhões de reais, para serem realizados num período de 1 ano. Significa a ligação direta do Imbuí com a Avenida Edgar Santos, dando acesso direto ao Hospital Roberto Santos, facilitando o acesso ao Hospital Roberto Santos; a ligação de um outro viaduto que interliga a Avenida Edgar Santos e o Saboeiro com o Imbuí, com a Avenida Jorge Amado, portanto melhorando o fluxo naquela área.

E também, deputado Carlos Brasileiro, V.Ex^a que está atento nesse momento, também a duplicação das vias marginais entre o CAB e a Avenida Luís Eduardo, acesso ao viaduto Luís Eduardo, e no sentido aeroporto-centro-aeroporto, também da Avenida Luís Eduardo até se encontrar com o Imbuí, ultrapassando, inclusive, a área do Imbuí, o acesso da Avenida Jorge Amado, chegando àquela área da Insinuante, do Extra.

Portanto, são duas obras que, com certeza, vão melhorar o fluxo nessa área. Isso ainda não resolve todos os problemas da Avenida Paralela, porque nós temos que duplicar a Pinto de Aguiar, que já está no processo final de elaboração da aprovação pela Caixa, com recurso já assegurado, da duplicação da Gal Costa, da duplicação da Orlando Gomes e a construção da Avenida 29 de março.

Essas são intervenções extremamente importantes, o prefeito da cidade fala na construção da Linha Viva, da qual eu não concordo, quero colocar e já expressar a minha opinião com relação a essa, porque eu acho que ela não foi debatida de forma exaustiva com a sociedade, porque o remanejamento de famílias é num número extremamente elevado.

Portanto, concluindo, Sr. Deputado, já agradecendo a V.Ex^a pela oportunidade, mas nós queremos voltar, mais uma vez, a falar sobre esse tema, que é o tema da mobilidade em Salvador, tão importante para todos nós, ainda mais para nós que estamos aqui na Assembleia Legislativa, para nos deslocar a qualquer ponto da cidade.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- É, o governador tem feito a Via Expressa na reta final, o conjunto do aeroporto, então eu tenho certeza que o governador Wagner está deixando, positivamente, a sua contribuição; governador que agora, praticamente, vai aumentar em 70% o HGE, já foi dada a ordem de serviço, mais de 200 leitos, o HGE que hoje tem trezentos e poucos leitos, são 50 leitos só de UTI; o Hospital de Jequié, do nosso amigo Leur Lomanto, mais 7 milhões para o Hospital Prado Valadares; governador que está recebendo prêmio em Washington pela forma de administrar do Hospital do Subúrbio, mais um, o Hospital da Criança, o Hospital de Juazeiro, quer dizer, são muitas obras.

Mas, Srs. Deputados, vou aproveitar, e pelo que me parece tem alguns membros do Judiciário nesta Casa, e nesses dois dias eu falava aqui, votei na

presidenta Dilma, caro deputado Gaban, mas fico triste, é claro que respeito o posicionamento do seu governo, externado através do ministro Gilberto Carvalho, de ser contra, um absurdo para mim, e acredito que se for feito um plebiscito para a maioria do povo brasileiro de não se diminuir a idade penal, e nós brasileiros continuarmos a assistir, diariamente, malandros, vagabundos, esse é o termo, marginais que não têm solução, de 17 anos, cometendo barbaridades, como todos os dias o povo brasileiro assiste, e continua essa demagogia. Para mim, eu respeito o posicionamento de quem é contra, de direitos humanos para quem, com 17 anos, mata toda hora e fica impune.

Eu quero aqui parabenizar o governador de São Paulo, Alckmin, que está entregando, hoje ou amanhã, ao presidente da Câmara, Eduardo Alves, uma proposta para que se mude o Estatuto, porque ninguém é favorável à violência, mas não podemos estar vivendo nesse terror, todo mundo com medo. E é claro, como diz a deputada Luiza Maia, que o correto é dar educação a todo o mundo, que o correto é dar emprego a todo o mundo. Eu também concordo, deputada Luiza. Agora, eu quero saber, deputado Gaban, deputada Luiza Maia, quando é que o País vai conseguir dar emprego e condições financeiras a todo mundo para que vivamos sem essa violência que o deputado Herbert aqui falou há pouco.

É claro que não vamos...

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- V.Ex^a está inscrita. O meu tempo está um pouco escasso para concluir.

É claro que não vamos acabar com a violência, deputado Gaban, modificando a maioridade penal, mas tenho certeza absoluta que nós vamos inibi-la, até porque já foi mais do que comprovado que esses traficantes, esses marginais mais perigosos, estão usando esses de 17 anos que são mais sabidos dos que têm 80 anos e porque não ficam presos.

Nós assistimos barbaridades todos os dias. Ontem, foi enterrado mais um baiano assassinado na praça principal da nossa cidade e o povo já está anestesiado.

Eu dizia, na semana passada, claro que eu não eu não desejo mal a ninguém, mas será que precisa acontecer com o presidente do Senado, com o filho, com o presidente do Congresso, com o presidente do Supremo? Não é possível que este País assista a essa barbárie e não faça nada. É claro que o problema não é só a mudança da lei, é um problema complexo, mas já foi demonstrado que a falta de dinheiro, que a pobreza não leva à violência. Há países muito mais pobres do que o Brasil no qual a faixa da violência não chega nem perto. É claro que é um problema cultural, um problema conjuntural. Agora, deputado Gaban, acho que V.Ex^a concorda, o Congresso Nacional tem obrigação de mudar.

O Código Penal, deputado Gaban, tem 60 anos! É comissão de notáveis pra lá, é comissão de notáveis pra cá e não se chega a um consenso, não muda.

Vi, há pouco, como todo o Brasil, isso é motivo de piada, o Fernandinho Beira Mar, um dos maiores marginais, senão o maior marginal deste País, que está preso, ou estava preso, porque todo o dia ele fica fazendo turismo de jatinho- o povo brasileiro que não tem saúde, que não tem educação, pagando-, com um aparato policial absurdo. Na semana passada, ele estava no Paraná - não sei hoje se ele está em Alagoas, ou se está no Mato Grosso-, passeando de um lado para o outro porque a

incompetência por parte do Estado não garante as prisões, não garante que não entre celular, não garante que um preso possa ficar cumprindo a pena como deve.

Deputado Gaban, eu entendo como piada. Eu não consigo entender, veja bem, Fernandinho Beira Mar já foi condenado a 200 anos, veja bem. E houve outro juri no Rio de Janeiro, há pouco dias, que seguramente custou uns 500 mil reais pelo transporte, pelo aparato, para condenar ele por outro crime para quê, se o sistema penal brasileiro estabelece o máximo de 30 anos? Se tiver bom comportamento vai ficar 10, 15 anos. Então são essas coisas que eu não entendo.

São essas coisas, deputado Gaban, como muitas outras que não temos tempo para falar, senão ficaríamos aqui o dia inteiro. É claro que isso não é obra de um governo, é claro que não é culpa da presidente Dilma, não é culpa do presidente Lula, é culpa de todos. Porque quando eles querem, quando Sarney quis mudar a lei para aumentar o mandato ele aumentou, quando Fernando Henrique quis dar o direito a reeleição ele conseguiu. Pelo sistema político que impera hoje os deputados dependem, com a cuia na mão, do presidente de plantão, hoje é a presidente Dilma, todos ficam com receio de brigar com o presidente porque para serem aprovadas as emendas, depende da vontade da presidente, senão os ministros não obedecem. Então, eles fazem o que a presidente quer, no caso se a presidente Dilma quisesse mudaria, mas teremos eleição no próximo ano, deputado Gaban, aí pensam em perder voto, esse é o problema do País. Não se tomam medidas, não se faz a reforma tributária, não se faz a reforma trabalhista; a reforma previdenciária, pelo menos, tomaram algumas medidas que foram gestadas na época do grande presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda bem que foram aprovadas por esse governo sob pena de a previdência falir.

Então, Srs. Deputados essa é a situação do nosso País. Lamentavelmente, todos estão anestesiados, com medo, assistindo diariamente a esses absurdos a que a população brasileira assiste diariamente.

Vou encerrar, Sr^a Presidente, dizendo: o que as pessoas imaginam...

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Infelizmente, deputado Carlos Geilson, seria um prazer, mas não tenho mais tempo.

(...) deputado Gaban, uma mãe ou um pai assistir ao seu filho em plena juventude chegar em casa, e por causa de uma porcaria de um celular, o rapaz entregou o celular e, simplesmente, desculpem o termo que não é para ser usado aqui nesta Casa, um marginal, para mim é um marginal porque não há desculpa, com 17 anos atira na cabeça desse menino, que não existe mais. Como o outro no Campo Grande, e hoje vai acontecer mais, amanhã vai acontecer mais. Vamos rezar para que não seja nenhum de nós, mas seguramente vai ser um de nossos irmãos brasileiros. E todos assistem calados como se nunca fosse acontecer com um de nós. Infelizmente, fico muito triste com essa situação.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou o representante do PV para falar ou

indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, falará pelo tempo integral o deputado Marcelino Galo, do PT.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr^a Presidente, nobres deputados, Srs. das Galerias que nos visitam, Srs. da Imprensa, nossos companheiros servidores, quero me dirigir ao deputado Gaban que, do ponto de vista pessoal, é uma pessoa muito cordata, um cavalheiro, é um deputado experiente.

Acho que o deputado precisa recordar um pouco porque ele governou esse Estado por 16 anos ininterruptos. Então, era o DEM junto com os tucanos em nível federal que governava esse País e esse Estado. E como deputado de Oposição, claro, tem todo o direito de cobrar do governo, inclusive é sua obrigação, mas o deputado tem se dirigido ao movimento sindical de forma não adequada.

Ontem, aqui, o deputado disse que o movimento sindical precisaria tomar vergonha. Gostaria de lembrar ao deputado como era que o movimento sindical era tratado pelos seus governos durante longo período neste Estado. Então, quem lembra disso porque estava do outro lado, era pau, cacete, arrocho salarial nunca vistos na história deste País. Metade do funcionalismo público ganhava menos do que um salário mínimo. Não existia mesa de negociação ou existia, deputado? O que existia era o chicote na mão, era usar a PM que era extremamente mal remunerada. Coronel, você se lembra disso, como era mal pago. Lembro, também, do episódio que tivemos na Calçada em que um policial levou um tiro e ficou paraplégico, porque fez greve. Quem governou dessa forma não tem nenhuma legitimidade para cobrar do movimento sindical, porque eles estavam defendendo os trabalhadores, apanhando e conquistando. Hoje, deputado, queremos comparar esses períodos.

Desafio o nobre deputado a trazer números, porque estruturamos 82 carreiras de forma integral, aprovadas aqui nesta Casa. Demos 54% de aumento para os professores e isso foi uma conquista para eles. Desde 2007, o governo contratou 28 mil servidores concursados. Isso é quase 50% do que os 18 mil contratados pelo governo do DEM de 2001 a 2006.

Quanto à saúde, deputado, foram 17 anos sem um concurso para médico. E o nosso governo contratou 7.827 servidores para a Sesab. Na área de educação, foram contratados 5.760 novos professores.

Com relação à PM, todos sabem as conquistas que os policiais obtiveram. E, na noite anterior, o governador Jaques Wagner recebeu a associação de praças junto com o secretário de Segurança Pública.

Isso é o novo! Isso é a democracia, a construção de um modelo que o mudo, hoje, copia, porque é inusitado. Ele combina políticas sociais como vetor econômico. Ele tem políticas econômicas. Aumentou o salário mínimo. Criaram-se 19 milhões de novos empregos. Cresceu a classe trabalhadora nesse País. Criamos, de forma inédita, um mercado interno potencial e um mercado interno de fato que é objeto de desejo de todos.

Essas são as políticas deste governo que apresentamos.

Gostaria de que V.Ex^a trouxesse os números de seu governo da forma como eram tratados o movimento sindical, a imprensa e a Oposição aqui nesta Casa, pois

todos sabem que não se mudava uma vírgula de nenhum projeto. No entanto, V.Ex^a, hoje, goza desta democracia, o republicanismo. Tudo isso é graças à conquista de nosso governo, de um governo de aliança hegemônico por este partido criado pela classe trabalhadora brasileira que é o Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Obrigado deputado Marcelino Galo. Agradeço o aparte concedido por V.Ex^a.

No entanto, V.Ex^a coloca que, à época que governamos a Bahia, tratávamos os sindicalistas com chicote na mão. Veja agora! V.Ex^a trata de que forma? Dando cargos? Porque eu não vejo manifestação e, na época, os sindicalistas eram atuantes. Eles enchiam estas galerias com faixas, palavras de ordem, iam às ruas defender a classe trabalhadora. Não tenho visto mais isso. Não tem chicote. Qualé o receio?

Com relação à Polícia Militar, parece até que a Polícia Militar está satisfeita com o governo de V.Ex^a. Não é o que vemos nas manifestações que a PM tem feito. Confesso-lhe que sinto saudade do chicote nas mãos quando vejo que, naquela época, bandido estava na cadeia, bandido era para ficar na cadeia, atrás das grades, e o cidadão de bem andava nas ruas.

Inverteu-se a posição hoje, neste governo que há dez anos governa o Brasil e há sete anos governa a Bahia. Inverteu-se, a população fica presa com grades em suas casas e os bandidos estão soltos, os delinquentes estão matando diuturnamente.

Tenho saudade da época do chicote, quando todos os investimentos vinham ao Nordeste, passavam pela Bahia, e o resto ia para Pernambuco, Ceará e Maranhão. Agora, inverteu-se. Vai a Pernambuco, Ceará, Maranhão. E o restinho vem para a Bahia.

Agradeço o aparte a V.Ex^a.

O Sr. MARCELINO GALO:- Também agradeço a participação de V.Ex^a. Recuso-me a incorporar o seu aparte, porque não devemos sentir saudade de chicote.

É terrível ver V.Ex^a reconhecer que sente saudade do chicote. Com certeza, esse chicote não voltará jamais, porque o povo brasileiro aprendeu, mesmo com o ataque midiático, feito sistematicamente, 24 horas no ar, com uma descarga ideológica, dos interesses de uma Direita perversa que governa e que ainda tem muito poder neste País, porque ainda temos pouco poder, deputado Gaban. Apenas ocupamos parte do Poder Executivo. Somos minoritários no Poder Legislativo. Sabemos ser preciso abrir outros Poderes da República para a sociedade.

De forma que aperfeiçoemos a democracia cada vez mais. Esse chicote será uma peça de museu, como é a sede do DOI-Codi, em São Paulo, que tem as suas repartições onde foram praticadas torturas, assassinatos e chicoteadas.

Ditadura, nunca mais! Viva o Partido dos Trabalhadores!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, falará, por todo tempo, o Pastor Sargento Isidório, da Fundação Dr. Jesus, que vem hoje com o coração extremamente

tranquilo, abençoado, a fim de fazer a sua mensagem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Oxalá, isso aconteça, deputado.

Com a palavra o nosso deputado Pastor Sargento Isidório, com a Bíblia nas mãos, pedindo a Deus misericórdia por todos nós.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, tomei conhecimento de que a Assembleia Legislativa está sendo honrada pelas presenças dos senhores e senhoras juizes de Direito na busca e fiscalização dos seus direitos. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

Aproveito a oportunidade para colocar-me à disposição. Vejam, no que depender de mim, o projeto sobre os direitos e garantias de V.Ex^{as} será aprovado. Oxalá, imediatamente, toquemos neste assunto. Esperamos que todas as lideranças, Líderes de Governo e de Oposição, façam um acordo, já que é comum fazê-los aqui. Neste caso, é para resolver uma demanda muito grande de V.Ex^{as}. Tão grande que os faz estarem aqui.

Senhores e senhoras, cito a Bíblia Sagrada, no Salmo 133: *“Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união”*. E a Bíblia diz que onde há a união, Deus ordenará a bênção para sempre.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, não poderia ficar calado diante das declarações da senadora Lídice da Mata, numa entrevista ao *Bahia Notícias*. Ela é uma mulher por quem, até aqui, tenho tido respeito; não poderia ser diferente, não pelo cargo que ocupa, já que senadora não é melhor do que ninguém, nem presidente da República, mas sim por ser mulher, e uma mulher de luta. Sempre tive, tenho e quero continuar a ter o maior carinho por ela, principalmente pelos seus atributos de luta, de enfrentamento à ditadura e à tirania, ação que não é somente dela. Pelos meus cabelos brancos, também sempre estive ao seu lado quando esta Nação e este Estado eram governados pelo chicote, pela tirania, quando o fuzil servia para o início do diálogo.

Todavia, não posso simplesmente aceitar que aqueles que pregaram a democracia, que pregaram contra a intolerância religiosa, que pregaram todas essas coisas constitucionais, queiram agora prestar um desserviço partidário, tentando cercear o meu direito religioso, o meu direito de fé, o meu direito de pensamento. Todos estão vendo o debate que ocorre nesta Nação, e não pode ser diferente, pois ninguém botará dentro de um biombo a ditadura e a supremacia *gay* que estão sendo pregadas neste País.

Continuo dizendo a todos que não tenho nada contra as pessoas homossexuais. Entretanto, como cidadão, não sou obrigado a retornar ao que conheço, que nunca foi bom, ou assistir à escolaridade do homossexualismo sendo levada para tudo quanto é canto. Desde Roma, desde a Grécia Antiga, nós cidadãos convivemos com tudo isso. Sempre estive presente na sociedade brasileira e mundialmente, mas nunca se tentou fazer supremacia e ditadura *gay*.

Agora, o Legislativo terá de ser comandado por *gay*. O Judiciário terá de ser comandado por *gay*. Os Executivos terão de ser comandados por *gay*. Isso é conversa fiada! Essa discussão toda gira em torno do projeto de lei nº 1.122, com o qual querem tornar os *gays* e as lésbicas deuses intocáveis.

Nesta Nação, se faz piada com padre, com juiz, com pastor, com presidente da República e até com Deus, mas não se pode tocar em qualquer assunto que envolva um *gay*. O que planejam é criar o crime de homofobia... Ora, homofobia é ser

violento, é agredir. E como homem de Deus, fosse eu católico ou evangélico, não quero morte nem agressão. E a Nação, que é governada pelo Senhor Jesus, também não quer.

Mas não me silenciarei neste debate, não deixarei de expor as minhas ideias, até porque a senadora Lídice da Mata precisa conhecer também o seu limite. Ela tem o direito de ter a sua fé e ser de Oxum. E eu tenho o direito de honrar e bendizer o nome d'Aquele que mudou a minha vida há dezoito anos, quando eu era um farrapo, quando, por falta de conhecimento da palavra de Deus, por falta de obediência a oficiais, a praças que me instruíam na Polícia, ainda dentro da PM planejava assaltos a bancos.

Lamentavelmente, por estar envolvido com as drogas e com a bebida alcoólica, das quais fui liberto por esta palavra, que não é a palavra que o Jean Wyllys, aquele rapaz escandaloso, que pega uma Bíblia de católico, de evangélico, e chama de piada: “Esse livro é uma piada, todos que nele creem são palhaços e todas as igrejas são um circo”.

Até aceito ser palhaço, Sr. Jean Wyllys, porque palhaço é coisa boa, leva alegria às pessoas. Só não quero estar na sua pele, com suas práticas, que é chamado de rapaz, escandaloso, abominável.

É Bíblia, estou discutindo fé, e fé não se discute. A senadora precisa respeitar também a minha fé. Já basta o que fizeram comigo no partido, sem me ouvirem, sem respeitarem o meu direito também de defesa. Simplesmente, colocaram nos *sites* e na mídia que eu estou sendo execrado por um partido. Que democracia é essa? Democracia não pode ter limites, não pode haver democracia para um grupo de gays e lésbicas irem para a frente de uma igreja evangélica ou católica quebrar vidros, bancados por vereadora desta cidade, não pode haver democracia para desrespeitar as igrejas.

O que estão querendo nesta nação? Uma briga religiosa? Vão implantar uma briga? É cota para gay, é cota de emprego para gay, tudo gay, e nós temos que sair das praças, temos que sair dos shoppings porque os gays, em vez de procurarem o seu quarto de motel para se relacionarem, como faziam antigamente debaixo dos tapetes, estão saindo nas ruas com suas imoralidades, na frente dos nossos filhos.

Digo e repito, quero prova de que um dos senhores deputados ficará alegre, pegará na barriga da vossa esposa para dizer “está vindo aqui meu gayzinho, minha gayzinha já está nascendo”. Quero prova!

Essa Casa é de debates. Estou defendendo as famílias. Não podemos aceitar que um projeto de lei tire a palavra pai e mãe do registro para não frustrar os filhos criados por casal de gays. “Quem é essa? Essa é minha mãe. E quem é essa aqui? Essa é meu pai. Quem é esse? Esse é meu pai. E quem é esse daqui? Esse é minha mãe.”

Vão tomar vergonha, respeite essa nação, respeite a Constituição, tenho direito de cidadão. É por isso que a seca está aí, o governador não vai dar jeito. É por isso que São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina estão sendo destruídos pelas águas. Isso é profecia da palavra de Deus. Na hora em que se cria casamento gay, se extermina a humanidade.

Quer um conselho, senadora Lídice, para seu partido? Querem um conselho, governantes que querem implantar a supremacia gay? Botem um casal de gay numa

ilha, botem um casal de gay fêmea na outra, e botem um casal de Deus na terceira ilha, e voltem depois na ilha com um casal de homens, não haverá ninguém, possivelmente não estarão vivos; na ilha onde estiver o casal de mulheres, não haverá ninguém porque farinha com farinha não faz farofa; na ilha onde tem...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) o casal de Deus, se não estiver na barriga, já terá nascido um lindo menino e uma linda menina.

Respeitem a nossa nação. O que disse sobre a cantora musa Daniela Mercury, para concluir, quero dizer que ela ficou famosa cantando “amor de Julieta e Romeu, igual ao seu e ao meu”. Agora ela está na *Veja* dizendo que o casal tem de ser Julieta com Julieta e Romeu com Romeu.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Respeite a nação brasileira e respeite o direito à minha fé. Não nasci deputado, estou deputado. Sou homem de Deus como tantos homens e mulheres que estão me olhando. No dia em que me faltar partido, terei Jesus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou bloco parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de dez minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por cinco minutos o deputado José de Arimatéia e pelos cinco minutos restantes o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra, por cinco minutos, ao deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa presente, TV Assembleia, telespectadores que nos assistem por meio da TV Assembleia, presentes nas Galerias Paulo Jackson, venho a esta tribuna para registrar que, hoje, na Comissão de Saúde e Saneamento, tivemos uma audiência pública na qual o deputado Alan Sanches apresentou um requerimento, pedindo para que discutíssemos a questão da saúde pública na região de Jiquiriçá. Nós tivemos a presença do prefeito daquela cidade, Carlinhos, e de alguns vereadores.

Não sei se o deputado Alan Sanches se pronunciará a respeito dessa audiência – provavelmente sim –, mas, na condição de presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, Sr. Presidente, realmente, fiquei feliz e aproveitei a participação do prefeito e dos vereadores daquela cidade para mostrar que nós estamos vivendo a década da prevenção (2012/2022) que, inclusive, foi lançada pela presidente Dilma, no ano passado.

Nós pudemos ver, Sr. Presidente, que por falta de informações de muitos gestores, não é o caso do prefeito atual, mas não é só ele... Sabemos que alguns prefeitos precisam conhecer aquilo que o Ministério da Saúde disponibiliza para os municípios. Os prefeitos precisam conhecer isso.

A presidente Dilma lançou, em novembro de 2011, as estratégias para enfrentamento das DCNTs – Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Para vocês terem uma ideia, no Brasil, 72% dos atestados de óbito tem como *causa mortis* doenças crônicas não transmissíveis. Por isso, nessa reunião de hoje, eu falei que a presidente

da UPB, Maria Quitéria, tem um papel fundamental, qual seja, esclarecer os prefeitos. Eu me coloquei à disposição, na condição de presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, para levar ao conhecimento dos Srs. Prefeitos os projetos do governo federal para a prevenção desse tipo de doença.

Para vocês terem uma ideia, se os gestores municipais não se organizarem até 2022 – nós estamos em 2013 –, nós teremos um gasto de recursos públicos de US\$ 47 trilhões. As perdas globais serão muito expressivas, estimadas em US\$ 47 trilhões. Isso equivale a 5% do Produto Global Bruto.

Existem, no ministério da Saúde, vários projetos que podem ajudar na prevenção dessas doenças, mas para isso os gestores municipais precisam conhecê-los. Os secretários municipais de saúde precisam conhecer esses projetos, prepará-los e encaminhá-los ao ministério da Saúde, para que mais recursos possam chegar e, assim, dar uma qualidade de vida melhor aos senhores.

Nessa audiência ocorrida, hoje, chamei a atenção e venho a esta tribuna me colocar à disposição. Soube que amanhã vai ter uma reunião da UPB e se a presidente Maria Quitéria puder abrir esse espaço, estarei lá para levar ao conhecimento dos Srs. Prefeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero chamar atenção desta Casa, deputado Bira Corôa, que é presidente da Comissão da Igualdade, que no ano passado discutíamos sobre a questão das baianas de acarajé. Estamos na iminência da Copa das Confederações e da Copa do Mundo e há esse imbróglio das baianas de acarajé que não poderão vender suas iguarias dentro do estádio.

Vejo alguns procuradores aqui do Ministério Público e quero chamar a atenção de V.Ex^{as} para essa luta, porque as baianas representam a Bahia. Em todos os eventos, Sr. Presidente, que acontecem no nosso Estado geralmente se convida uma baiana vestida a caráter. O acarajé é distribuído, deputado Bira Corôa, em todos os eventos com autoridades de fora do nosso País e é algo que é reconhecido não apenas no nosso Estado, mas fora dele e em outros países. Não vejo o porque das baianas ficarem de fora do evento.

Na Arena Fonte Nova, estivemos lá, existe espaço de sobra para que elas possam ficar dentro da Arena, nos camarotes, e as pessoas se beneficiarem dessa iguaria do povo baiano. Esta será nossa bandeira, deputado Bira Corôa, e vamos tentar chamar as pessoas responsáveis dentro da comissão. Acho que é um momento importantíssimo, estamos às portas da Copa das Confederações e certamente estaremos lutando para que as baianas de acarajé possam ter o seu espaço garantido no entorno da Arena Fonte Nova ou até mesmo dentro dela. Não sei de que forma, mas acho que temos que chegar a um acordo e trabalharmos em cima disso.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Agradeço pelo aparte, deputado Sidelvan Nóbrega, quero dizer

que concordo plenamente com V.Ex^a. Faz parte da cultura baiana. O cartão de visitas da Bahia em todos lugares em que vamos no País e fora é o acarajé e a baiana do acarajé. Tem que ser destinado um espaço para ela, sobretudo na Copa das Confederações, que vêm pessoas de vários países do mundo e querem provar nosso acarajé. Então, tem não só o nosso aplauso, mas o nosso apoio para o que for necessário para esta justa reivindicação ser atendida.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Muito obrigado, deputado Gaban. Um aparte ao deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado Sidelvan Nóbrega, agradeço pelo aparte. Reafirmo a importância do seu depoimento e acima de tudo do compromisso que tenho com esta luta. A baiana do acarajé não simboliza apenas mais um empreendedor deste Estado. É a própria identidade deste Estado, nossa identidade como baiano.

Tenho acompanhado esse processo de luta e faço valer a posição que estamos provocando discussão com o governo. Sei que não é uma posição do governo, é uma posição da FIFA e estamos também buscando uma audiência com a FIFA provavelmente na semana que vem para abrir a discussão com a Abam – Associação das Baianas do Acarajé. O próprio governo do Estado quando inaugurou o salão de recepções da governadoria, que deu o nome das baianas do acarajé, assumiu o compromisso de que a Fonte Nova ia ter de volta pelo menos as 13 baianas que já eram de lá.

Eu frequento o esporte há mais tempo neste estádio, assim como todos da minha geração e de gerações anteriores, nós marcávamos o encontro no tabuleiro da baiana de acarajé. Era o ponto de chegada e de saída quando os amigos queriam se reencontrar.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Muito obrigado, deputado Bira Corôa.

Sr. Presidente, só para concluir a minha fala, quero dizer que estamos trabalhando há algum tempo, desde a época de vereador na cidade de Salvador, acompanhando a luta delas e, certamente, seremos esta voz junto com o deputado Bira Corôa e todos os pares que queiram encampar esta luta para que as baianas de acarajé e a nossa cultura seja divulgada para todo mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Por todo o tempo usará a palavra o deputado Sandro Régis, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra, pelo tempo de dez minutos, o deputado Sandro Régis.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença dos estudantes da Faculdade de Baiana de Direito nas galerias desta Casa. É uma honra tê-los entre nós. Agradeço.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias

Paulo Jackson, eu quero aqui saudar a todos na presença da Dra. Nartir, presidente da AMAB.

Quero fazer um pronunciamento, nesta Casa, sobre um problema que vem atingindo a vida de todos os baianos. Cada vez mais a seca assola o nosso Estado. Tivemos o cuidado de fazer um levantamento sobre os prejuízos que a seca vem trazendo para toda a Bahia e para os baianos. Já são 300 mil bovinos mortos de fome ou de sede em toda a Bahia.

Na cultura do café os prejuízos chegaram a 80% nos últimos dois anos de estiagem. Em 2011, a produção do grão foi de um milhão e meio de sacas e a previsão para este ano é de 300 mil.

Os prejuízos na produção de leite já chegam a 70%. A redução tem incentivado o êxodo rural. O leite e o sisal, que juntos empregam mais de 500 mil trabalhadores, são hoje bons exemplos disso: apenas 40% dessa mão de obra continua em atividade.

Ontem, deputado Gaban, os moradores do município de Queimadas, como fizeram os moradores de Ponto Novo, fecharam a BR, pedindo ao governo do Estado que olhe para a situação da seca.

O prefeito e vereadores já estiveram com várias autoridades pedindo que o governo tome a providência de limpar a barragem do leste que atende a diversos municípios, mas até hoje o governo promete, promete, promete e nada resolve. Já são sete anos que o governo que aí está administra o nosso Estado e não foi construída sequer uma lâmina d'água. As adutoras fomos nós que construímos. E muitas delas o governo não teve a capacidade de terminar.

O governador foi na terra do deputado Zé Raimundo e disse na rádio que estava construindo uma barragem em Barra do Choça. E o deputado Zé Raimundo sabe que não existe construção alguma de barragem em Barra do Choça. Inclusive, o radialista ficou surpreso: “Como é que está sendo construída uma barragem em Barra do Choça e a imprensa de Vitória da Conquista não sabe?” E quando a imprensa foi lá verificou que não existe uma pedra sequer, ou seja, é querer brincar e desrespeitar o sentimento do povo da Bahia.

Aqui temos alguns depoimentos, a exemplo do Sr. Luís Santos de Oliveira, produtor rural de Seabra. Ele revela que a produção de todo município foi reduzida a 10%. Hoje, o principal cultivo da região é o tomate, mas cerca de 30% da produção já foi perdida devido a seca. E o governo insiste nas propagandas como se estivesse tudo bem; como se a Bahia fosse às mil maravilhas e não se tem uma ação preventiva para combater a seca em nosso Estado.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Parabenizo V.Ex^a, que faz um pronunciamento num momento extremamente oportuno, e hoje me parece que o Líder do governo só agora apareceu. Espero que fique no Plenário para dizer o que é que o governo votará nesta terça. É quem tem a maioria aqui, e não se discute nada, ele não fala nada.

Mas, se forem votados aqueles 100 milhões de reais, é mais um dinheiro para jogar fora, deputado Sandro Régis. Se o governo estadual nestes seis a sete anos de administração tivesse feito um programa de construção de barragens com perenização de rios, seria muito oportuno. E também se destinasse dinheiro para os sindicatos, as associações, as ONG's, mas esse modelo que tem sido adotado pelo PT não deu certo.

O governo anunciou, palavras do governador Jaques Wagner, que já gastou 4 bilhões com a seca. Esse valor é mais que a metade, quase 58 a 60%, do que foi destinado aproximadamente pelo governo federal para levar água a todo o Nordeste. Um projeto que passaria por vários e vários estados. O governo da Bahia, se gastou efetivamente 4 bilhões, e nós temos de ter conhecimento desse valor, no mínimo esse foi um dinheiro pessimamente aproveitado e gasto.

Então, se tivesse feito um programa, um plano de recursos hídricos, possibilitaria inclusive uma visão maior. E governo nenhum deixaria de dar continuidade a um processo desses. Aí, sim, esse recurso de cem milhões poderia ir para o sindicato, como quer o PT baiano. Mas esse modelo está errado, dar dinheiro agora a quem não tem nem como tomar água para a sua sobrevivência, a quem está disputando uma lata d'água até em sedes municipais, como disse aqui o Vice-Líder do governo, deputado Carlos Brasileiro.

A água em Senhor do Bonfim está disputada à noite, e tem tido briga para disputar uma lata d'água na sede municipal, mas ainda se fala em dar dinheiro a sindicato. Para quê? Pra jogar fora? Pra carro-pipa? Carro-pipa é modelo ultrapassado.

Então, parabênizo V.Ex^a pela oportunidade do pronunciamento no dia em que se pensa em dar dinheiro a sindicatos e ONG's para se jogar fora, como infelizmente para a nossa tristeza tem sido jogado, nestes anos de governo Wagner.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o seu aparte e digo mais, deputado Gaban: ao viajar o secretário de Estado com mais de 50 pessoas, depois de 7 anos, para discutir a seca no interior baiano, ele vai às reuniões e fala que nunca se trabalhou tanto pela Bahia como neste governo. Cadê o trabalho? O povo está morrendo. Hoje a Bahia sangra com a violência ou a seca. A Bahia perdeu a guerra contra a criminalidade. Isso é fato notório. E também perde a guerra contra a seca.

Não existe uma ação preventiva deste governo. Qual foi a adutora construída por este governo? Qual foi nestes 7 anos a barragem que o governador Jaques Wagner construiu para amenizar o sofrimento do povo e se preparar para a seca? Aí fala-se em cisternas. Cisternas são mecanismos para se armazenar água da chuva. Fazer cisternas sem chuva é jogar dinheiro fora, é falta de planejamento.

Imagino o deputado Carlos Brasileiro em sua região, com o povo de Bonfim morrendo de fome e sede, tendo de explicar e justificar o injustificável, porque as barragens que existem lá fomos nós que construímos. Elas, que estão dando vida e água àquele povo, foram construídas por nós.

Quero saber qual a ação efetiva deste governo, o que fez ele para prevenir esta desgraça que está assolando a Bahia. Falo sobre a morte de 300 mil bovinos. São mais de dez anos para recuperar uma economia dessas, porque o produtor terá de comprar o gado novamente e replantar sua fazenda. De onde virá o dinheiro? Repita-se: de onde virá o dinheiro?

Isso é falta de planejamento! Ninguém pode adivinhar quando haverá seca e ninguém pode contê-la. Mas medidas podem ser tomadas, deputado Gaban, para equacioná-la.

Darei, como exemplo, um programa que vocês destruíram por perseguição: o Programa Cabra Forte. Esse programa ajudou muitos pequenos produtores. Perguntem aos pequenos produtores se o Programa Cabra Forte não era eficaz? Se

não levou água para os pequenos e miniprodutores? Vocês o terminaram por perseguição! Vocês achavam que, pelo fato de ter sido implantado por nós, teria de ser encerrado.

Hoje, a Bahia sangra: ou com a seca ou com a violência. Qual foi a medida eficaz que esse governo fez para prevenir o baiano da seca e da morte que assola o interior da Bahia?

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falarão, pelo tempo de 5 minutos cada, pela ordem, os deputados Zé Neto e Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o Líder do governo, deputado Zé Neto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, senhores e senhoras presentes, saúdo os procuradores, promotores, juízes, representados pela Amab e por outras representações e associações do Ministério Público.

Quero dizer que votaremos hoje os dois projetos que dizem respeito aos reajustes lineares dessas duas importantes instituições. E, no caso do Poder Judiciário, fazer com que tenhamos cumprida a Constituição e, também, os desígnios que já transcorrem em Brasília.

Perguntaram a mim, na imprensa, por que houve demora, no tocante ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, em função de que todos os dois têm autonomia financeira.

Dissemos que nossa cautela é a de votar nesta Casa o que temos consciência de que não haverá nenhum rebate à frente e que não necessite evidentemente de nenhuma suplementação. Dessa forma, conseguimos encaminhar os pleitos sem nenhum atropelo. E tanto o Ministério Público quanto o Judiciário dão uma demonstração clara e cristalina de que suas contas comportam os reajustes e vão fazer o “dever de casa” com pé no chão, com relação aos seus quadros funcionais.

No caso do Executivo baiano, estamos estudando, de forma final, a medida a ser tomada com relação ao linear do Estado. Isso porque todos sabem da crise que se abateu em todo Brasil, com relação aos gastos fiscais e os comprometimentos com pessoal, tanto no município, como no Estado e na União. São situações que precisam evidentemente de uma cautela redobrada. Mais de 300 prefeitos tiveram suas contas rejeitadas no Tribunal de Contas do Município. Grande parte dos prefeitos teve suas contas rejeitadas em função da situação de pessoal.

Hoje pela manhã, tive uma conversa rápida com ACM Neto, em que falei das dificuldades políticas que temos nesta Casa. Ele próprio disse que, com relação a Salvador, a situação não é fácil. Todos nós sabemos, tanto com relação a Salvador como a outros municípios, que não é diferente a situação. Em Feira de Santana. Nessas duas cidades, especificamente, não há nenhum aceno, deputado Sandro Régis, com relação a essa iniciativa dos dois executivos, e dos demais, em tocar a questão dos reajustes salariais lineares das categorias desses executivos.

Precisamos, evidentemente, ter essa coerência. Na verdade, as categorias do Estado tiveram em média 29%. Quem teve menos teve 29% acima da inflação. Aqui, aproveitamos e desafio, inclusive a Oposição, que cite quais as categorias que, num período de oito anos –, porque estamos com seis anos e alguns meses – deu algum reajustamento que se aproximasse de qualquer reajuste dado por nós às categorias. Lembrando que, no caso dos professores – uma categoria importante –, vamos chegar, agora em abril, a 56% de ganho real acima da inflação. Com os médicos, houve um reajustamento que chega à casa dos 250% acima da inflação. E, mesmo assim, era tão defasada a situação que ainda temos muito o que fazer. Queremos chegar a quase 370%, lá no fim do ano de 2014, em função do grande fosso salarial em que se encontrava a classe médica. Não é diferente com os policiais militares. Chegam a 100.4% em média para os militares com o pagamento dessa GAP, agora, do mês de abril.

Sr. Presidente, queria pedir ao deputado Álvaro Gomes mais dois minutos, que ele ficou de conceder-me.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos botar claramente os pontos nos “is”. Uma coisa, deputado Gaban, é a disputa política, outra coisa é o bom senso que deve nortear as decisões de Estado. É o bom senso que deve nortear as decisões de Estado, não só do Estado da Bahia, mas decisões de estado...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, tenho mais dois minutos que o deputado Álvaro concedeu-me.

(...) no âmbito federal e municipal, porque nós não podemos ter a compreensão... Não podemos deixar de lado esse entendimento.

Claro, a Oposição faz o papel dela. Agora há pouco falou da seca. Esqueceu, deputado Sandro Régis, do que deixaram no Estado. Nós já demos a três milhões e meio de baianos água para beber. O programa Água para Todos, inclusive, está sendo reeditado em âmbito nacional. Está sendo um programa que tem um êxito que ninguém diz o contrário. Vamos chegar a sete bilhões de investimentos – já estamos com cinco, praticamente, já contratados e executados. Em Feira de Santana, que o deputado Carlos Geilson bem conhece, saímos de 30% para 85% de cobertura de esgoto e já temos um investimento de mais de 120 milhões para fornecimento de água. Agora, neste momento em que estamos aqui conversando, está em curso uma obra de R\$ 48 milhões para extensão na região norte e mais outra de R\$ 32 milhões para extensão de água na região leste. E dois distritos dos mais secos da cidade, o distrito de Ipuacu e Jaguara, recebendo 42 quilômetros de transmissão de água, com a adutora nova e com a estação de tratamento.

Sabemos das dificuldades. Foi assim que enfrentamos a questão do Seguro Safra. Na Bahia, tínhamos apenas seis mil inscritos. Hoje temos mais de 200 mil. Foi assim que nós enfrentamos, com o Banco do Nordeste, buscando melhorar os créditos. E ainda temos muito a fazer, porque a questão é a burocracia. Infelizmente, culturalmente inclusive, precisa ser transformada e não depende só de uma vontade.

Portanto, estamos com o pé no chão. Sabemos dos nossos deveres e estamos cientes do que é ser governo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Zé Neto.

Vamos hoje votar esses dois projetos. Vamos votar o projeto do empréstimo do

FIDA, que trata de US\$ 50 milhões de empréstimo junto ao FIDA. Que tenhamos hoje na Casa um momento de debates, tranquilo, sereno e que cada um possa colocar sua posição mas sempre com coerência, porque a seca não espera e precisa de recursos. Nesta Casa acredito que a Oposição não fará outra coisa senão... Façam a crítica mas não deixem de ajudar a fazer com que esse recurso chegue aos baianos que, neste instante, precisam de apoio e de estrutura.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. V.Ex^a dispõe de 2 minutos. O deputado Zé Neto quase que tomou o seu tempo...

O Sr. Gaban: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes, porém, deputado Álvaro Gomes, questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban: -Meu caro presidente, deputado Zé Neto, gostaria de parabenizar V.Ex^a. Realmente confesso que eu estava encabulado, extremamente preocupado em ver o silêncio dos sindicalistas. E o Líder do Governo, sempre vi na Casa, nas suas rápidas aparições, dizendo que estão fazendo os estudos.

Pelo pronunciamento de V.Ex^a, agora ficou muito claro a situação. O Governo Jaques Wagner deu tanto dinheiro, tanto reajuste ao funcionário público, que os presidentes dos sindicatos estão fazendo estudo com a área econômica do Governo para ver a contribuição que os funcionários públicos vão dar para tapar o buraco que o Governo teve de dois bilhões e seiscentos no custeio do ano passado. Agora está claro! Os sindicalistas entendem que o funcionalismo público é que tem que dar dinheiro para Wagner, que o aumento foi tão grande, tão estúpido!

Então, agora comecei a entender, deputado Zé Neto, o silêncio de todos os sindicalistas está claro, mas só gostaria de deixar bem claro que no Legislativo não, os funcionários daqui querem o aumento salarial que está em lei. E não vamos abrir mão, não! Pode o presidente da Casa não esperar o Executivo, porque só fazemos aqui o que o Executivo quer, que ele faz na frente, tanto é que hoje só por pressão.

O deputado Líder do Governo vai botar para votar os projetos, constitucionalmente, devidos ao Ministério Público, ao Judiciário e aos juízes. Porque não queriam, tinham recuado, agora voltou porque teve pressão, não tem a coragem de enfrentar o Judiciário, mas tem coragem de pedir dinheiro para o servidor público devolver tanto dinheiro que o Governo deu. (Risos)

E mais uma coisa, parabéns, o Programa Água para Todos é um sucesso. Não sei, deputado Elmar, se V.Ex^a ou o deputado Carlinhos Brasileiro e todos os parlamentares que estão aqui, reclamando de água. A água é para todos, Campo Formoso está cheio d'água, Senhor do Bonfim está cheio d'água, Ilha de Itaparica, tem que cobrar do presidente da Embasa por que está fazendo racionamento agora em Itaparica! Vai levar uma ponte para lá, uma das coisas para incentivar o turismo, nem água tem!

Então, o grande sucesso do Água para Todos vai ser agora, deputado Leur, ser um modelo para o Brasil inteiro. Vai mudar o nome, não é, deputado Zé Neto? Deve ser um nome em vez de Água para Todos, racionamento para todos, que a grande experiência do Governo Wagner vai servir de monitoramento e experiência para outros estados nordestinos e brasileiros. Então, racionamento para todos, muda o

nome do Programa Água para Todos, tremendo sucesso.

Quero ver V. Ex^a pedir voto para deputado federal no ano que vem e dizer: esse Programa Água para Todos é um sucesso, e o povo passando sede como está, deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Gaban, V.Ex^a terminou não formulando a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- É um assunto tão importante que resolvi aproveitar o assunto dele para falar e lembrar a V.Ex^a, que já o fez, que o deputado Álvaro Gomes tem apenas dois minutos, que o líder cassou, que seria do deputado Álvaro Gomes, para dizer que o programa racionamento para todos servirá de modelo para o Brasil. Então, a experiência de passar sede vai ser transferida para o Brasil inteiro. Parabéns, deputado Zé Neto, por mais uma obra do Governo Wagner.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai na linha que V.Ex^a apontou. Não podemos estar rasgando, gradativamente, o Regimento desta Casa. Questão de ordem é diferente de fazer rebate a um debate ou a uma discussão de um parlamentar, para isso tem a tribuna. A minha questão de ordem é que a Presidência da Mesa seja atenta para que as questões de ordem sejam conduzidas com a exposição da questão de ordem em alimentar a matéria.

Mas quero só aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que o nobre deputado, ao se pronunciar, está tão ansioso pelo posicionamento do sindicalismo, vai ter muito tempo para que ele possa aprender qual é o posicionamento e a condição do sindicalismo que, na realidade, é um processo de militância, de construção sindical e de luta de categoria que o nobre deputado não acompanhou, e é preciso acompanhar agora até para entender o procedimento.

Quero reafirmar, Sr. Presidente, que questão de ordem é para conduzir as ações dentro do Regimento e não para fazer o embate ou o contraponto a um discurso, a um pronunciamento de um parlamentar.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Bira Corôa, concordo com V.Ex^a, mas o Regimento diz que o deputado tem 5 minutos para formular a questão de ordem, então a Presidência é forçada a aguardar o tempo regimental na expectativa de que o parlamentar a formule. Não posso adivinhar que ele vai utilizar os 5 minutos e não formular a questão de ordem.

Peço aos Srs. Deputados que efetivamente tenham o devido cuidado para acompanhar o Regimento desta Casa.

Deputado Gaban, vou conceder a questão de ordem a V.Ex^a, mas peço que tenha tolerância, pois o deputado Álvaro Gomes já está há um certo tempo na tribuna e falará durante os 2 minutos que tem direito. Depois concederei a sua questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, na realidade são 3 minutos.

Mas quero dizer que recebi, hoje pela manhã, uma representação do Parlamento Jovem Brasileiro, que solicitou o nosso apoio no sentido de

implementarmos o Parlamento Jovem Baiano. Alguns estados já o implementaram, a exemplo de São Paulo e, salvo engano, Minas Gerais. Está aqui a resolução 798, de 2 de setembro de 1999, da Assembleia Legislativa de São Paulo, estabelecendo o Parlamento Jovem Paulista.

Esse importante programa de São Paulo tinha, inicialmente, o objetivo de levar esse debate aos estudantes do Ensino fundamental, da 5ª a 8ª série; posteriormente, houve uma alteração na citada resolução com a qual foram incluídos os estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Lá, é composto por, no máximo, 94 estudantes, que exercitam a cidadania compreendendo o que é o Parlamento, inclusive elaborando projetos de lei que são apreciados.

Ao fazer esse registro, digo aos estudantes que eles contam com todo o nosso apoio nessa luta para que venhamos a implementar o Parlamento Jovem na Assembleia Legislativa da Bahia, formalizado por meio de um projeto de resolução. Até já estamos elaborando essa proposição para que possamos, efetivamente, incluir os estudantes nos debates deste Parlamento.

Considero a escola um caminho muito importante para que a sociedade compreenda o verdadeiro papel do Parlamento, quais as suas atribuições, por que a Assembleia Legislativa de cada Estado é importante para a sua população. É preciso compreender que toda legislação estadual, seja favorável ou desfavorável, passa necessariamente pela Assembleia Legislativa.

Então é um Poder de grande importância para a sociedade, e os estudantes precisam exercitar essa função, mesmo simbolicamente, para que possamos avançar na construção da democracia no nosso Estado e no nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado Álvaro Gomes.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, estranhei a intervenção do deputado Bira Corôa, parlamentar com quem tenho um relacionamento pessoal muito bom, além de respeito os pronunciamentos que faz. Mas tenho de destacar a escorregada que V.Exª, deputado Bira, deu hoje na sua questão de ordem quando evocou o Regimento Interno. De qual regimento estava falando? Que regimento tem esta Casa? Será que é o que V.Exª ajudou o presidente a aprovar na Mesa Diretora, estabelecendo que na apreciação de uma ata se leia: “Ata da reunião número tal...” Ninguém vê, ninguém ouve e põe para aprovação, sem saber o conteúdo.

E é isso aí que é? A gente aprova aqui nesta Assembleia uma ata que a gente nem sabe o que está escrito nela! E tantas jurisprudências, que quando a gente pede uma verificação de quórum tem de zerar o painel e dar 25 minutos para esperar que chegue a base do governo, que acostumou a ficar ausente, porque não quer discutir nenhum problema da Bahia! Está no Regimento isso, deputado Bira Corôa? Eu tenho que ver de qual regimento V. Exª está falando. Porque o Regimento foi aprovado nesta Casa na gestão do então presidente Luís Eduardo Magalhães, que, nesta semana, infelizmente, está completando 15 anos que deixou esta terra, é esse

Regimento foi criado por ele para dar oportunidade às minorias, para que elas tivessem o direito de exercer o papel de fiscalização e de controle. Mas, sobretudo, nesses governos de Wagner, acabaram com o Regimento Interno desta Casa! Só falta tirar, e já tentaram várias vezes, o direito de a Minoria se pronunciar, porque o restante acabou. Não tem Regimento, tem jurisprudência para fazer com que o presidente faça o que quiser, da maneira que quiser, porque há uma Maioria que segue a orientação do governador e quer tirar o direito da Minoria. Então, Sr. Presidente, V. Ex^a que também já fez parte da Mesa, eu tenho a certeza de que foi contra a mais essa excrescência que é não fazer a leitura da ata, dar como lida, e nós aprovamos sem saber o conteúdo dessas atas. Esta é a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Gaban, peço a tolerância de V. Ex^a, mas vamos evitar esse tipo de questão de ordem que não está efetivamente contribuindo para o andamento da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Por todo o tempo, falará o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson por 10 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da imprensa, senhores e senhoras que nos assistem das Galerias, meu caro vereador Zezito Correia, do PTB de Feira de Santana, obrigado pela visita de V. Exa. Acho que ouvi o deputado Zé Neto dizer que esse governo levou água para 11 milhões de baianos. Parece que eu o ouvi falar em 11 milhões de baianos. Na conta do deputado Zé Neto não tinha água em lugar nenhum, a água chegou com esse governo que está aí. E ele fala desse programa Água Para Todos. Que todos? Quem são todos? Porque na região do sisal não tem água. Por onde a gente passa no sertão não tem água. E o que mais o deputado Zé Neto fala é desse programa Água Para Todos. Só se for “acionamento para todos”! Falta água em Feira de Santana constantemente, mas Feira ainda não é uma cidade que está no nível crítico, mas em todo o Semiárido de modo geral, na região sisaleira principalmente falta água,

O deputado Zé Neto faz uma matemática pueril que só ele pode decifrar os números apresentados, porque nós baianos vivenciamos na pele o sofrimento da falta de água, a ausência do governo, um governo leniente, letárgico, que não combate como deveria combater os efeitos da seca. Fala-se em barragens. Qual a barragem que esse governo construiu. Quantas barragens foram construídas? Quantas cisternas foram construídas? Qual é de fato a política de combate à seca desse governo?

O que esse governo tem muito é propaganda. O que esse governo tem muito é o marketing para engabelar o cidadão, principalmente os incautos, mas nem os incautos agora estão caindo mais nessa propaganda, nessa falácia. Números fantasiosos! Pelo amor de Deus, deputado Zé Neto! Cadê o reajuste do servidor público do Estado? Outrora V. Ex^a estaria aqui nesta tribuna dando salto mortal, rabo de arraia, cabriola neste Plenário, cobrando o reajuste do servidor.

Não se ouve mais nada. O que se ouve, agora, é o deputado tentar justificar o injustificável.

Os projetos que serão votados hoje, aqui, foram resultados de ações, de pressão dos interessados, e da Oposição, porque bem sabemos, quando cobramos a aprovação desse projeto, qual foi a reação do Líder do governo. Nós bem sabemos e conhecemos.

Portanto, deputado Zé Neto, gostaria de que V.Ex^a trouxesse números claros, verdadeiros, concretos, que pudessem aclarar, que pudessem, de forma insofismável, mostrar a realidade e não esses números que V.Ex^a faz questão de trazer sempre que é abordado.

E ele tira esses números, começa a apresentar um rosário de números: investiu não sei quantos milhões, não sei quantos milhões de litros d'água, não sei quantos milhões, milhões, milhões, mas quando se vai ver, nada de concreto.

A economia nos preocupa, já sentimos sinais da volta da inflação neste País.

A presidente Dilma, numa sede voraz pela reeleição, já disse que em política se faz tudo, até aliança com o diabo. Ela já falou isso.

O PT, para continuar no poder, faz qualquer coisa: vende o Estado, a Nação, quebra a Petrobras, quebra a Eletrobrás, o importante é que eles continuem no poder. E vêm aqui, agora, falar e criticar o passado. Ora, o passado nos motiva a ver que a coisa não mudou.

Quando a população baiana votou pela mudança era porque não estava satisfeita com o passado, com os governos passados. E o PT vendeu um projeto que seria totalmente diferente. Chega ao poder, a mesma prática, os Redas se espalharam por toda a Bahia, os PSTs. E a mesma prática de Antônio Carlos, que era aqui criticada por eles, a questão de trazer os deputados em troca de cargos, lembro muito bem que os petistas reclamavam do adesismo. Meu Deus do Céu, isso está cada vez mais em voga, cada vez mais presente.

De modo que quero, aqui, deixar minha preocupação em relação à questão da economia no País. No interior, a todo instante um político é procurado, alguém chega com um currículo, pedindo emprego. O índice de desempregados é muito grande, e eles falam que tiraram não sei quantos milhões da pobreza. Tiraram como, se eles não vivenciam de perto a situação?

Eu sugiro ao governador Wagner colocar seus deputados num ônibus e seguir para o interior, comendo poeira, vendo as dificuldades, sentindo na pele e na alma o sofrimento do sertanejo. Agora, eles ficam aqui, em seus gabinetes, muito bem acomodados, recebendo as notícias que não são verdadeiras. O governador usa helicóptero quando vai ao interior. E pausa, recebe ali os seus liderados, faz seu discurso e volta para a capital.

É um governador que não conhece a realidade. Eu sugiro ao governador que faça uma caravana, pegue seus liderados e coloque num ônibus. Poderia ser a caravana da saúde, mas seria uma caravana para ver de perto a necessidade, o sofrimento do sertanejo. Acho que V.Ex^a também iria nessa caravana.

Sugiro à Oposição, meu caro deputado Gaban, que também façamos a mesma coisa: saíamos em caravana para ver de perto a situação, porque só se tem noção mesmo é quando vê, quando consegue enxergar, consegue apalpar. Porque, enquanto dizem que a situação está assim, está assado, a situação está é terrível, está é periclitante. O homem urbano não tem noção do que está-se passando no campo. A situação é dramática, é vexatória! Pelo amor de Deus, façam alguma coisa!

Hoje, o secretário da Casa Civil, o Sr. “Ruim” Costa, diz que nunca se fez tanto no combate à seca como neste governo. Pelo amor de Deus, esse homem conhece o interior? Ele pode conhecer o Polo de Camaçari, onde trabalhou. Ele conhece Salvador, onde ele vive. Mas ele não conhece o interior. Aí, depois, dá uma entrevista dizendo que nunca se fez tanto no combate à seca como este governo.

Esse pessoal do PT deveria andar com o nariz de Pinóquio bem grande, porque cada vez mais eles mentem, o nariz cresce, uma vez que são contumazes na prática da mentira. E aquele velho ditado nazista se aplica: “Uma mentira repetida tantas vezes torna-se realidade.”

Portanto, aqui ficam o meu protesto e a minha indignação neste momento em que estamos sofrendo na pele os efeitos da seca. E o governo não tem um combate efetivo, não tem uma política, realmente, concreta, que leve a esperança para o homem do campo.

Hoje, caro deputado Gaban, fez-se uma manifestação nas cidades de Santaluz e Queimadas, fechando a BA-120, sabe por quê? Não tem água. Cadê a água de que o deputado Zé Neto tanto fala e que não chega lá para a região sisaleira? Cadê? Onde está este Programa Água para Todos lá em Feira de Santana?

E, ontem, o deputado Zé Neto não apareceu para o debate. Os produtores desesperados saíram às ruas carregando carcaças de animais mortos e jogaram às portas do Banco do Nordeste, que já diziam que era o farol do desenvolvimento.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pois não, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Parece que não ouvi direito: o deputado Zé Neto, num debate em Feira de Santana, onde foi candidato a prefeito, para discutir o problema da água, ele fugiu do debate?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não apareceu.

O Sr. Gaban:- Nossa Senhora, escafedeu-se. Mas ficamos tristes, porque o racionamento para todos ele disse que vai ser uma marca que a Bahia vai exportar para o Brasil inteiro. Esse é o governo que V.Ex^a tão bem descreve.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Essa é a preocupação do Líder do governo. Houve um debate em Feira de Santana. E ele estava na posse da secretária Moema Gramacho. Ele preferiu ir para a posse de sua correligionária e não ficar para sentir, prestar solidariedade a seus irmãos que estão padecendo no sertão. Pelo amor de Deus, deputado Zé Neto!

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falarão o deputado Alan Sanches, por 6 minutos, e o deputado Zé Raimundo, por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, demais pessoas que nos prestigiam com suas presenças, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, hoje, nós fizemos, caros colegas, uma audiência pública para tratar

da saúde no Vale do Jiquiriçá. Iniciamos trazendo o município de Mutuípe para debater a situação, porque lá existe apenas um hospital. A cidade tem mais de 25 mil habitantes. E, há poucos dias, o referido hospital fechou suas portas.

Por que trazer aqui para a Assembleia? Justamente porque há um convênio com a Secretaria da Saúde no valor de R\$ 192 mil, responsável por fazer esse repasse para que dê assistência. É um hospital filantrópico, a APMI Castro Alves, e responsável por fazer o atendimento.

Esse mesmo hospital faz 84 anos, agora, em 2013, e já fez cirurgias de herniaraquia, colecistectomia, laqueadura e várias cirurgias de médio porte. Hoje já não fazem mais e está, apenas, com internamento clínico, fazendo a recuperação de paciente que chega com dor, com um pico hipertensivo, alguma coisa assim, e transfere.

Nós, enquanto médico e deputado, queremos, realmente, que este hospital volte a atender às demandas daquela população. Tivemos, aqui, um debate. Inclusive, o prefeito prestigiou a nossa sessão com sua presença, mostrou-se preocupado. Carlinhos de Mutuípe e vereadores também, estiveram aqui, bem como o superintendente da regulação, Dr. Andrés Castro. Acho que foi um debate positivo, tenho certeza que será ajustado e dentro em breve estaremos trazendo grandes informações para aquela população.

E, Sr. Presidente, na quarta-feira da semana passada dei entrada aqui num projeto, alguns colegas estavam presentes, outros não, e eu vou começar a bater nesse pé para que a gente possa evoluir com esse projeto. É o seguinte: institui a meia-passagem aos domingos no sistema de transporte de ônibus e micro-ônibus metropolitano de Salvador.

Agora mesmo nós tivemos um desastre, nesse final de semana, que foi justamente o choque de dois ônibus, inclusive da Região Metropolitana. Eu acho que nós podemos evoluir, sim, a meia-passagem que foi conseguida e foi colocada, tanto pelo prefeito ACM Neto, como era a proposta do candidato a prefeito, Pelegrino, nós podemos, sim, implementar isso, inclusive todas as intervenções viárias também propostas pelos candidatos Pelegrino e ACM Neto, graças a Deus já foram implementadas em Salvador. E nós queremos expandir isso para a Região Metropolitana.

E aí começam os questionamentos. Só para que V.Ex^{as} tenham ideia do que é o apelo social desse projeto, eu fiz aqui uma pequena “clipagem”, no dia seguinte. Tudo isso aqui, posso passar para todos vocês, é interesse da população. Quando V.Ex^{as} elaboram indicação, projeto, alguma coisa, V.Ex^{as} vão fazer a “clipagem”, e poucos tiveram..., não são todos os projetos que têm um apelo popular como o projeto dessa magnitude. Alguns deputados, porque ele vai para a CCJ, vão começar a questionar e dizer o seguinte: “Não, mas os impostos arrecadados vão diminuir, porque a partir do momento que essa passagem vai ser cobrada a R\$1,40, o Estado vai perder imposto”. E o deputado não vai poder criar projeto que vá onerar o poder público ou que vá, no caso, provocar uma renúncia fiscal ou alguma coisa parecida.

Mas, aí é que está, a partir do momento que a gente diminuir essa passagem, V. Ex^{as} vão ver a quantidade enorme de pessoas que utilizarão o transporte coletivo. Vai mais que duplicar, então não haverá nenhuma queda de receita. Assim, não poderão ir por esse caminho informando que é inconstitucional por causa disso. Jamais seria.

O Sr. Gaban: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Alan Sanches, eu acho que as boas ideias têm que ser copiadas. Só uma pequena correção, acho que essa ideia foi de ACM Neto e depois Pelegrino também copiou, porque era uma brilhante ideia. E acho que tudo que é bom para a população não pode ter o ônus do veto. O governador, naturalmente, será sensível a um projeto desse, pode até ter discussão sobre a inconstitucionalidade ou não, mas ele pode aproveitar esse projeto e aprová-lo. Eu acho que seria um grande benefício para a população. Num momento de dificuldade você dar a possibilidade do lazer para as famílias que moram na Região Metropolitana, terem um preço de passagem de ônibus mais baixo e assim poderem visitar seus familiares, e até passearem na cidade.

Eu acho que o projeto seria muito bem aceito, bons exemplos têm que ser seguidos, e acho extremamente pertinente esse projeto apresentado por V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Gaban.

Lembro-me bem, deputado, durante a campanha eleitoral, que ficou um lado e o outro..., mas eu gostaria, porque V.Ex^a gosta de colocar uma pimenta e eu também gosto de uma comida apimentada, e V.Ex^a é um exemplo para mim. E eu diria o seguinte, que durante a própria eleição nós percebemos que tínhamos ali ideias, que perceberam que eram ideias boas para a população, independente do lado, como aqueles mergulhos que foram propostos por Pelegrino, dos viadutos. E tudo isso, graças a Deus, está saindo do papel, e não tenho dúvida que ACM Neto fará uma grande administração aqui.

Muito obrigado, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presentes nas galerias, gostaria de trazer a minha solidariedade, o meu abraço, os parabéns à prefeita Moema Gramacho que assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Sedes no nosso Governo. A nossa convicção é de que Moema Gramacho combina a experiência de gestora municipal, conhece toda dinâmica da administração pública, além de ser uma pessoa sensível, batalhadora, com uma história de vida exemplar a serviço das grandes causas da Bahia. Tenho certeza de que ela vai dar seguimento ao projeto do governador Jaques Wagner de forma eficiente, naturalmente seguindo as linhas traçadas pelo nosso querido deputado Carlinhos Brasileiro que foi titular daquela secretaria durante quase três anos, dois anos e alguns meses; depois se seguiu a gestão da Dr^a Amália Moraes que, interinamente, durante quase 1 ano, tocou aquela secretaria.

Tenho certeza que os extraordinários programas da presidente Dilma de combate à miséria, à pobreza, à exclusão social e de promoção da vida e das pessoas será agora tocado pela companheira Moema Gramacho.

Queria também registrar, Sr. Presidente, a reunião do Comitê de Ações Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca, em Vitória da Conquista, na última sexta-feira.

A Oposição nesta Casa fica dizendo que o governador Jaques Wagner não tem desenvolvido ações efetivas. A Oposição fica até torcendo para que a seca piore. Aliás, a Oposição só faz elogiar Pernambuco, mas Pernambuco também está com racionamento, 74 bairros do Recife estão em racionamento. A seca é, realmente, grave, a situação é difícil, ninguém vai negar.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu só tenho 4 minutos e não vou poder dar o aparte, deputado Carlos Geilson, mas oportunamente faremos esse debate.

Mas eu sei que o cenário de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, não é esse que estamos vivendo agora; o cenário de *O Quinze*, de Raquel de Queirós, não é este que estamos vivendo agora; a cantata de Elomar Figueira, *Fantasia Leiga para o Rio Seco*, uma obra extraordinária, uma ópera, traça a miséria, a pobreza e a retirada do homem da caatinga, foi inspirada nas leituras de 50, 60 anos atrás. Hoje, graças a efetiva transformação que o Brasil sofreu na gestão do presidente Lula e que continua na gestão de Dilma em parceria com o governador Jaques Wagner e com todos os governadores do Nordeste, a situação é grave, mas não estamos vendo, como víamos antes as pessoas nas ruas, nas feiras, com as trouxas na cabeça batendo em retirada.

Claro que a situação é grave e merece a colaboração da Oposição porque, afinal, a seca é prejudicial para todos os baianos. Tenho certeza de que o governador Jaques Wagner com tantas ações que o secretário Rui Costa está coordenando... Inclusive, em Vitória da Conquista, vamos construir, de fato, uma grande barragem, deputado Sandro Régis. Agora vamos começar com a adutora do rio Catolé que levará água, daqui a 4 meses, para Vitória da Conquista a fim de minorar e garantir o abastecimento de água naquela importante metrópole regional da qual tive a honra de ser prefeito durante 7 anos. Lá, fizemos grandes parcerias com os governos federal e estadual em todas as áreas e por isso, hoje, a situação é bem melhor, inclusive nos povoados e nos distritos.

Portanto a seca é grave, mas o governador Jaques Wagner está enfrentando-a com experiência, com determinação, orientando os seus secretários, os seus órgãos – a Cerb, a Embasa- todos os órgãos, para poder minorar a situação que se abate sobre a Bahia. E eu tenho certeza de que a Oposição aparentemente faz esse jogo verbal, essa retórica, mas, no fundo, vai votar em todos os projetos do governador que apoiam a melhoria do campo. Tenho certeza que o líder Elmar Nascimento vai colaborar para que votemos o projeto em primeiro lugar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, que está disperso ali parlamentando com os amigos, mas meu tempo expirou e voluntariamente devolvo a palavra a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder da Bloco Parlamentar DEM-PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos V.Ex^a, e falará por 5 minutos o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Convido o deputado Luciano Simões para assumir a presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o nobre deputado Leur

Lomanto Junior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, no dia 05 de março deste ano encaminhei um ofício à Secretaria de Meio Ambiente cobrando providências com relação àquele grave vazamento que trouxe uma grande mancha preta na praia de Patamares, na região do litoral de Salvador. Cobrei justamente esclarecimentos por parte da Embasa e dos órgãos responsáveis para saber o que ocasionou aquele vazamento e aquela mancha com um forte odor na praia de Patamares.

Recebi, deputado Paulo Azi, V.Ex^a que também fez esse questionamento com relação à mancha negra na praia de Patamares, por parte do Inema – quero até parabenizar o Inema pela celeridade e pela atenção que deu ao problema – um relatório da fiscalização ambiental que foi feita na praia de Patamares e na Av. Orlando Gomes, mais precisamente na Ponte do Rio Jaguaribe e no Condomínio Águas de Jaguaribe.

Estão aqui o relatório final e a conclusão da inspeção feita pelo Inema, deputado Carlos Geilson. Vou ler aqui trecho que acho de grande relevância, porque foi descoberta a causa daquela mancha na praia de Patamares. Nós temos no litoral de Salvador uma das praias mais belas, inclusive sou frequentador assíduo daquela região, nos finais de semana, quando posso, e está aqui o relatório do Inema, que diz claramente: “Constata-se que a empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, a qual é responsável pela caixa de captação e manutenção da mesma, ocasionou o lançamento de substâncias e efluentes e carreamento de materiais acarretando a poluição hídrica do rio e da praia.”

Então, está aqui o relatório, deputado Paulo Azi, peço a atenção de V.Ex^a. O Inema esteve lá, fiscalizou e deixou claro que foi culpa da Embasa, deputado Gaban, que ocasionou o vazamento. Quero saber qual vai ser a punição e o que vai acontecer. Quero parabenizar o Inema que foi lá, encaminhou um ofício para mim com presteza, fiscalizou e atestou que a grande culpa foi da Embasa por ter, não sei se por falta de manutenção, não sei o que ocasionou, mas quero cobrar que a Embasa repare o dano que foi feito à praia de Patamares, o que deve estar ocorrendo também em outras praias da cidade de Salvador.

A cidade de Salvador tem entre as suas principais atividades o turismo. Isso, sem sombra de dúvida, traz um prejuízo enorme para a população baiana, para o turismo de nosso Estado, para as pessoas que gostam de frequentar, não só as que gostam de frequentar as praias, mas também as pessoas que podem, sem sombra de dúvida, deputada Graça, ser prejudicadas na própria saúde por estarem ali se banhando e desfrutando de uma praia imprópria para o banho.

Já não basta o grave problema de segurança pública que temos em nossa orla de Salvador. Recentemente, meu sogro foi assaltado quando caminhava na praia de Patamares. Já não basta a falta de segurança de nossas praias, já não basta a situação das barracas de praia, agora há o problema de esgotamento sanitário, com essa mancha preta de forte odor que está prejudicando o litoral de Salvador.

Primeiro, quero destacar o papel importante que teve a Secretaria do Meio Ambiente, através do Inema, pela presteza e rapidez na fiscalização e na busca da solução do problema. Mas a Embasa também tem de ter uma ação mais eficiente, olhando com mais cuidado esses assuntos que causam sérios prejuízos à população da

Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo restante da Oposição.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, a dona Embasa anunciou hoje mais duas cidades da nossa querida Ilha que também vão iniciar o processo de racionamento de água.

Deputado Luciano, a nossa assessoria fez um levantamento e chegou a números estarrecedores. Hoje, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, de um total de 417 municípios baianos, nada menos que 129 municípios têm as suas sedes municipais em colapso total, sendo servidas unicamente por carros-pipas, deputado Carlos Geilson, ou em colapso parcial, enfrentando o processo de racionamento de água.

Esse é o retrato mais visível e claro da falta de planejamento e de gestão de um governo que só se preocupa em fazer propaganda e em jogar para a plateia. Todos sabemos, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que o enfrentamento da seca, que é um fenômeno climático recorrente, há de ser de forma permanente e constante ao longo de anos ou talvez de décadas.

Os governos anteriores, dos ex-governadores César Borges e Paulo Souto, tão criticados aqui pelos deputados do PT, deram seguimento às ações iniciadas pelo ex-governador Antônio Carlos Magalhães de realização de estudos e obras que poderiam, se tivessem tido continuidade, dotar a Bahia de uma infraestrutura hídrica que daria suporte às populações durante períodos de longas estiagens.

Vejam V.Ex^{as} que, no passado, quando falávamos de seca, nos referíamos às populações residentes nas zonas rurais e localidades mais afastadas. E agora, fruto, repito, da falta de gestão e planejamento deste governo, a seca e as suas agruras não acontecem apenas nas localidades rurais. Não. Os seus efeitos estão ocorrendo nas sedes de mais de uma centena de municípios do nosso Estado.

Os governos anteriores, deputado Marquinho Viana, realizaram um amplo projeto de estudo das bacias hidrográficas da nossa Bahia, cada bacia especificando as intervenções, as obras de barragens de acumulação, de adutoras. Eles, além desses estudos, iniciaram uma série dessas construções, ao contrário de alguns petistas, que dizem que barragem de acumulação não é a solução porque pode sofrer um processo de salinização.

Digo àqueles que não são profundos conhecedores do tema que a salinização ocorre por falta da devida e correta operação desses barramentos. E os governos anteriores, além desses projetos e estudos, iniciaram e realizaram também uma série de obras de infraestrutura hídrica. Já o atual governo, deputado Cacá Leão, infelizmente pegou esses estudos de gerenciamento de bacias e identificação de sítios com viabilidade técnica para implantação de barramentos e colocou em alguma gaveta de alguma Secretaria de Estado, optando pelo caminho que talvez eleitoralmente fosse o mais recomendável.

Uma propaganda avassaladora da construção de cisternas! É bom. Ninguém é contra, mas parece risível o governo pensar em enfrentar os efeitos climáticos de uma

seca apenas com a construção de cisternas para captação de água de telhado.

As cisternas estão secas, sem água agora. E o governo, dizem, cobrando das prefeituras uma taxa para ceder água através dos carros-pipa, os velhos e saudosos carros-pipa que voltaram a estar tão presentes no cotidiano das nossas cidades como a única alternativa para evitar que milhares e milhares de baianos possam vir a morrer de sede.

Muito obrigado pela tolerância, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Joseildo Ramos. E pelos outros 5, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Por 5 minutos falará o nobre deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos aqui presentes, nós sabemos que uma seca desta magnitude forçaria qualquer governo, qualquer estado nordestino a se articular com o governo federal para poder enfrentar, com obras estruturantes, esse grande flagelo da seca.

Para ilustrar que, nos diversos estados nordestinos, a seca não escolhe fronteiras, agora, dos 94 bairros do Recife, que caiu no engodo de vender seu sistema de abastecimento de água, incluindo também o esgotamento sanitário, 74 estão-se submetendo ao racionamento. Vejam que Pernambuco, por sua própria natureza, por sua situação climática, recebeu um tratamento diferenciado do governo federal, recebeu prioritariamente a transposição das águas do rio São Francisco.

Para ilustrar que a Embasa vai no caminho correto, na Bahia, só na Região Metropolitana de Salvador, em que pese a inclemência dessa estiagem prolongada, de 2007 até 2012, foram investidos R\$ 2,5 bilhões em água, coleta e tratamento de esgoto. Em 2006, a Embasa ostentava 2 milhões e 300 mil ligações. Em 2012, esse número foi para quase 3 milhões de ligações. Isso significa, deputado Bruno Reis, em torno de 30% de incremento em tão pouco tempo, considerando o tempo de existência da Embasa. São números que estão no *site* da empresa e podem ser consultados por qualquer um de nós.

A diferença em esgotamento sanitário é ainda mais surpreendente. Em 2006, a Embasa, ilustrando as suas ligações de esgotamento sanitário, tinha em torno de 490 mil ligações domiciliares. Em 2012, subiu para mais de 810 mil ligações, significando quase 64% de incremento numa atividade estruturante muito importante para a promoção da saúde e da vida dos baianos.

Ora, em 2006, as ligações domiciliares eram da ordem de 9,5 milhões. Em 2012, 12 milhões e 241 mil ligações, estabelecendo um incremento de 28%.

É preciso dizer que as soluções para o combate aos efeitos da estiagem na Bahia, efetivamente, não podem ser as mesmas utilizadas no Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com regimes pluviométricos e climas diferenciados. A situação do encaminhamento de obras estruturantes no Estado da Bahia é outro cenário, é outra

dimensão, são outras iniciativas que devem ser tomadas.

Infelizmente, temos pouco tempo para falar sobre várias obras importantes que foram colocadas, e algumas delas em articulações necessárias com o governo federal. O governo anterior demandava muito pouco do governo federal, tinha poucos projetos estruturantes. Ao contrário do que os deputados que defendem as forças anteriores diziam e dizem nesta tribuna, era um Estado em que não havia planejamento estratégico, não se pensava no seu futuro e, também, não se via a necessidade de se fazer as adutoras que poderiam fazer a ligação dos barramentos existentes com as populações do semiárido.

Digo, por exemplo, a obra concluída de R\$ 59 milhões de reais, a adutora de Pedras Altas, para atender uma população de 172 mil habitantes.

O sistema integrado de abastecimento de água de Guanambi com a adutora do algodão, uma obra de 136 milhões de reais, que vai beneficiar uma população de 110 mil moradores daquela região, em articulação com o governo federal. É um governo que tem moral e competência para fazer isso. Não temos culpa se no passado recente, o governo que estava comandando a Bahia não apresentava seus pleitos, não qualificava as suas demandas, e o povo ficava no sofrimento.

O sistema integrado de abastecimento de água de Guanambi, investimento de 135 milhões de reais, beneficiando 226 mil moradores. Assim também, o sistema integrado para atender Pedras Altas, da ordem de 41 milhões, e uma população de 180 mil pessoas.

O sistema integrado de abastecimento de água de Andorinha, obra concluída com valor de investimento de 5 milhões e meio, com uma população a ser beneficiada na ordem de 14 mil pessoas. O sistema de abastecimento de água de Pedro Alexandre, também baseado no sistema “águas do sertão”, com investimento de 10 milhões e meio.

Então esse governo não ficou parado e foi na dimensão de atender populações que estavam à margem, apenas e tão somente à disposição de episodicamente receber os carros-pipas para, nos momentos eleitorais, lembrarem aos eleitores que eles estavam recebendo os carros-pipas para mitigar as suas dificuldades, as suas necessidades. Mas, o cartão de quem mandava ia na frente.

É diferente hoje. Na próxima semana estaremos recebendo o deputado federal licenciado, chefe da Casa Civil, Rui Costa, que irá na Comissão de Meio Ambiente, onde todos os deputados da Oposição devem ter seus lugares para fazerem questionamentos livres, para que, efetivamente, se estabeleça o contraditório e possamos aprofundar esse debate, sabendo que em mais de cinquenta anos nunca tivemos uma seca semelhante, uma seca que está trazendo problemas para as áreas dos tabuleiros costeiros do agreste baiano que não têm níveis de aclimação, que não têm flora, que não têm fauna adaptada ao regime do semiárido baiano.

Portanto, é preciso que entendamos que enfrentar os efeitos de uma seca tão avassaladora deveria estar unindo os parlamentares, independente das suas matizes ideológicas, partidárias, para que elevássemos o nível do debate nesta Casa, procurando entender que não se muda o semiárido, é preciso conviver com ele. Estamos falando do semiárido brasileiro, que é aquele no mundo que tem o maior índice pluviométrico, só que concentrado em, no máximo, quatro, seis meses por ano.

Já temos as tecnologias adaptadas, temos um centro da Embrapa, sediado em

Petrolina, que oferece a possibilidade de ter tecnologias adaptadas, os saberes do semiárido à disposição do povo da Bahia.

Portanto, se impõe uma necessidade urgente de todos os deputados aqui se manifestarem, mergulhando num debate propositivo, num debate que traga luzes e oportunidades para que possamos tratar substantivamente de um problema que está assolando o nosso Estado.

Neste nosso pronunciamento, estamos chamando a atenção de que todos os governos da Bahia erraram ao tratar do problema da seca, pois não atingiram as metas estruturantes que apontavam para a independência do sertanejo em relação a ter água com qualidade, tratada, nos seus domicílios. Essa é a boa discussão que se impõe de se estabelecer nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Ordem do Dia. Matéria em regime de urgência. Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 20.225/2013, de procedência do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, na forma que indica, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.225/2013

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, operação de crédito externo, até o limite de DES 33,000,000 (trinta e três milhões de Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional), equivalentes a US\$50,000,000 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia - PROSEMIÁRIDO, observadas as condições e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico- financeira da União.

Parágrafo único - O Direito Especial de Saque - DES (*Special Drawing Rights* - SDR) é o ativo financeiro do Fundo Monetário Internacional - FMI, que

substitui o ouro e o dólar para efeito de troca.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante convênio, para os conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidade, sem fins lucrativos, regularmente constituídos no Estado da Bahia, os recursos oriundos de financiamento junto ao FIDA, bem como as suas respectivas contrapartidas, destinadas à implementação de ações no âmbito do PROSEMIÁRIDO.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei são constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado da Bahia é titular, na forma dos arts. 157 e 159, completadas por recursos próprios, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):-Para relatar a matéria o nobre deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- (Lê):- *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.225/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, na forma que indica, e dá outras providências”.*

Através da proposição que ora venho relatar pretende, o Poder Executivo, obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização, em conformidade aos arts. 71, XX, e 105, XVII, da Constituição Estadual, para contratar operação de crédito externo, em nome do Estado da Bahia, junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

Uma vez obtida a autorização desta Casa o Poder Executivo poderá contratar até o valor de US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), os quais destinam-se 'ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia – PROSEMIÁRIDO, que tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza rural, de forma duradoura, através do

desenvolvimento da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o desenvolvimento do capital humano e social', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia, na qual ressalta ainda que o Governo espera, com esses esforços, 'contribuir com a melhoria do IDH dos municípios mais pobres, e, conseqüentemente, do IDH dos territórios de identidade do Estado.' Trata-se, assim, de matéria de indiscutível caráter social e relevante interesse público, especialmente em um momento em que a Bahia atravessa uma das piores secas dos últimos 50 anos, com profundos reflexos negativos na economia, especialmente na Região Semiárida, onde os índices de pobreza já são historicamente mais elevados, fazendo-se necessárias constantes intervenções do Poder Público, cabendo registrar os esforços do Governo do Estado no sentido de promover o desenvolvimento rural sustentável, 'com foco na agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e hídrica, e seus complementos necessários: infraestrutura socioprodutiva, acesso aos mercados e assessoramento técnico', citando mais uma vez a Mensagem Governamental.

O projeto recebeu duas emendas, de autoria da Liderança da Minoria, as quais passo a analisar. A emenda nº 1 propõe alteração no art. 2º, para exigir que a destinação dos recursos oriundos da operação de crédito para os conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidade seja precedida de seleção pública, fazendo incluir ainda as prefeituras municipais. Opino pela rejeição. O PROSEMIÁRIDO será desenvolvido pelo Governo do Estado, razão pela qual não se justifica a transferência de recursos para as Prefeituras Municipais.

Já a possibilidade de transferência de recursos do FIDA, por meio de convênio, para que os conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidade, sem fins lucrativos, regularmente constituídos no Estado da Bahia, implementem as ações do projeto, encontra amparo no art. 170 da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005.

No tocante à exigência de seleção pública, esta se torna desnecessária, pois extrapola as regras estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, que dispõe sobre as licitações e contratações de obras, serviços, compras e alienações da Administração centralizada e autárquica do Estado. Note-se que a redação dada ao art. 2º do projeto de lei em análise já dispõe de forma clara que a transferência dos recursos oriundos do FIDA será feita através da celebração de convênio, ou seja, deve seguir as regras ditadas nos artigos 170 e seguintes da Lei nº 9.433/2005. Incluir a previsão de processo de seleção pública na escolha das entidades não governamentais que serão executoras nas ações prevista no PROSEMIÁRIDO extrapola as regras previstas no referido diploma legal.

Ademais, conforme dispõe o art. 175 da supracitada Lei, os recursos financeiros repassados em razão do convênio ficam com a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste, devendo a entidade, obrigatoriamente, prestar contas ao ente repassador e ao Tribunal de Contas, o que já garante uma ampla transparência no processo de assinatura dos convênios.

A emenda nº 2 propõe a supressão do art. 2º, o qual autoriza s o Poder

Executivo a transferir os recursos originários da operação de crédito para os conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidade. Opino também pela rejeição, pois com a supressão do dispositivo torna-se inviável a contratação da operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, já que se estaria suprimindo a destinação dos recursos estabelecidos no projeto de lei em análise.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.”

É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Antes de submeter à votação no âmbito das comissões, gostaria de comunicar que há um requerimento prorrogando esta sessão ordinária por mais 120 minutos.

Em votação o parecer do nobre relator, deputado Carlos Brasileiro, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, quero recomendar aos deputados de Oposição que votem contra o parecer por não acatar a nossa emenda. Pedimos que fosse ampliado aos prefeitos o direito de autorizar esse empréstimo. Como foi rejeitada a emenda pelo relator, solicito aos Srs. Deputados de Oposição que compõem as comissões pertinentes que votem contra o parecer do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Em votação o parecer do nobre relator, deputado Carlos Brasileiro, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, contra os votos dos deputados: Sandro Régis, Carlos Geilson, Bruno Reis, Elmar Nascimento, Luciano Simões, Adolfo Viana e Leur Lomanto Júnior.

Há um requerimento para a prorrogação da sessão por 120 minutos. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento para discutir a matéria pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, início a discussão do projeto em regime de urgência, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura na forma que indica e dá outras providências.

Este projeto, no seu artigo 2º, diz que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante convênio, para os conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidades sem fins lucrativos e regularmente constituídos no Estado da Bahia, esses recursos, bem como suas respectivas contrapartidas destinadas a implementações de ações no âmbito do Semiárido.

Nós da Oposição aqui sempre aprovamos as autorizações de empréstimos que visam trazer recursos para o nosso Estado.

Deputado Cacá Leão, V.Ex^a é um municipalista e amanhã, por sua iniciativa e a pedido da presidente da União dos Municípios da Bahia, estará realizando uma sessão especial para discutir a problemática da seca, que preocupa os prefeitos porque os afeta diretamente, bem como aos seus municípios.

Eu sinceramente não entendi a rejeição daquela emenda, deputado Carlos Brasileiro. V.Ex^a é um parlamentar sensível, foi prefeito, sabe das dificuldades dos prefeitos e, mais do que ninguém, também sabe que muito mais do que ONG's, sindicatos e associações, as prefeituras estão dotadas de instrumentos para poder realizar melhor as obras de infraestrutura hídrica.

Foi no intuito de contribuir que nós da Minoria apresentamos essa emenda para que fossem incluídas as prefeituras entre as entidades que poderiam ser beneficiadas com a recepção dos recursos desses convênios. E tenho certeza que isso não partiu de V.Ex^a. Foi orientação do governo, que se recusou. Eu não sei por que prefeito neste governo tem de ser maltratado, marginalizado.

Procura-se fazer execução de obras direcionadas à seca com utilização de recursos de forma eleitoreira. Não há outra justificativa. Isso é para dar dinheiro a associação ligada ao PT que faz política na época da eleição quando vai sair o recurso, mais uma vez brincando com a seca dos baianos.

O deputado Paulo Azi trouxe o interessante número de que 139 municípios têm a sua sede em situação de colapso ou quase colapso no abastecimento de água. É inadmissível uma situação destas - inclusive com a desoneração do PIS e do Cofins para determinados setores feita pela Presidência da República -, em que os recursos dos municípios são afetados.

O governador poderia encontrar nos prefeitos os principais parceiros para imediatamente efetuar uma série de ações necessárias ao combate aos efeitos da seca. Então é inexplicável que o governo não aceite uma emenda dessas, deputado Joseildo Ramos. V.Ex^a foi prefeito e sabe que os prefeitos têm condição melhor do que as associações. Que se faça também com as associações. Não sou contra, não. Era para incluir as prefeituras municipais entre os entes autorizados. Nós queremos contribuir para o governo. A nossa emenda foi no sentido de incluir entre os entes autorizados a receber os recursos desses convênios as prefeituras municipais. Mas, infelizmente, o governo marginaliza os prefeitos.

Ficamos preocupados porque, em relação a todos os empréstimos que nós autorizamos até hoje à unanimidade, não se tem transparência na aplicação dos recursos. Demonstramos isso na última audiência pública. É fato reconhecido pelo secretário da Fazenda que os recursos com destinação específica, de convênios e de empréstimos, como é o caso deste projeto, foram utilizados, deputado Paulo Azi, para cobrir o rombo nas finanças do Estado. O secretário confessou que era mais barato do que fazer Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) utilizar recurso vinculado para cobrir o saldo negativo dos recursos não vinculados. Palavras do próprio Luiz Petitinga. Não é interpretação.

V.Ex^a pode até querer dizer que é interpretação minha dizer que o Estado está quebrado e há um rombo. Mas deixar de reconhecer o que o próprio secretário reconheceu, ou seja, que o saldo de recursos não vinculado é negativo, isso é o

balancete do governo que mostra! E aí se socorre desses recursos de convênios.

Então, a nossa preocupação é porque não temos capacidade de fiscalizar a aplicação desses recursos. Não temos porque o tal do Fiplan não está atualizado e também porque o governo confessou que utiliza esses recursos – como se fossem empréstimos internos – para cobrir esse saldo negativo, para não dizer rombo, nas contas do Estado. Já que o nome é mais bonito, chama-se de saldo negativo, mas é um rombo mesmo.

Que garantia nós temos de que recursos que deveriam ser destinados ao combate à seca no Semiárido serão utilizados para a finalidade específica desse convênio? Garantia nenhuma.

Meu caro amigo deputado Carlos Brasileiro, o governo o colocou numa enrascada ao lhe pedir para rejeitar essa emenda nesse relatório. Fica parecendo, por exemplo, que V.Ex^a quer retaliar o prefeito de sua terra, porque não é do seu partido. Ora, não há justificativa, na medida em que os prefeitos têm secretaria de obras, de infraestrutura, têm poços locados, têm máquinas. Então seriam os parceiros ideais para o governo do Estado fazer convênio para aplicar recursos de empréstimos destinados ao combate aos efeitos da seca, com a construção de uma estrutura hídrica. E mais, o prefeito tem comissão de licitação.

Talvez esteja aí a explicação, porque associação não tem licitação, passa o convênio para lá, não licita, contrata a empresa que quer. Aí vem o por fora para financiar as campanhas eleitorais; aí vem a má aplicação dos recursos públicos. Foi isso que aconteceu com um programa de habitação, que era bom mas foi desvirtuado, quando aquela famosa ONG, Instituto Brasil, recebeu uma série de recursos para a construção de casas populares, mas não aplicou, desviou. E isso foi comprovado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Porque combate à seca não é construção de cisternas, isso não é obra de engenharia hídrica. Essa questão é antiga. Qual é o nosso processo lamentável? Reconheço, deputado Joseildo, que esta seca é a maior dos últimos 50 anos, mas era previsível, pois esse fenômeno vem aumentando ano a ano.

Sabe onde está a falha principal de Jaques Wagner? Não é nem como governador, é como líder político maior do nosso Estado...

O Sr. Paulo Azi:- Um aparte, deputado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- V.Ex^{as} estão inscritos.

Quando o presidente Lula começou as obras para a transposição de águas do São Francisco, alertamos, dissemos ao governador que era inadmissível – e nunca fomos contra levar água para os nossos irmãos nordestinos do Rio Grande do Norte, do Ceará e de Pernambuco, a 2.000 quilômetros de distância – que não se fizesse um eixo no sentido da Bahia para compensar o Estado doador das águas.

Esta semana o ilustre jornalista Samuel Celestino fez uma análise perfeita, mostrando que lá no Estado Unidos houve a transposição de águas do estado de Nevada para Las Vegas – o que provocou uma revolução naquele deserto –, e o estado doador, ou seja, Nevada, até hoje recebe *royalties*.

A Bahia não teve nenhum benefício. A água do São Francisco, rio que atravessa o nosso Estado, vai ser transportada, e não seremos beneficiados. Sabem por quê? Porque o governador é incapaz, como líder político, de dizer: “Espere aí, presidente,

entre o interesse da Bahia e o interesse do meu partido, fico com o do meu Estado. Não vão ser feitos 2.000 quilômetros de adutoras para o Rio Grande do Norte, o Ceará e Pernambuco, que são Estados menores que a Bahia? Então vamos resolver também o problema da Bahia”. Se agisse assim, não estaríamos apertados como estamos hoje. Esta seca não estaria provocando esta ação devastadora no Semiárido baiano.

Ouçõ com todo o prazer o deputado Paulo Azi. Em seguida, o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Elmar, quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento. Realmente é estarrecedor. O governador encaminha a esta Casa uma solicitação de empréstimo dizendo que esses recursos serão investidos em ações de combate à seca, deputado Luciano, e nesse próprio projeto ele diz que fará convênios com diversas entidades, sejam associações ou sindicatos, e veta a participação das prefeituras. O que o governador tem contra os prefeitos, deputado Elmar? Será que ele se esquece de que o prefeito é a autoridade maior de um município? O governador se esquece de que é sobre o prefeito que ocorre a maior carga de responsabilidade e cobrança em período como este?

São os pobres prefeitos que estão em seus municípios mesmo com recursos do orçamento completamente comprometidos que são reduzidos ano a ano. São eles que estão com a maior responsabilidade de prestar socorro às populações. Mas este governo simplesmente esquece-se deles.

O nobre relator não conseguiu justificar por que rejeitava a emenda. E esta Casa é composta por parlamentares, tendo sido muitos deles, senão a grande maioria, eleitos graças ao apoio dos prefeitos, deputado Elmar Nascimento.

Será que os deputados não enxergam que estamos fazendo mal aos municípios? Será que é porque foi uma emenda da Oposição que o governo rejeita? É tão proibido de alterar, como dizia os deputados do PT, uma vírgula dos projetos que chegam a esta Casa? Qual o problema dos prefeitos participarem deste programa?

Amanhã, espero ver os deputados do PT na audiência pública que a UPB fará nesta Casa para que justifiquem aos prefeitos por que estão se colocando contra uma emenda como esta que daria aos prefeitos, pelo menos, a condição de pedir ao governador. Como está o projeto, eles não poderão nem pedir. A emenda é para que eles possam, pelo menos, pedir para participar e para ajudar como representante máximo do município.

Mas, infelizmente, o deputado Carlos Brasileiro, que já foi prefeito, creio que tenha emitido esse parecer constrangido; creio que o emitiu porque está recebendo ordens do governo, pois, infelizmente, os deputados governistas só fazem balançar a cabeça afirmativamente como se fossem lagartixas e não têm, neste momento, a coragem de dizer que a emenda é correta, essa emenda é justa e por isso mesmo essa Casa vai acatar.

Quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento. Fica esse registro. Amanhã, levaremos este debate aos prefeitos. Desta forma, quero ver como ficam os deputados do PT nesta Casa.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o vosso aparte, deputado Paulo Azi, ao meu pronunciamento.

Quero dizer, também, que a responsabilidade não é só dos deputados do PT. Os deputados da Base do Governo, talvez, representem aqui mais de 350 prefeitos. Quero ver amanhã justificarem aos prefeitos o porquê de estarem rejeitando, hoje, uma emenda simplesmente autorizativa, que autoriza o governador a conveniar com os prefeitos esses R\$ 100 milhões de empréstimo que estamos aprovando.

Por que pode com conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidade sem fins lucrativos e não pode com prefeitos?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- V.Exª está inscrito, deputado Joseildo Ramos. Darei, primeiro, o aparte ao deputado Leur e, em seguida, a V.Exª.

Com o aparte o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Deputado, gostaria de me associar às suas palavras e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pela lucidez e pelo brilhante pronunciamento que faz nesta Casa. Não era de se esperar o contrário, até porque V.Exª sempre foi um defensor dos interesses dos municípios baianos, do povo da Bahia e é um municipalista. V.Exª traz a inacreditável... E não dá para entender, realmente, deputado Paulo Azi, o que é que este governo tem contra os prefeitos da Bahia. Foi assim, lembro-me, na questão do projeto de distribuição dos *royalties* de petróleo. Quando a Bahia precisou de uma voz ativa, de um governador que defendesse os interesses dos prefeitos da Bahia, o governador preferiu omitir-se e não encampar aquela luta tão importante para os municípios baianos. Agora mais uma vez. Estamos atravessando, é público e notório... E a gente procura sempre não politizar essa questão com relação à seca na Bahia, mas é preciso que, em alguns momentos, a gente diga algumas verdades.

Eu vejo aqui deputados da base do governo, deputado Luciano Simões, dizer “porque nunca governo nenhum fez nada com relação ao combate à seca, nenhuma obra...” Isso é uma falácia. Trago aqui exemplos claros, que não vou dizer que os são na esfera do governo do Estado, mas quero fazer uma defesa pública do ex-ministro Geddel Vieira Lima, um baiano que assumiu o Ministério da Integração Nacional. Não sei se houve um ministro baiano que já teve a oportunidade de assumir o Ministério, lá em Brasília, que trabalhasse tanto, deputada Ivana Bastos, V.Exª é testemunha desse trabalho – eu sei que atuou fortemente nessa questão lá no Ministério da Integração Nacional –, com relação à infraestrutura hídrica no nosso Estado como Geddel trabalhou. Obviamente isso com o apoio, com o aval, com o trabalho do presidente Lula e da ministra à época da Casa Civil, Dilma Rousseff, que deram as condições... E o fato mais grave, e é preciso que se diga isto: quando era ministro da Integração Nacional, deputado Elmar, o ministro Geddel Vieira Lima mandou um ofício para todos os governadores do nosso País solicitando projeto de ações de infraestrutura hídrica e de combate à seca. V.Exª sabe qual foi o único Estado que não encaminhou os projetos necessários, deputado Elmar? O Estado da Bahia! Todos os governadores encaminharam diversos projetos na área de infraestrutura hídrica, e único governador que não encaminhou foi o governador Jaques Wagner.

Eu gostaria, mais uma vez, depois de esclarecer esses assuntos, e parabenizar

V.Ex^a, dizer que a grande responsabilidade desse projeto que está sendo votado, e provavelmente pela ampla maioria que o governo tem, será aprovado pelos deputados da base do governo sem a inclusão dos prefeitos. V.Ex^a lembrou muito bem que a grande maioria, a maioria esmagadora dos prefeitos do Estado da Bahia compõem a base do governo – são mais de 300 prefeitos que compõem a base do governo. Quero ver com que cara os deputados que compõem a base do governo hoje vão chegar para seus prefeitos amanhã e dizer “não, esses convênios não vão poder ser realizados através das prefeituras, não. Só através das associações e das ONGs.”. Então, a resposta quem tem que dar são os deputados da base do governo.

Eu gostaria de mais uma vez de parabenizar V.Ex^a.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e outros com prazer.

Com o aparte o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Elmar, agradeço a cessão deste pequeno espaço de tempo. Só quero fazer um pequeno testemunho: fui prefeito, deputado Elmar, por oito anos, numa das cidades mais importantes do Estado da Bahia, que é a cidade natal do deputado Paulo Azi. Oito anos! Seis dos quais fui um prefeito de oposição. O deputado Paulo Azi sabe: nós pedimos, por várias vezes, audiências durante esses seis anos e só fui recebido uma vez pelo governador Paulo Souto para negar todas as demandas do povo de Alagoinhas. E aqui não é ninguém que está trazendo nenhuma informação, não. Estou trazendo a verdade. Imagine uma cidade como Alagoinhas, um prefeito de oposição, durante seis anos – dois anos com César Borges e quatro anos com Paulo Souto – nunca fui recebido numa audiência, só uma, porque era de oposição, para ver negado todos os pleitos da cidade de Alagoinhas.

Este é um testemunho que eu gostaria de dar.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Apenas para concluir, deputado Joseildo Ramos, V.Ex^{as} foram eleitos para mudar não para trazer a vindita: “Ah, eles perseguiram, vou perseguir mais ainda..” Eu não quero crer que o governador Paulo Souto tenha feito isso, mas se fez, era para mudar, para fazer outro tipo de relação e não para perseguir mais ainda, para ser pior. E o pior é que estão perseguindo generalizadamente. Se era contra V.Ex^a, estava errado. Hoje se é contra todos, porque aí, com o apoio de V.Ex^a e do deputado Ubaldino, que olha para mim, V.Ex^{as} vão votar contra os prefeitos da Bahia. Quero ver com que cara vão olhar para a cara deles amanhã.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, deputado Paulo Azi, eu iniciaria, sem permissão de V.Ex^a, pois não tenho procuração para falar em nome de Alagoinhas e nem no nome de V.Ex^a, dizendo ao deputado Joseildo que, na realidade, o governador Paulo Souto não precisava de prefeito de Alagoinhas para definir o que iria fazer, porque ele estava muitíssimo bem representado na Assembleia Legislativa através do deputado Paulo Azi, que levava todas as demandas, e o governador Paulo Souto atendia.

E acho que é uma maneira de valorizar, inclusive, os parlamentares desta Casa, o que o governador Jaques Wagner não faz. Tanto é que o deputado Paulo Azi foi eleito, reeleito várias vezes, pela representatividade, pela capacidade que tem de defender seu querido povo de Alagoinhas.

O Sr. Paulo Azi:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte a V.Exª, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Gaban, quero primeiro reparar uma injustiça que o deputado Joseildo está fazendo com o ex-governador Paulo Souto. Ele sempre colocou as portas da Governadoria para receber o prefeito Joseildo quando ele quisesse ir. Joseildo é que nunca quis ir lá. Aliás, recordo-me, na época eu era Líder do governo e por várias vezes me coloquei à disposição para ajudar o município, para acompanhar o prefeito Joseildo, e ele nunca aceitou o convite para vir a Governadoria. V.Exª sabe, deputado Gaban, o PT tem esse ranço de radicalismo...

O Sr. GABAN:- Tem, é verdade.

O Sr. Paulo Azi:- (...) Isso serve até para fazer discurso. Sabe V.Exª que o ex-governador Paulo Souto, aliás o governador que mais trabalhou na história de Alagoinhas, mesmo tendo um prefeito da Oposição, que era o prefeito Joseildo, realizou ali uma série de obras, deputado Gaban...

O Sr. GABAN:- Porque tinha V.Exª para representar o município.

O Sr. Paulo Azi:- (...) reconstruiu o hospital, diversas indústrias levou ao município, pavimentação. Em todas essas inaugurações convidava o prefeito na época, deputado Joseildo, e não me recordo de ele ter ido em uma ao menos. Para todas as inaugurações, ele foi convidado, e não me recordo de ele ter ido em uma ao menos.

O Sr. GABAN:- O que é isso, Joseildo!

O Sr. Paulo Azi:- Portanto, quero aqui reparar essa injustiça que o deputado Joseildo faz, e não faz por mal querer não, deputado Gaban, mas é o radicalismo do PT, é o discurso do PT, que em alguns momentos querem voltar ao passado, quando na época ainda era Oposição e aí fazia-se esse discurso com muita veemência. Quis aqui corrigir e rever as injustiças cometidas pelo deputado Joseildo ao ex-governador Paulo Souto.

O Sr. GABAN:- Mas reitero, deputado Paulo Azi, a belíssima representatividade que V.Exª tem tido, defendendo os interesses de Alagoinhas aqui na Assembleia Legislativa.

Falando em passado, vamos falar do presente e do futuro. O ano que vem, a maioria dos Srs. e Srªs Deputadas vão partir para uma reeleição. E naturalmente, nos pronunciamentos que vão fazer, nos debates que vão ocorrer, vão levar para os prefeitos o sentimento do dever cumprido. Mostrar que valeu a pena os prefeitos municipais irem a campo pedindo votos para todos os Srs. Deputados, para mim, também, mas, sobretudo, para quem vai para uma reeleição. Quero ver, deputado Paulo Azi, um deputado da base do governo ir pedir voto para prefeito.

Gostaria até – cadê o Líder da Oposição? –, viu deputado Elmar, de fazer uma sugestão a V.Exª, para que façamos, nós da Oposição, um cartaz com uma foto de todos os deputados da base do governo que aprovarem hoje este projeto de 100 milhões. Nessa foto estariam todos os deputados que votarem a favor, mostrar que são contra os prefeitos municipais. Como é que V.Exªs vão pedir votos se não

permitem que o empréstimo de 100 milhões de reais seja destinado aos prefeitos municipais? Demonstrem falta de confiança nos prefeitos municipais, eles que os elegeram! E V.Ex^{as} dão as costas para quem os elegeu, dando um crédito de desconfiança, ao votarem votar nesse projeto de 100 milhões sem a emenda apresentada pela Oposição.

Acho que V.Ex^{as} deveriam ter aproveitado essa emenda da Oposição e modificá-la no seguinte sentido: em vez de distribuir para associações, para ONGs, vamos distribuir para os nossos prefeitos.

Sabem por quê? Eu não estava aqui, mas foi feito um acordo, deputados Paulo Azi e Elmar, para a votação do Orçamento do Estado que está em vigor este ano. Nele, havia uma emenda dos parlamentares no valor de R\$ 500 mil. Cadê essa emenda? Onde ela está? Sumiu? O que, pessoalmente, levarão para os prefeitos que elegeram V.Ex^{as}? Nada! Se aprovarem esse projeto da maneira que está, estarão dando as costas, numa demonstração de desconfiança, para quem confiou que representariam muito bem os municípios que acreditaram em V.Ex^{as}.

Quero ver amanhã, quando esta Casa, provavelmente, terá a visita de muitos prefeitos do interior, quem terá coragem, depois de votarem a favor desse projeto que desconfia dos prefeitos, de vir falar sobre a seca e do Programa Água para Todos – aliás, tal projeto deveria ser “acionamento para todos” –, enfrentando cara a cara, *tête-à-tête* aqueles prefeitos que os elegeram.

Por isso, acho mais do que oportuno tirarmos uma foto, para colocar na UPB e em todas as prefeituras do interior, mostrando todos aqueles que votarem a favor da desconfiança em relação aos prefeitos da Bahia. Assim eles poderão ver quem são os traidores daquela confiança que lhes foi dada.

Não podemos permitir isso. Não é à toa que a classe política é a que tem a menor credibilidade em todas as pesquisas de opinião pública. Isso acontece por atitudes como essa. Há 2, 3 anos, V.Ex^{as} tiveram coragem de ir aos prefeitos pedir apoio; foram às praças públicas garantir que iam bem representar os interesses dos municípios. E a população, prefeitos, vereadores, prefeitos confiaram em todos que estão aqui, ou seja, nos 63 deputados desta legislatura.

Não podemos permitir, temos de denunciar, temos de apontar aqueles que estão querendo aprovar uma desconfiança em relação aos prefeitos municipais.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte a V.Ex^a, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Caro deputado Gaban, V.Ex^a, como sempre, é arrojado em seus pronunciamentos.

E o que nos chama atenção é que o governo tem uma base extensa. A toda hora se diz que o governo tem mais de 300 prefeitos. Talvez por ter tantos prefeitos aliados, o governo os esteja tratando de uma forma tão perversa e, ao mesmo tempo, com desconfiança. O governo não acredita neles. E são justamente os prefeitos que lidam diretamente com o problema. É o prefeito quem sabe onde deve aplicar os recursos; é ele que é cobrado pela população.

E o governo poderia resolver essa questão através dessa muito bem elaborada emenda da Oposição. Essa emenda não estava tirando das ONGs, das associações e dos sindicatos, não; ela estava ampliando ao possibilitar que os prefeitos também pleiteassem esses recursos.

Já estou pensando no discurso que vão trabalhar hoje à noite. Não tem como justificar aos prefeitos, que estão aí com o pires na mão sofrendo a todo tempo, com a população batendo à sua porta e da prefeitura para cobrar carro-pipa e outros benefícios.

E os prefeitos poderiam agora, graças a essa emenda, se habilitar a ter esses recursos. Mas o nosso querido relator, Carlos Brasileiro, que já foi prefeito de Senhor do Bonfim, não a acatou no seu parecer. Só posso entender, Carlinhos, que V.Ex^a foi obrigado pelo Líder do governo a assinar esse relatório. Não é possível que V.Ex^a – que já foi um prefeito muito bem avaliado – possa se posicionar contra essa emenda, retirando-a do projeto.

É lamentável. Acho que a população de Senhor do Bonfim não ficará nada satisfeita com V.Ex^a.

O Sr. GABAN:- Faço minhas as palavras de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Aproveitando a deixa do deputado Carlos Brasileiro, fomos até adversários no município de Senhor do Bonfim, mas sempre tive uma consideração e um apreço, pela forma com que V. Ex^a sempre defendeu os interesses daquele município. Imagine, então, deputado Carlos Brasileiro, como V. Ex^a vai chegar para o atual prefeito e dizer: desconfio de V. Ex^a, mesmo que de uma maneira soberana o povo do Senhor do Bonfim quis que o senhor fosse o prefeito.

Da mesma forma que, de maneira soberana, o povo da Bahia quis a eleição do governador Jaques Wagner. Assim é a democracia, é a vontade popular que tem que ser respeitada. O que eu contesto aqui e volto a falar é que da mesma forma que a população confiou no governador Jaques Wagner, os prefeitos confiaram em V. Ex^{as}. Como é que vão chegar para os prefeitos, para os vereadores, para as lideranças políticas que representam V. Ex^{as} e dizer: *“Não, não aceitei porque a gente não pode confiar nos prefeitos”*. Como é que se vai transferir dinheiro para os prefeitos, depois eles vão desviar!” O sentimento é esse. Agora, as ONGs não vão desviar. Os sindicatos não vão desviar. Os sindicatos, as ONGs, as associações sabem mais dos problemas da comunidade do que o próprio prefeito que foi eleito pela vontade popular e soberana do povo de cada município que cada um de V. Ex^{as} representam.

Não é uma questão partidária. O deputado Carlos Geilson colocou de forma muito clara: o que a Oposição queria - eu seria até mais abrangente, aproveitaria o que a Oposição fez para ampliar - é que fosse destinado também aos prefeitos municipais, mas nunca excluir um prefeito municipal de gerir o dinheiro. É uma desconfiança inaceitável! Quem votar nisso terá que ter o ônus desse voto. É uma desconfiança dos deputados da Base do governo, porque nós temos nossa posição muito clara, achamos que os prefeitos têm competência, têm legitimidade porque foram eleitos, de maneira democrática, pelo povo da Bahia. Tirar a autoridade de um prefeito para gerir recursos do governo do Estado é tirar o crédito de confiança daqueles que confiaram em V. Ex^{as}.

Eu, particularmente, já tinha uma posição contrária a esse empréstimo neste momento. Fui convencido por essa emenda da Oposição. Na hora em que vi falei: pelo menos, vão para os prefeitos, eles sabem melhor do que ninguém como aplicar isso aí.

Eu defenderia e continuo defendendo que qualquer recurso para a Bahia, em se

tratando de recursos hídricos, tem de ser para construção de barragens e perenização de rios. Transferir esse dinheiro para ONGs, para associações é jogar dinheiro público na lata do lixo! O que uma associação vai fazer, por exemplo para irrigar, para ter uma produtividade numa propriedade rural, se não tem água nem para consumo? Se tivesse um programa de perenização de rios, poderia, aí, sim, na segunda etapa, transferir dinheiro para ONGs, para associações, para sindicatos, e sempre para prefeituras municipais, para que, através dessa perenização de rios, se fizesse o projeto de irrigação.

Aí, sim, daria tranquilidade para que o homem do campo permaneça em sua propriedade com dignidade, tendo seu alimento e de sua família, podendo vender os produtos resultantes dessa irrigação e ter uma renda familiar. Vejam que até o rebanho está sendo dizimado, não tem atividade nenhuma da agricultura. A Federação dos Agricultores, há quinze dias, fez uma audiência pública aqui em Salvador e todos os produtores rurais da Bahia vieram mostrar a situação lastimável em que se encontram.

E agora a gente pega um dinheiro para dar para alguém numa situação de seca e não se vai fazer nada?! Chega a ser uma irresponsabilidade. Essa irresponsabilidade, deputado Bruno Reis, poderia ser compensada pelo menos destinando o dinheiro para os prefeitos. Não é que seria só para eles, nós pedimos para ser também para os prefeitos. E V. Ex^{as} vão pedir votos no ano que vem e não deram um crédito de confiança aos prefeitos? Não pode. Acho que chegamos no limite da irracionalidade nesta Casa. Não podemos ser irracionais. Temos que ter o mínimo de sensatez para podermos com os olhos nos olhos chegar no município e dizer: “Pelo crédito de confiança, prefeito, que V.Ex^a me deu para que o representasse e ao povo do nosso município na Assembleia Legislativa, estou lá trabalhando e defendendo que lhe deem um crédito de confiança e esse empréstimo seja destinado à prefeitura. Assim, o senhor, que foi eleito democraticamente pelo povo - por exemplo, em Senhor do Bonfim -, trabalhará para que seja bem aplicado o dinheiro.”

Esse, sim, é um sentimento de democracia, é o sentimento que deve haver entre a classe política. E o governador mostra que já tinha tido uma postura - ele e o prefeito ACM Neto - de maturidade política, pois depois de doze anos sem solução se fez um acordo em três meses de administração municipal para que o metrô comece a funcionar. Parabenizei os dois. É isso que a gente tem de esperar da classe política.

Hoje, por exemplo, estavam lá novamente em diferentes posições político-partidárias. Agora é a hora de trabalhar para o povo, independentemente de posições políticas. Estão assinando convênios e vão começar a trabalhar para a mobilidade urbana aqui em Salvador, porque está um caos o trânsito.

Não pode ficar como está, essa guerrinha de partido, não sei o quê! É PT, é DEM, é não sei quem! Não tem isso, não tem o que existia! Essa maturidade dos dois tem de ser parabenizada. Por quê? Porque o governador precisa do prefeito para que tenha a autorização para executar qualquer obra, já que quem manda é o prefeito. Está na Lei Orgânica dos Municípios.

Então tem que haver essa maturidade e esse sentimento. Realmente parabenizo o governador e o prefeito ACM Neto por iniciarem isso não só através do metrô, mas também desses convênios que foram assinados para outras construções, como a Via Marginal.

A propósito, obrigado, Maria del Carmen, uma das técnicas mais competentes que a gente tem nesta Casa Legislativa. Já exerceu vários cargos, como boa gestora que é.

Vejam, é isso que a gente tem. Temos de aprovar as boas ações. Vejo o deputado Alan Sanches querer estender este benefício que o prefeito ACM Neto está dando à população de Salvador, o de no domingo a passagem ser meia, também aos municípios da Região Metropolitana.

Por que o governo não copia essa boa ideia? Seremos os primeiros a vir aqui elogiar. As coisas boas têm que servir de exemplo. Então, parabenizo o governador Jaques Wagner por essa ação que vai ter juntamente com o prefeito ACM Neto, pois finalmente teremos um horizonte para melhorar o sistema de deslocamento não só das pessoas que circulam diuturnamente para ir ao trabalho, levar os filhos à escola, mas também dos turistas que nos visitam.

Não na Copa das Confederações, que não vai dar tempo, mas na Copa do Mundo os turistas que vierem aqui terão uma cidade mais agradável, porque o prefeito ACM Neto vai começar do Farol da Barra, que será o cartão de visita de Salvador. Ela vai ter um trânsito único, um calçadão bem iluminado para que todos nós possamos num final de tarde ir com a família circular num lugar aprazível. Assim será efetivamente um cartão de visita dos turistas que para cá vierem. É isso que a gente quer.

Por isso, eu peço que os Srs. Parlamentares façam um exame de consciência. V.Ex^{as} não podem, não têm o direito de desconfiar dos que confiaram nos senhores para representá-los aqui na Assembleia. Tirar dum prefeito o direito de receber o dinheiro é não confiar nele. E quem não confiar no prefeito não tem capacidade moral, não tem nenhuma autoridade de nenhum tipo para no ano que vem ir a ele - que V.Ex^{as} estão rejeitando - pedir o voto. Como também não tem competência nem autoridade para chegar junto à população dos municípios e dizer: “Votamos contra vir dinheiro para os prefeitos. Preferimos dar a ONGs e outras associações, porque o prefeito que votou em mim não merece a confiança do governo nem muito menos a minha”.

Nosso dever, nossa obrigação com a Oposição, nós fizemos. Demos a emenda. Espero que o bom senso prevaleça, que o deputado Carlos Brasileiro peça a autorização ao governo para que os deputados da base não deem o crédito de desconfiança aos prefeitos municipais, que os elegeram, mas também deram um voto de confiança ao governador, reelegendo-o para um novo mandato como governante do nosso Estado pela vontade popular.

Esse será um tiro no pé dado pelo governo Jaques Wagner e pela maioria esmagadora dos deputados desta Casa, que dão sustentação política ao governo do PT.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos que nos assistem das Galerias e os que nos veem através da *TV Assembleia*, os efeitos devastadores da seca estão aí para que todos...

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BRUNO REIS:- (...) que percorrem o nosso Estado, principalmente o Semiárido baiano, possam constatar a triste situação em que nos encontramos. Dos 265 municípios do Semiárido baiano, 227 estão em estado de emergência. Já morreram 300 mil bovinos por conta da seca. Toda a produção de milho, feijão e mandioca já está perdida.

E, meus amigos e minhas amigas, infelizmente, estamos pagando, hoje, o preço por uma política equivocada deste governo. Em 2005, a Bahia tinha o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que identificou 215 reservatórios no Estado com capacidade em torno de 100 mil metros cúbicos de água e mais 24 reservatórios com capacidade de acumulação acima de 25 milhões de metros cúbicos, já incluídos Sobradinho, o maior lago artificial do mundo, e Itaparica. Esse mesmo plano previa, ainda, a construção, entre 2007 e 2020, de outros seis grandes reservatórios, com um custo estimado de R\$ 640 milhões.

E o que fez este governo? Abandonou o plano de recursos hídricos de 2005 e não lançou as barragens previstas, nobre deputado Luciano Simões, não deu início sequer à construção de uma nova barragem. Este governo optou pelo caminho não do enfrentamento à seca e, sim, o que traz mais dividendos eleitorais do que as grandes obras estruturantes.

Cito aqui, por exemplo, a política exclusivamente adotada por este governo de implantação de cisternas. Ora, cisterna é boa? É boa, sim, nobre deputado Gaban. É boa se existe água para acumular. Se não chove, como é que vai acumular água? Você vai captar água de onde se não conta com o sistema de distribuição, se não há uma grande barragem para ainda ter algum reservatório num período de estiagem como esse?

Infelizmente, este governo optou pela prática eleitoreira, nobre deputado Carlos Brasileiro. Fez, sim. Fez pequenos sistemas de abastecimento de água, poucas coisas, até porque as grandes adutoras também foram deixadas de lado. Se não fosse a atuação do ministro Geddel Vieira Lima não tinha saído do papel a Adutora do Algodão, da região do nobre deputado Luiz Augusto, a Adutora do Feijão, da região de Irecê e a tão sonhada Adutora do São Francisco, que é para levar água para atender à região de Senhor do Bonfim, do deputado Carlos Brasileiro. A única grande barragem que foi construída nesses 7 anos, nós não estamos falando de 7 dias de governo, nós estamos falando de 7 anos, a única grande barragem construída nesses 7 anos do governo do PT na Bahia foi a Barragem de Coronel João Sá, mais uma obra com recurso federal, viabilizada pelo então ministro Geddel Vieira Lima.

Água não é prioridade para o PT, é, sim, para o discurso, discurso fácil que veio a esta tribuna fazer o deputado Joseildo Ramos, com números falaciosos, números mentirosos, desmentidos pelo último censo do IBGE. Quem chega aos relatórios da Embasa e parte para fazer análise, constata verdadeiros absurdos. Eles fazem uma pequena obra no município de Irecê, por exemplo, na zona rural, numa certa localidade e bota no relatório que a população beneficiada é a população de todo o município. Fez a complementação de rede no município de Feira de Santana e bota como população beneficiada 500 mil habitantes, que é a população daquele município. Então, são números enganosos, números desmentidos pelo censo, como também desmentiu os números do TOPA.

O que este governo não fez foi investir, e ter paralisado o programa de construção de grandes reservatórios. Esse, sim, era prioridade. Em entrevista recente ao *Bahia Notícias* o ex-ministro Geddel fez o reconhecimento justo aos governos anteriores. São inúmeras as barragens construídas pelos governos anteriores. Podia citar aqui Bandeira de Melo, a Barragem de Pedras Altas, a Barragem de Pindobaçu, a Barragem de Ponto Novo, a Barragem do França, que foi deixada iniciada.

Esse governo vai para a televisão fazer propaganda, isso, sim, nesse quesito propaganda, é prioridade para esse governo, é prioridade em relação à seca, é prioridade em relação à segurança, nobre deputado Gaban.

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- Agora, a Barragem de Cristalândia, de Serra Preta, de Santana e de Lagoa do Torta, todas iniciadas no governo anterior, e os recursos fechados em conta para garantir as suas conclusões.

Agora, parando para analisar os investimentos feitos em ações de combate à seca por esse governo, vou pegar aqui os últimos 2 anos, em 2011 foram apenas 37 milhões e meio de reais, em 2012 foram 97 milhões de reais; agora, sabe quanto foi gasto em publicidade, em propaganda? Cento e sessenta e quatro milhões de reais, no ano passado.

Este governo aumentou os recursos gastos em propaganda em 165%, em 7 anos. E o pior é que não tem obra para mostrar, e as poucas obras que tem são todas elas feitas com recursos federais, não são obras feitas com recursos próprios. E agora manda para esta Casa este projeto, um projeto mais do que necessário, porque estamos falando de 100 milhões de reais para investir no combate à seca, e agora a convivência com a seca.

Só que, mais uma vez, como todos os projetos de financiamento que vêm para esta Casa, não consta no projeto o plano de trabalho. Ao se perguntar ao Líder do Governo ele diz que esses recursos, parece, que serão repassados para os produtores. E aí, pasmem V.Ex^{as}, como se não bastassem os escândalos do Instituto Brasil, como se não bastasse o escândalo recentemente denunciado pelo deputado Luciano Simões em que associações do subúrbio ferroviário estavam recebendo 5, 7 milhões de reais para fazerem cursos profissionalizantes de venda de cachorro-quente, ou seja, a velha prática do PT.

Será que o PT já não está vendo o grande preço que a Bahia está pagando por uma política de governo equivocada e ainda persiste no erro? Se, no passado, mudou a política de investimento para construção de grandes reservatórios, no presente, pega os recursos e quer entregar às associações.

Nada contra as associações, nada contra as ONGs, mas não venham me dizer que uma ONG, que uma associação, está mais capacitada tecnicamente, tem mais estrutura para aplicar os recursos públicos do que uma prefeitura. A prefeitura tem um corpo técnico. Ali, você tem funcionários concursados, que têm fé pública, que têm responsabilidade pela aplicação dos recursos públicos. E aí para o que opta esse governo? Opta por repassar os recursos para as associações. Isto é achar que todos os prefeitos, perdoe-me deputado Luciano Simões, são ladrões. É não confiar que os prefeitos são homens e mulheres de bem, que vão aplicar bem os recursos públicos, ou querem fazer malandragem, querem usar as associações para fazer malandragem, e o pior é que é fazer malandragem em cima da miséria de 70% da população do

Estado que vive na região do Semiárido e que, neste momento, está passando por grandes dificuldades.

Esse projeto contaria, sim, com o apoio da Oposição, votaríamos a favor se esses recursos fossem repassados para as prefeituras como foi apresentada a emenda da Bancada da Oposição. Votaríamos sim, aplaudiríamos. Não seria necessário estarmos aqui discutindo, marcando posição, se esses recursos fossem entregues aos prefeitos. Mas esse governador que considera o prefeito biruta de aeroporto, como ele bem disse, esse governador que não tem fé em Deus, que não acredita em Deus, por isso está tirando do bolso o candidato para apresentar a Bahia como coordenador do Comitê de Combate à Seca. Ele achava que seriam liberados recursos e, depois, com a vinda das chuvas, iria capitalizar politicamente, mas as chuvas não vieram. Agora, governador, como o senhor não acredita em Deus, só resta às pessoas que como eu têm muita fé em Deus e creem em Deus, rezar para chover e amenizar o sofrimento de milhões e milhões de baianos porque o governo da Bahia não fez a sua parte e o que fez foi de forma equivocada.

Com o aparte o nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado Bruno Reis, o governador, há poucos meses, tornou sem efeito inúmeros contratos e convênios que foram assinados com ONGs fantasmas, ONGs que receberiam do governo 7 milhões, 8 milhões, 10 milhões, até 22 milhões. E quando eu pensava que o governador já tinha se reciclado da galinha gorda que foi feita na Bahia de 1 bilhão e 600 milhões destinados às ONGs, o governador, num momento de seca como a Bahia vive, vem com o mesmo estilo, com o mesmo patrocínio a entidades que não têm sequer existência jurídica. Não tenho nada contra associações nem tão pouco ONGs. O caminho correto seria o governador fazer o convênio, o repasse às prefeituras colocando os prefeitos também para que junto com os sindicatos dos trabalhadores rurais e com os sindicatos dos produtores rurais, que são os que têm a verdadeira representação no que concerne à problemática da seca, para que a prefeitura, que tem um corpo técnico, uma estrutura de atendimento, para que os sindicatos dos trabalhadores rurais e os sindicatos dos produtores pudessem fazer a justa destinação de 100 milhões de reais.

Da maneira que está colocado no projeto é uma verdadeira farra com o dinheiro público. Como esse dinheiro se trata de empréstimo, de financiamento, só vai estar disponível para o governo daqui a 8, 9 meses, quando já estará em pleno vigor a campanha política. Na verdade, esse dinheiro é para desmoralizar aqui o PP, o PSD e os partidos que detêm um grande número de gestores, de chefes dos executivos municipais no Estado da Bahia.

Imagina o que vai dizer o nosso amigo aqui o deputado Mário Negromonte Júnior, o deputado Temóteo Brito, o deputado Jurandy Oliveira; o novo governista nosso amigo aqui, deputado Reinaldo Braga, como V.Ex^a vai dizer a prefeita de Morpará que o dinheiro que iria para Morpará vai para as mãos de Lelê, que é o adversário que perdeu a eleição e tem uma associação que receberá esses ditos recursos. Como vai o deputado Rogério Andrade dizer ao prefeito Orlando, de Santo Estevão; ao prefeito Jonival Lucas, de Sapeaçu, que o dinheiro da seca que hoje eles coordenam vai para o adversário dele que tem uma portinha aberta num povoado, uma dita associação, para fazer a campanha eleitoral. E esse dinheiro só estará disponível daqui a 8, 9, 10 meses, justamente no período em que se aproximam as

eleições. É um dinheiro eleitoreiro, o governo está devendo à Bahia, essa seca é um absurdo!

Vejo hoje praticamente o meu amigo Joseildo Ramos sozinho. O secretário Rui Costa, que é o candidato do governo, vai a público dizer que nunca se fez tanto pela Bahia, pela seca, como no atual governo. E eu só ouvi a voz aqui na Assembleia para defender o nosso secretário do deputado Joseildo Ramos, que é candidato a deputado federal em substituição ao deputado federal Rui Costa, e votou em Alagoinhas como o deputado Rui Costa. Então, realmente só tivemos essa voz na defesa de um pronunciamento que toda a Bahia sabe que é uma falácia. O governo usou todo o dinheiro do contribuinte baiano para pagar uma propaganda mentirosa. Por dia são 525 mil reais e o dinheiro que vem de empréstimo e financiamento, para o povo baiano pagar daqui a 5, 6, 10 anos, está indo para a galinha gorda, para a roubalheira das ONGs, das associações e para fazer política.

Isso é um absurdo e o quadro está aí. A Bahia sendo um dos piores estados em todos os níveis: na educação, na seca, na segurança, é a Bahia liderando todo o mal no País.

O Sr. BRUNO REIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BRUNO REIS:- Concedo um aparte ao nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Bruno Reis, quero fazer minhas as suas palavras a respeito da incoerência deste governo. E, através desse aparte, prestar a minha solidariedade a todos os prefeitos da Bahia que foram defenestrados pelo governo Jaques Wagner. O governo se acha tão forte, tão poderoso e imponente que os prefeitos e cabos eleitorais importantes estão sendo deixados de lado.

O governo está perdido e não consegue se encontrar. Agora, encontra esse problema da seca e não tem uma política eficaz de combate aos efeitos da seca. E quando apresenta um projeto tomando mais empréstimo do tanto que já tomou, e que imaginávamos que uma parte desse dinheiro poderia ser pleiteada pelos prefeitos, eles são deixados à margem, são deixados de lado.

Eu quero ver amanhã. Faço questão. Será uma sessão histórica os prefeitos estarem neste Plenário e os deputados do PT tentarem justificar porque deixaram os prefeitos de fora. Estou com pena do meu amigo Carlinhos Brasileiro. Todos vão tirar o braço da seringa e ele vai ficar segurando o abacaxi. Claro, quem votar no relatório de Carlinhos Brasileiro vai ter de encarar os prefeitos em 2014.

Peço que os prefeitos anotem os nomes de todos os deputados que votaram contra essa emenda que daria mais recurso às prefeituras.

Muito obrigado.

O Sr. BRUNO REIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, nobre deputado Carlos Geilson.

Para concluir, Sr. Presidente, infelizmente, a mediocridade desse governo é tanta que o Orçamento anual é de 32 bilhões, nobre deputado Gaban, e o governo precisa pegar 100 milhões emprestados para combater a seca. E quando esse recurso chegar, a vaca já foi para o brejo.

Muito obrigado pela tolerância, nobre deputado Cacá Leão.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Luiz Augusto pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, o que tinha para dizer não deu para falar no horário do PT; por isso, falo agora na discussão. Discutimos, hoje, na Comissão de Agricultura, a seca. Gostaria de relatar aqui esse assunto. O que temos visto no interior é o que todos já viram, ou seja, a quantidade de animais morrendo. O pequeno, o médio e até o grande produtor estão perdendo seu patrimônio e estão se enchendo de dívidas para as próximas safras.

Temos que resolver este problema. Falei com o governador Wagner quando ele estava na cidade de Iuiú, juntamente com o gerente do Banco do Brasil. Disse a ele que o Banco do Brasil não tinha financiado nem o pequeno, nem o médio, nem o grande produtor de algodão no Vale do Iuiú. Mas o gerente do Banco do Brasil respondeu que havia financiado tudo. Perguntei a ele quantos hectares ele havia financiado. E ele respondeu zero, porque não pediram e nada foi aprovado.

Disse ao governador Jaques Wagner que, se continuar a mesma política deste ano, não haverá qualquer safra. Isso não é culpa do governador Jaques Wagner. Isso é culpa dos burocratas de Brasília, que não estão dando a atenção merecida aos produtores dessa área. No próximo ano, no nosso sertão – falo em relação a toda a área do Semiárido da Bahia –, ninguém vai plantar um pé de algodão, um saco de feijão ou de milho, porque não haverá financiamento.

Em primeiro lugar, quem prorrogou não pode tomar novo financiamento. Como o governo federal dá uma prorrogação, já que não houve seguro agrícola, e não financia novos plantios? Isso significa que, no próximo ano, não haverá plantio e não haverá como se pagar no futuro. Criaremos, de novo, uma coisa que já havia sido acabada há algum tempo: uma massa de pessoas inadimplentes, falidas, que não conseguem tomar recursos, que não conseguem desenvolver este Estado.

Estamos chamando atenção para isso. Farei um documento, lavarei à presidência e à superintendência do Banco do Brasil, à superintendência e à presidência do Banco do Nordeste, para que volte a financiar a próxima safra dos pequenos produtores no próximo ano.

O governo do Estado e a presidente Dilma Rousseff às vezes têm boas ações. Está chegando o milho para salvar o gado, para salvar o rebanho dessa área seca. O milho é subsidiado a 18 reais, está custando 28 reais em Barreiras, que já está começando a colher hoje. Mas o pequeno produtor tem que ter o dinheiro nas mãos para comprar o milho.

Outro problema, como temos poucas áreas de armazenamento no Estado, como é que o pequeno produtor sairá com o carro para buscar 10, 15, 20 sacas de milho a 150 quilômetros? Quanto custará esse milho? Como ele arrumará esse recurso para poder garantir a sobrevivência dos outros animais que estão na roça?

Ele vende um animal para comprar o milho, para sustentar outro, já que o volume que ele está arrumando é tão pouco, e daqui a uns dias ele vende mais outro, para tentar salvar aquilo que sobrar.

Acontecerá o que meu avô já dizia há “mil novecentos e borrachinha”: quando o negócio está ruim, pega muitas galinhas, vende umas para comprar o milho; come a outra galinha, e no final só sobra a última galinha. Estamos vendo que poderá

acontecer isso na região semiárida, na região do nordeste.

Essa é uma grande preocupação que terá repercussão lá na frente. A presidente Dilma Rousseff, com boa intenção de novo, dispõe de 9 bilhões de reais para o combate à seca. Muito bom 9 bilhões de reais. Uma parte desses recursos será bom para as prefeituras, não tenho nada contra as prefeituras, não, que comprarão: uma patrol, uma pá carregadeira, uma retroescavadeira e um caminhão-caçamba. Será bom para a prefeitura, para tapar buracos nas estradas.

Isso não pode ser colocado em ações contra a seca. O que é que isso tem a ver com a seca? Não há nem animal para ser transportado, para que consertar as estradas? Lógico que ajuda as prefeituras, mas esses recursos não devem ser colocados como se fossem recursos para combate à seca, senão o Sul achará que estamos recebendo aqui 9 bilhões para combate à seca e, de repente, falará que estamos desviando recursos da seca. Não tivemos oportunidade de utilizar esses 9 bilhões no combate à seca em nosso Estado.

No ano passado, o governo Federal repassou 280 milhões, pelo menos assinou convênio, para FS, pequeno sistema de abastecimento de água em função da seca. Esse convênio foi assinado, se não me engano, em abril ou maio do ano passado. Em dezembro do ano passado, a Cerb esteve conosco e nos disse que daqueles 280 milhões de reais não havia sido gasto ainda um centavo de concreto, para que fosse feito o pequeno sistema de abastecimento de água para as pessoas que sofreram com a seca. Deve começar a fazer este ano.

A culpa é da burocracia, do processo de licitação, do repasse de recursos. Têm muitas coisas. Acho que o governador do Estado, a presidente Dilma Rousseff, têm que tomar uma decisão.

Sabemos que a maioria dos municípios estão inadimplentes hoje em função da queda de arrecadação, os antigos prefeitos não cobriram índices da educação, de pessoal e da saúde. Por causa disso, os novos prefeitos estão inadimplentes – e a maioria deles está no Semiárido nordestino – e não poderão receber recursos.

É hora do governo baixar alguma portaria para que possa fazer os convênios diretamente com as prefeituras. É muito mais fácil você fiscalizar uma obra, um sistema de abastecimento de água do que mandar executar centenas de sistemas de abastecimento de água ao longo de todo o Nordeste.

A hora é agora! Se existem os R\$ 9 bilhões de recursos para o combate aos efeitos da seca, agora é a hora de dar-lhes a destinação correta, segura, para que o pequeno produtor, o nordestino, sinta o efeito desses recursos, que dizem que é para o Nordeste, que dizem que é para o combate à seca!

Estou na Base do governo? Estou. Mas não posso ficar calado, vendo que pode ocorrer igual ao que aconteceu no ano passado. À época, dizíamos que era a maior seca dos últimos 40 anos, 50 anos, do último século. Sei lá em que tempo ocorreu maior seca! Este ano está pior do que no ano passado.

Nós, deputados, temos de pressionar o governo do Estado, o governo federal, os ministros, para que essas ações sejam concretizadas. Não adianta virmos aqui e falar o que o passado fez e criticar o presente; ou o presente falar o que deveria ser feito que o passado não fez.

A hora é esta! Se existem os recursos, vamos aplicá-los, para que o pequeno produtor sinta os efeitos desses R\$ 9 bilhões.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Com o aparte o deputado Zé Raimundo, que solicitou primeiro.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Luiz Augusto, manifesto meus parabéns por sua intervenção, por sua preocupação com duas dimensões: primeiro, a burocracia. É preciso que o Estado brasileiro se modernize e agilize os procedimentos. É terrível levar 1 ano e meio, 2 anos, muitas vezes, para se tirar uma obra, uma ação do governo federal do papel de um convênio.

Estou vendo um esforço muito grande do governador Jaques Wagner, dos governadores do Nordeste, da própria presidenta, que está-se esforçando para diminuir a burocracia para que a ação chegue ao homem do campo.

V.Ex^a, como agrônomo e produtor, conhece na pele os dramas da agricultura. Essa noção de subsídio precisa ser fortalecida, porque no mundo inteiro a agricultura é subsidiada. Estamos perfeitamente de acordo em lutarmos para melhorar, dar dinamismo e agilidade ao governo federal.

Trago, nobre deputado Luiz Augusto, um esclarecimento. Os deputados da Oposição, e, aqui, chamo a atenção dos jornalistas, sistematicamente dizem que os recursos desse empréstimo o governador poderia mandar às prefeituras, que é uma tentativa de enganar, de colocar uma cortina de fumaça no procedimento. Ora, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, da ONU, é uma organização voltada exclusivamente para os países pobres, diretamente para os agricultores.

Nobres deputados da Oposição: liguem agora para o ex-governador Paulo Souto e perguntem como ele implementou o Pró-Gavião na Região do Semiárido. Ele dirá: “Com o dinheiro do FIDA, repassado diretamente às associações”. Liguem, em seguida, para o ex-governador César Borges, que dirá a mesma coisa.

Esses recursos só podem ser dirigidos às associações, não podem ir para as prefeituras. Pelo amor de Deus, está lá no *site* do FIDA, do Fundo Internacional! Esse projeto é auditado por representações internacionais. Então, não cabe, aqui, esse discurso para querer, absolutamente, enganar com uma retórica. Pelo amor de Deus, critiquem o governador por outros motivos, mas por esse não!

Era essa a consideração, nobre deputado Luiz Augusto.

Parabéns pelo discurso.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Com a palavra o deputado Elmar, que pediu. Depois Zé Neto, se der tempo.

O Sr. Elmar Nascimento:- Meu caro deputado Zé Raimundo, se V.Ex^a tivesse tanta preocupação com as normas da ONU e do Banco Mundial, não desviariam recursos vinculados para cobrir o rombo do caixa do governo do Estado. V.Ex^a não tem nenhuma preocupação com isso.

Seria muito mais óbvio passar o dinheiro para as prefeituras, e esses conselhos comunitários e associações fiscalizarem. Serviriam melhor para isso. Não entendo por que V.Ex^a não apoia essa iniciativa, até porque o que queremos é só autorização. Se o Banco e a ONU proibirem, o governador não faz. Estamos tentando autorizá-lo a trazer os prefeitos para serem seus parceiros.

Quero parabenizar o deputado Luís Augusto pela sua preocupação como deputado comprometido com o semiárido, sertanejo. Está quebrado, deputado. Vamos levar 20 anos, no mínimo, para recuperar o que aconteceu. Já morreram um milhão de reses no nosso Estado. Esse é o número que nos chega através da Fundação de Agricultura do Estado da Bahia.

Infelizmente, o secretário Rui Costa era coordenador há um ano. Participei da comissão da seca, onde ele foi recebido, dizendo que iria instalar todos os poços artesianos, não iria deixar um sem instalar. Eu disse a ele que na minha terra tinham 200, que perfuramos com a máquina do DNOCS. Ele disse “traga a relação que vamos instalar todos”.

No outro dia, protocolei na Casa Civil. Fui com um documento, pois sei que eles não cumprem, e protocolei com vazão, com tudo. Eles não instalaram. Passado um ano, o secretário Rui Costa foi a Senhor do Bonfim fazer uma reunião com os prefeitos para saber o que estava acontecendo com a seca. Um ano depois como coordenador.

Lá, o vice-prefeito ligado a Adolfo, que está assumindo, disse: “Secretário, tenho em Campo Formoso 200 poços para serem instalados. O povo está reclamando da seca. Que resposta eu levo para o povo?” Ele ficou sem resposta para dar e falou: “Traga a cópia desses poços, a localização com GPS e a vazão”. Ele encaminhou. Ele ficou indignado porque quinze dias depois, a Cerb liga cobrando o mesmo documento. Ele disse que não era possível pois há quinze dias já havia encaminhado. Há um ano atrás eu protocolei, tenho o protocolo na Casa Civil, tenho a gravação da comissão, o secretário Rui Costa prometendo que instalava aqueles mesmos poços. É com essa seriedade que eles tratam da seca.

Sei que V.Ex^a tem de ser, como está sendo, elegante com o governador Wagner, mas todo problema da seca se origina, deputado Luciano Simões conhece bem a região, da transposição do São Francisco, quando a nossa maior liderança, o governador, foi leniente. O PT aceitou que tirassem água do São Francisco para construir o eixo que liga Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, quando não se fez nada, em compensação, para beneficiar a Bahia.

Infelizmente é isso. Estou com V.Ex^a. Não adianta dizer agora que um não fez, o outro não faz. Nós fizemos. Na nossa região tem oito barragens que estão sustentando o povo lá: barragem do aipim, barragem de Pindobaçu, barragem de Ponto Novo, barragem do França, barragem de pedras Altas. Uma série de barragens. Eles não fizeram nem açude de 500 horas de trator. Fizemos a nossa parte.

Não adianta esse discurso: “Eles não fizeram, nós também não faremos.”. O secretário Rui Costa perdeu a autoridade. Um ano atrás vir tratar de seca, um ano depois dizer que está estudando a seca, para mim perdeu a autoridade para tratar desse assunto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro, deputado Luís, a Oposição não vai entender porque estamos lhe elogiando.

Na nossa bancada, nenhum de nós está escondendo o trágico momento em que vivemos com a seca. Vossas reclamações devem ter eco, sim. Quero, inclusive, propor, como Líder da Bancada, que saíamos daqui com um documento consistente para encaminharmos ao Banco do Nordeste, no tocante às situações que são pontuais

mas que estão se acumulando.

Isso que estamos ouvindo já se tornou rotineiro. A realidade cultural dos Estados do Nordeste, do Estado da Bahia, é diferente, realmente, da realidade cultural e contratual, inclusive, da realidade do Sudeste e Sul, e eles têm um formato nacional. Esse formato nacional não se integra às nossas necessidades, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Proponho a V. Ex^a, que é um homem que tem essa habilidade e esse conhecimento, que façamos um documento consistente para esta Bancada levar ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil, solicitando a tomada de providências concretas, no sentido de viabilizar e facilitar esses acessos com mais velocidade. Nós não estamos, aqui, de outra forma, senão a buscar saídas.

V. Ex^a está de parabéns. Parabenizo V. Ex^a em meu nome, na condição de Líder da Bancada, e em nome da Bancada. V. Ex^a tem o nosso apoio. Desde já faremos esse esforço. Quanto à Oposição, a Oposição vai ficar nessa cantineira! Quando se mexeu com a transposição, a própria Oposição reclamou, aqui, por causa da transposição. A Oposição, diferentemente do que fazíamos no passado, aprendeu apenas a reclamar, mas para ser oposição, para fazer o que a gente fez, para ganhar o governo, tem de reclamar e ter projeto, e isso eles não tem.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Concedo o aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Luiz Augusto, gostaria de parabenizar V. Ex^a pelo seu discurso. V. Ex^a, de uma maneira técnica, objetiva e apresentando dados dos técnicos de Brasília a respeito do comportamento da climatização para o próximo ano, está alertando para um problema gravíssimo. Acho que esse é o dever de nós todos. Pronunciamentos como o de V. Ex^a enriquecem o Parlamento.

O deputado Zé Neto tem costume de falar de uma maneira atabalhoada, sem dados e sem crédito. Não podemos dar nenhum crédito ao que ele tem falado sobre a Oposição, pela maneira como ele coloca as coisas.

Gostaria, em nome da Oposição, já que sou o último deputado a fazer aparte, de dar todo o apoio necessário às colocações que foram feitas por V. Ex^a, que é um conhecedor da área e um empresário de sucesso que sabe, como poucos desta Casa, das agruras e das necessidades do homem do campo e dos produtores do nosso Estado.

Parabéns. Tenha a certeza absoluta de que V. Ex^a terá também o apoio da Oposição no encaminhamento que for necessário para o fortalecimento da nossa agricultura e também para preservar o rebanho do nosso Estado.

As colocações do deputado Zé Neto não merecem consideração, porque ele é muito supérfluo, fala por falar e não merece o crédito da Oposição desta Casa.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Obrigado a todos.

Só quero dizer que, aqui, há algumas opiniões que podem ajudar os técnicos do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Ministério da Agricultura a tentar amparar o pequeno e o médio produtor da nossa região. O pequeno produtor precisa dessa ajuda imediatamente, principalmente aquele que está tentando salvar o seu rebanho com o milho e está tentando um financiamento com um prazo mais estendido, para que não precise vender os seus animais e consiga salvá-los para que esses animais salvos sejam, pelo menos, a base de um novo rebanho e que ele possa recuperar, no futuro, aquilo que tinha.

Quero agradecer a todos, principalmente ao nosso presidente pela tolerância com o tempo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- Para encaminhar o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aproveitar a imprensa, aqui, e dizer que nós, da Oposição, nunca votamos contra a vinda de recursos para o nosso Estado, diferente do que faziam conosco no passado. O PT votou, aqui, sistematicamente contra as autorizações de empréstimo para a vinda de recursos. Em nenhum instante nós votamos, nenhuma vez sequer, contra a vinda de recursos para o nosso Estado, e não vai ser diferente desta vez. Novamente, vamos votar pela autorização para que o governador consiga captar recursos para a aplicação no nosso Estado. Não posso deixar, neste instante, de fazer uma ressalva, deputado Luiz Augusto, que se preocupa tanto com a nossa região e com a seca, nós, da Bancada da Minoria, no intuito de contribuir com o Estado e com o governo, apresentamos uma emenda ao artigo 2º, desse projeto de lei em que, simplesmente, nós autorizaríamos o governador a incluir as prefeituras entre os entes que poderiam ser beneficiados com os convênios, e a Casa Civil orienta a não atender a nossa emenda. Queríamos só ajudar! Eu não sei porquê a Casa Civil marginaliza tanto os prefeitos. Não sei porque a Casa Civil marginaliza tanto os prefeitos, porque eles são os parceiros ideais para o governo, eleitos democraticamente, escolhidos por cada uma das suas comunidades, ficam marginalizados nesse processo. A mim não convence, deputado Zé Raimundo, essa questão de que é orientação da ONU.

Primeiro porque não mostraram. O deputado Zé Neto, Líder do governo, poderia vir aqui e dizer que é orientação da ONU, se incluir prefeito não poder repassar recurso. Não vi em nenhum instante e nesta questão sou como São Tomé, quero ver. Segundo, ainda que houvesse a nossa emenda diz para incluir apenas os municípios nessa autorização. Não quer dizer que o governo é obrigado a fazer. Se o governador entendesse ou fosse proibido de fazer convênio com o prefeito, ele simplesmente não fazia, não desobedecia.

Agora, autorizar o governador a celebrar os convênios também com municípios não se justifica. Esta Casa pode fechar as portas, porque a Bancada do governo, que é maioria, funciona como lagartixa, balançando a cabeça. Veio do governo, aprova e pronto. Não se pode mudar nada.

Quando cheguei a esta Casa ouvi muito de deputados próceres da Oposição, a exemplo o presidente, deputado Marcelo Nilo, que dizia que carlista não pensa, obedece. Chego à conclusão que parece que eles olhavam para o espelho. Petista não pensa, obedece. Nunca vi uma questão dessa. Como mudou, deputado Joseildo Ramos, como V.Ex^{as} mudaram! Costumavam discutir até internamente, mas não poder mudar um projeto aqui para simplesmente incluir os prefeitos entre as entidades. V.Ex^a que foi prefeito e tantos deputados que também foram, que dependem deles para se elegerem.

Para finalizar, quero encaminhar a nossa Bancada a continuar pensando nos superiores interesses do nosso Estado. Apesar de tudo e, mais uma vez, dando ao

governador condição de poder captar recurso. Não posso deixar de ressaltar, não deixar de fazer o meu protesto aqui contra a Casa Civil, que coordena todos esses projetos. Todos que vêm para aqui passa na Casa Civil primeiro. Tudo quanto é emenda, para ser acolhida, a Casa Civil tem que opinar. É assim que funciona.

Não posso deixar de fazer essa ressalva, porque o chefe da Casa Civil, se fosse um técnico que não fosse político, se não tivesse querendo ser governador, visitando os territórios e fazendo reuniões com os prefeitos, vendo *in loco* a seca que aflige nossos municípios, vendo e percebendo que os prefeitos seriam os melhores parceiros, ele teria sensibilidade de dizer: vou acolher essa emenda, é interessante, eles só querem contribuir e vou tentar viabilizar através das prefeituras. Se não desse dizia: está aqui, solicitamos, fizemos alterações conforme indicação da Oposição que quis contribuir, acolhemos essa indicação transformando o processo. Não é processo de emenda substitutiva para tirar as associações, é uma emenda apenas para acrescentar as prefeituras e o chefe da Casa Civil deveria ter a sensibilidade.

Portanto, com as nossas escusas e ressalvas, a Casa Civil do governo, que não tem sensibilidade, vamos encaminhar nossa Bancada no sentido de continuar a votar como votou sempre: a favor dos interesses dos baianos e da Bahia, pela aprovação do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para encaminhar, Com a palavra o deputado Líder da Maioria, Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, quero encaminhar sim, e dizer à Oposição que não se preocupe com os prefeitos, porque estamos dando atenção a eles. Quero reiterar o meu posicionamento de agora há pouco. Acho importante demais que neste instante de seca, que todos sabem nesta Casa, não tem ninguém aqui imaturo, que é uma seca que torna uma tragédia, especialmente para o Estado da Bahia, onde tem o maior número de municípios que estão neste flagelo.

Todos nós nesta Casa sabemos também que a maior seca aconteceu há 80 anos, que dizimou milhares de nordestinos, e esta seca não está pior graças às intervenções concretas do governo do Estado com relação ao Água para Todos, que atendeu a três milhões e meio de baianos, e ao Bolsa Família, que hoje, com certeza, fez a diferença, pois nesse flagelo nós não vimos vidas humanas sendo ceifadas. E não serão.

Agora, é preciso que a Oposição tenha a maturidade de vir ao debate trazendo proposições, acrescentando o que fazer para otimizar as ações que são realizadas pelo nosso governo e também pelo federal. Chega dessa oposição pequena, miúda, que tem de destruir o adversário esquecendo do povo. Chega dessa oposição que pega as carcaças de animais e leva para a porta do banco, mas não diz o que fazer ao banco. Não pergunta, não muda sequer uma vírgula que possa trazer algum alento ou alguma modificação concreta para melhorar a situação reclamada.

Esta Oposição é fadada ao tempo da oposição mesmo. Amadureçam e tragam para cá o bom debate. O bom debate que nós estamos sempre propondo. O bom debate que fizemos quando éramos Oposição. O bom debate e o bom respeito que estamos mostrando quando tratamos de Feira de Santana e Salvador, que são os maiores ícones da oposição com o devido respeito, pois continuamos a fazer o que

fazemos com todos os prefeitos da Bahia, pregando o respeito à democracia e à construção dessas cidades, que nem sequer têm outra coisa senão o bom senso, o qual vai levando as obras, as construções todas.

É como fizemos hoje pela manhã aqui em Salvador, é como fizemos esta semana com o metrô, é como estamos fazendo com a orla, é como estamos fazendo com o turismo nesta capital. E também lá em Feira de Santana, com a água da Embasa, a micareta. Fechamos agora há pouco um convênio visando dar recursos para que aquela festa - alguns pensam que é só uma festa - tenha o êxito que esperamos, porque é igualmente um momento de levar recursos àqueles irmãos nossos dos distritos que vão ao centro fazer suas vendas.

Quero encerrar lembrando que este formato do FIDA é o mesmo que outrora foi utilizado muitas vezes neste Estado, inclusive por Paulo Souto no último governo, no Pró-Gavião. Este é o formato que leva diretamente para o pequeno produtor. É a busca da segurança alimentar, do recurso sem maiores delongas.

Agora faz pouco ouvi a reclamação contra o processo burocrático. É claro que todos nós estamos tentando reduzir. De repente, vamos criar mais burocracia, deixar de lado as entidades? Não! Fortaleceremos as organizações sociais, o terceiro setor, a sociedade, a agricultura familiar, o pequeno produtor, porque são esses os mais carentes, os mais desvalidos no momento, os que têm neste instante a necessidade mais crucial, o apoio mais íntegro, mais consistente do governo.

Portanto, a Bancada governista vai votar sim. E a da Oposição diz que vai votar sim também. Eu quero agradecer a compreensão, mas tragam proposições para não fazerem o discurso vazio e esquecido de agora há pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Em votação.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, dentro dos cinco minutos eu vou justificar a minha questão de ordem, que será no sentido do quórum de votação.

É lamentável, meu querido amigo e conceituado deputado desta Casa Líder do governo! Eu acabei de sair da tribuna encaminhando que minha Bancada vote sim e pensando que V.Ex^a fosse agradecer, e o senhor diz que a Oposição pensa pequeno. Não entendo como é essa ideia de pensar pequeno. O Líder do governo deveria agradecer o nosso gesto de votar a favor. Fazer essa ressalva nós não podemos deixar de fazer, porque aqui os deputados que compõem a Bancada da Minoria...O PT sempre votou contra.

Deputado Cacá Leão, os deputados que compõem a base da Minoria são municipalistas. E ainda querem que não reclamemos por terem recusado uma emenda que beneficiaria as prefeituras, pois permitiria ao governador celebrar convênios com elas. Aí também já é demais, querem se tornar partido único. Desejam que aconteça aqui o mesmo que aconteceu na Venezuela, com Hugo Chaves, ou seja, querem acabar a Oposição totalmente. Querem nos impedir de contribuir.

V.Ex^a, deputado Gaban, que tem diversos mandatos nesta Casa, sabe que no passado a então Oposição nunca votava a favor de nenhum projeto que pedia

autorização para o Estado contrair empréstimos. Eles obstruíam e levavam até a madrugada. Veja, deputada Rosemberg, que agora é diferente, nós da atual Oposição fazemos emendas para ajudar.

Não quisemos excluir associações, conselhos comunitários nem sindicatos rurais. Nossa emenda era no sentido de incluir as prefeituras como possíveis beneficiárias dos recursos. Mas aí o governo diz: “Ah, porque Paulo Souto fazia assim...” V.Ex^{as} foram eleitos para mudar; se fosse para fazer do mesmo jeito, Paulo Souto seria reeleito e estaria mandando até hoje.

Esse discurso não se justifica. Só quero que o Líder do governo, deputado Zé Neto, tenha a coragem de repetir esse discurso na tribuna amanhã, afirmando que os prefeitos nunca foram tão bem tratados. E aí não invocaremos o testemunho nosso, não, até porque não levamos prefeito ao governo, mas dos deputados da Bancada da Maioria. Queremos que eles digam aos prefeitos o mesmo que disse o Líder, ou seja, que prefeito nunca foi tão bem tratado, nunca foi tão ajudado para combater a seca.

O deputado Luiz Augusto tem razão quando diz: “Combater a seca com patrol, como?” Nunca ouvi dizer que se constrói barragem com patrol; só se forem as barragens do governo Wagner.

Quero saber, deputado Zé Neto, onde estão os 4 bilhões que o governador disse ter investido na seca. Cite-me uma grande obra de infraestrutura hídrica feita por este governo. Qual foi a grande barragem? Não me refiro a barragens 10 milhões, não, mas às de 30 milhões em diante. Fizemos, no passado, Campo Novo, Pedras Altas, Aipim, Pindobaçu, Barragem do França, Bandeira de Melo, Apertado. Todas elas custaram mais de 30 milhões.

Deputado Zé Neto, mostre-me uma única barragem que este governo construiu? Porque essas barragens que citei estão minorando a seca da população agora. Com 6 anos no governo, cite uma única barragem. Estou falando da minha região, porque conheço bem, não estou falando do Extremo Sul. Cite-me uma única barragem feita pelo governador, que diz ter gastado 4 bilhões, palavras dele, em obras de infraestrutura hídrica.

Não sei, é como diz o deputado Sandro Régis, só se foi a reforma da piscina de Ondina. É inadmissível a falácia de se falar de obras para o combate à seca.

Para finalizar, deputado Cacá Leão, solicito uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Cacá Leão, peço a V.Ex^a que marque o tempo regimental de 25 minutos para a verificação de quórum. E aproveito, deputado Elmar Nascimento, para agradecer a compreensão da Oposição por ter entendido a importância desse empréstimo para se investir no Semiárido baiano. Obviamente, fez suas ressalvas, mas entendeu a importância desse investimento.

Mas também quero dizer, deputado Elmar, que quando falo aqui que às vezes a gente perde um tempo imenso, é que nem Zé Neto e nem Zé Raimundo quando colocaram a questão da utilização desse instrumento- eu disse aqui nesta tribuna que o governo Wagner tem feito vários convênios com as prefeituras, inclusive, alguns

deles eu mesmo questioneei, porque fui em determinada cidade e recebi a informação de que estava tendo utilização política para distribuição de água.

O convênio com prefeituras não é feito é porque não se quer fazer, ou para não atender a emenda que V.Ex^a apresenta, mas é porque esse tipo de empréstimo será feito diretamente com as organizações sociais, através do instrumento criado não pelo governo do PT, mas através da CAR, que não é coordenada por nenhum dirigente do Partido dos Trabalhadores nem por nenhum filiado ao Partido dos Trabalhadores.

Então, quero dizer que na realidade o objetivo é buscar os recursos necessários para tentar minimizar o problema da seca, que tem afetado a sociedade baiana.

Por isso, meu querido Cacá Leão, gostaria que V.Ex^a marcasse o tempo de 25 minutos, para que possamos fazer a verificação de quórum e uma votação com toda bancada presente, porque a indicação do deputado Elmar é que seja votado positivamente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados há um pedido de verificação de quórum de votação. Por favor, zerem o painel. Srs. Deputados e Deputadas, há um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. Gaban:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pela ordem o nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, atendendo a solicitação do deputado Targino Machado, que pediu que eu comunicasse ao presidente da Casa de que ele só não está presente na votação porque foi no velório do ex-prefeito e atual vice-prefeito de Serra Preta.

Então, essa comunicação é para justificar a ausência do deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Já há quórum de votação.

Em votação o nobre relatório do nobre deputado Carlos brasileiro, ao projeto de lei nº 20225/2013 de autoria do Poder Executivo, que visa contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura, na forma que indica e dá outras providências.

Em votação no painel.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento: A minha questão de ordem é para recomendar a nossa bancada a votar sim.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pela ordem o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, gostaria de registrar que votarei sim ao projeto, mas quero dizer que votei contra o relatório do deputado Carlos Brasileiro. Mas no mérito votarei a favor, porque acho importante qualquer recurso que seja para amenizar e melhorar a vida da população do Estado da Bahia, votarei favoravelmente, registrando apenas que votei contra o parecer porque acho um absurdo. Esses recursos deveriam ser transferidos para as prefeituras do Estado da Bahia, que são as principais responsáveis para executar os programas voltados para o combate à seca, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Informamos que o nobre deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa Legislativa, não se faz presente porque se encontra em Goiás participando do encontro dos presidentes de assembleias legislativas do País.

Encerrada a votação. Anuncio o resultado: “Sim”: 51; Abstenção: zero; “Não”: zero. Aprovado o projeto de lei nº 20.225/2013, que irá para sanção do Sr. Governador do Estado.

Srs. Deputados, há um requerimento sobre a mesa que passo a ler: *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm, na forma regimental, requerer a V.Exª a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o projeto de lei nº 20.168/2013, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia, referido no artigo 136, I, da Constituição Estadual.”*

Sala das sessões, 16 de abril de 2013.

Deputado. Zé Neto, Líder da Maioria.

Deputado Elmar Nascimento, Líder da Minoria.”

Para relatar a matéria, com a palavra o deputado Gaban.

PROJETO DE LEI Nº 20.168/2013

Dispõe sobre o subsídio mensal dos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia, referido no art. 136, I, da Constituição Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O subsídio mensal de Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, referido no art. 136, I, da Constituição Estadual, será de:

I - R\$ 25.323,51 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 2013;

II - R\$ 26.589,68 (vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), a partir de 1º de janeiro de 2014; e

III - R\$ 27.919,34 (vinte e sete mil, novecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos), a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º As despesas advindas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público, respeitado o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de fevereiro de 2013.

JAQUES WAGNER
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Gaban, para relatar.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, antes de relatar este projeto, eu não poderia deixar de manifestar meu descontentamento, minha indignação por este projeto já não ter sido aprovado duas semanas atrás. Fizemos um acordo com o Líder do governo e o Líder da Oposição nesta Casa para que houvesse dispensa de formalidades. E esse acordo não foi respeitado por uma ingerência indevida do Executivo no Legislativo, querendo tirar a autonomia do Judiciário da Bahia e do próprio Ministério Público, como se entendesse que, como o Poder Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público sejam extensões do Palácio de Ondina.

Trata-se este aqui de um projeto constitucional. Eu apenas, em respeito ao acordo que foi feito aqui pelas lideranças do governo e da Oposição, vou relatar da forma como aqui está colocada. No meu entender pessoal, trata-se de uma matéria que não tem, inclusive, necessidade de vir para o crivo da Assembleia Legislativa todo ano. É uma matéria constitucional, é um direito que existe, tanto que a presidente Dilma, no projeto da lei, já estabelece o salário do Ministério Público, estabelece o salário dos ministros do Supremo, dos desembargadores, dos Srs. Magistrados de todos os Estados brasileiros, estabelece a remuneração de janeiro, aliás, retroativa a janeiro deste ano, e já define o salário que vai ser em janeiro de 2014, bem como define a remuneração dos Srs. Desembargadores, ministros do Supremo, Srs. Juízes e membros do Ministério Público, até 2015. Já está estabelecido em lei, o que reforça a minha tese da não-necessidade de passar anualmente pelo crivo da Assembleia Legislativa. Temos que aprender a respeitar o que determina a Constituição.

Dito isso, e esperando que o exemplo que está sendo dado, de respeito ao Judiciário e ao Ministério Público, seja também dado ao funcionário público do Estado da Bahia. Não podemos e não admitiremos, espero que prevaleça o bom senso para a mensagem tardia que será encaminhada pelo governador Jaques Wagner, encaminhando o reajuste, não falo em reposição, mas no reajuste do servidor do Estado da Bahia, da mesma forma como a presidente Dilma fez para os ministros do Supremo Tribunal Federal, com direito a retroatividade, que é estendida aos Srs. Desembargadores e Srs. Juízes do nosso Estado, bem como para os membros do Ministério Público.

O que os governantes precisam aprender, e aí a presidente Dilma está dando o exemplo ao governador da Bahia, é a seguir o alinhamento também nessa hora. Ele não tem tido o alinhamento para defender o Estado como deveria no caso dos

royalties, entrar na Justiça, como entrou o governador do Rio, para defender os interesses da Bahia. Foi preciso o Instituto dos Auditores Fiscais entrar para defender o Estado da Bahia. Vai ser um prejuízo para o Estado se não for vencida a tese do Rio de Janeiro, se não prevalecer o que definiu o Congresso Nacional, um prejuízo de mais de 700 milhões este ano para o governo do Estado da Bahia, em plena seca, acabando com o rebanho, não tendo água para consumo humano, e o governo insensível não defende a Bahia, como é sua obrigação, e também da Procuradoria do Estado.

Alinhamento político tem que servir, deputado Zé Neto. V.Ex^a fala, e para nós, da Oposição, não tem repercussão, porque V.Ex^a só fez isso aqui porque foi pressionado, se não botasse para votação com autorização do governador, os juízes iriam invadir aqui para que seja respeitado o direito constitucional.

Dito isso, parabenizo a direção da Amab pelo trabalho que fez, defendendo o direito líquido e certo de todos, não só os desembargadores, mas todos os juízes do Estado da Bahia, numa matéria que é constitucional.

Passo agora a fazer o parecer.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a tem 40 minutos, deputado.

(O Sr. Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. GABAN:- E o deputado Zé Neto, deputado Elmar, é bom que se lembre, apesar do que ele fala, para nós, da Oposição não tem nenhuma repercussão. O que o deputado Zé Neto fala entra por um ouvido e sai pelo outro de todos os membros da Oposição, porque ele não tem credibilidade. Diferentemente de quando fala V.Ex^a, deputado Carlos Brasileiro, quando fala V.Ex^a, meu querido deputado Bira Corôa, que fala as coisas com conteúdo, com respeito, procura ter dados. O deputado Joseildo também tem feito isso. Outro aqui que não está na Liderança hoje, o deputado Yulo Oiticica. São alguns, para não citar outros, mas alguns que fazem a colocação correta, sendo alguns membros do PT, que procuram trazer conteúdo, estudar para debater, como o deputado Luiz Augusto trouxe uma maneira técnica para discutir conosco. É isso que enriquece, deputado Yulo, o Parlamento. Não o deputado Zé Neto, que aparece de vez em quando aqui, aparece de vez em quando nas comissões, pede para falar e cai fora. Não respeita nem o direito de quem é das comissões. Quer falar para ir embora. É diferente de V.Ex^as, que sempre estão aqui e enriquecem o Plenário com debates dessa natureza.

E, para que ficar aqui, por que não colocou o que está na Constituição? Já deveriam estar o Ministério Público, os juízes, desembargadores, já com o que garante a lei, o que a presidente Dilma definiu até 2015.

Mas, aqui no Estado da Bahia, tem de ser “não, vamos segurar porque o Judiciário tem que vir pedir”. O Judiciário tinha é que exigir. Se eu fosse presidente do Tribunal de Justiça, estaria exigindo do governo ou entraria com uma ação contra o governo por improbidade administrativa.

Como não se dá um direito garantido em lei? A própria presidente da República deu. Todos os Estados deram. E o Estado da Bahia não? É esta imaginária dependência que o Executivo quer que tenham todos os órgãos. Está mal acostumado com o Poder Legislativo, que só diz amém. Como foi dito aqui hoje pelo deputado Elmar, parece uma lagartixa, só fica balançando a cabeça para dizer sim.

Há de se externar suas opiniões, como fez muito bem, repito, o deputado Luiz

Augusto, assim como alguns parlamentares que têm feito esses comentários. Temos que parabenizar. Criticar essas posições autoritárias que tem tido o governo do Estado da Bahia, não respeitando nem a Constituição federal. O Judiciário ter que vir aqui pedir para o presidente da Casa para ser votado? Para que está o item na Constituição? Isso não enriquece o Poder Legislativo.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Coloco em votação um requerimento para prorrogar esta sessão por mais 30 minutos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. GABAN:- Agradeço, Sr. Presidente.

Deputado Zé Neto, o que V.Ex^a fala, para nós, da Oposição, não tem nenhum eco. V.Ex^a perdeu a credibilidade.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, é só para esclarecer a V.Ex^a que o deputado Gaban está relatando a matéria e, por isso, tem direito a 40 minutos, segundo o Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Não fique desesperado, deputado Zé Neto. Sabe qual é a credibilidade de V.Ex^a na Oposição? Nenhuma. Deputado Zé Neto, sugiro que ponha bons interlocutores. V.Ex^a tem os deputados Rosemberg, Carlos Brasileiro, Bira, Yulo, Joseildo. Muitos têm credibilidade, e do PT inclusive, que é o partido de V.Ex^a, para discutir, para argumentar e fazer acordo com a Oposição.

Mas o que V.Ex^a fala, para nós, não representa absolutamente nada. V.Ex^a tem tido umas passagens meteóricas aqui pela Assembleia, porque vem e marca a presença. Tomou Doril e sumiu! Não é isso que se espera de um Líder do governo, que deveria estar aqui para dar subsídios, números, para que a Bancada do governo pudesse dialogar conosco, debater de uma maneira democrática. Mas não tem.

V.Ex^a apresenta um número ilusório. V.Ex^a teve a petulância, sem nenhum tipo de ofensa pessoal, de dizer, deputado Zé Neto, que o modelo do Água para Todos vai servir de modelo para o Brasil. E o povo da Bahia morrendo de sede? V.Ex^a diz que é um modelo? O modelo que V.Ex^a diz é o modelo de racionamento para todos, e o Brasil não quer, não.

O que a Bahia quer, o que o Nordeste quer e o que nós defendemos é a transferência de recursos para o Nordeste. O governador que V.Ex^a representa aqui não defende os interesses dos *royalties* do petróleo. O deputado Rosemberg conhece bem essa área. Se hoje nós temos 2,2 milhões de barris diários, para 2020 expectativa é de 4,2 milhões de barris. Se hoje já daria um acréscimo na arrecadação do Estado só com os *royalties* do petróleo, de mais R\$ 700 milhões, imaginem o que a Bahia vai ganhar em torno de 2020! Então é isso, deputado Zé Neto.

Vou, aqui, até acatando uma sugestão... Aí, sim, aí tem credibilidade com a Oposição o deputado Carlos Brasileiro. V. Ex^a tem credibilidade, deputado Carlos Brasileiro, com a Oposição. Já tinha até citado o nome de V. Ex^a.

Vou encerrar o debate, o deputado Zé Neto se ausentou e eu fico mais à vontade para com os demais deputados para relatar o projeto na ausência sempre constante do Líder do governo, o deputado Zé Neto, que sai, mais uma vez, do

Plenário, porque não tem o que argumentar, não tem o que discutir, e falácia dele eu já estou exausto de ouvir.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.168/2013, de autoria do Ministério Público, o qual 'Dispõe sobre o subsídio mensal dos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia, referido no art. 136, I, da Constituição Estadual'.*

Encaminha, à Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, projeto de lei estipulando o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado, “obedecendo ao escopo constitucional de estabelecer uma uniformidade em relação aos subsídios da magistratura estadual, cuja simetria se impõe”, conforme ressalta o Sr. Procurador-Geral no ofício encaminhado esta Casa, no qual registra ainda que “por força de imperativo constitucional, a remuneração dos membros do Judiciário e do Ministério Público deve consistir subsídio fixado em parcela única, consoante disposto na Constituição Federal, no art. 39, § 4º”.

Com a proposta, o MP vem adequar os subsídios dos seus membros aos dispositivos constitucionais, uma vez que “historicamente as remunerações devidas aos membros do Ministério Público baiano sempre acompanharam os estipêndios pagos aos membros da magistratura estadual”, citando mais uma vez o ofício do Sr. Procurador-Geral de Justiça, cabendo ainda ressaltar o disposto no art. 2º do projeto, o qual assegura que as despesas correrão às dotações orçamentárias próprias do MP, respeitado o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Ministério Público.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2013. ”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Em votação o parecer ao Projeto de Lei nº 20.168/2013, no âmbito das Comissões.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Em votação, agora, no painel.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 20.168/2013, de procedência do Ministério Público.

O Sr. Elmar Nascimento: - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição deseja fazer dois registros. Nossa Constituição estabelece como princípio primordial a harmonia e a independência entre os poderes. E, nesse projeto que reajusta os subsídios dos procuradores de Justiça e dos integrantes do Ministério Público, e também do Judiciário, eu faço questão de anunciar que vamos votar daqui a pouco, nós entendemos que a Bahia vai na contramão em relação aos demais Estados. É

desnecessário que no caso do Ministério Público o governador encaminhe um projeto de lei a esta Casa e nós tenhamos que votá-lo. No caso do Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça também encaminha um projeto de lei a esta Casa e nós temos que votar um projeto simples, de reajuste, quando os salários dos representantes do Ministério Público e do Tribunal de Justiça estão vinculados ao teto do Supremo Tribunal Federal.

Portanto o nosso pronunciamento é na direção de que a lei deveria ter sido alterada no sentido de que não se precisasse mais enviar esse tipo de projeto. Esse reajuste deveria ser automático.

Qual o interesse que está por trás disso, deputado? É para que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça tenham que ir ao governador, tenham que vir ao presidente da Assembleia, tenham que vir ao líder do governo pedir pela boa vontade de lhes dar o que eles têm direito, que é o reajuste automático dos seus subsídios.

Portanto, a Oposição vota a favor, mas faz questão de registrar que em função do princípio da harmonia e da independência entre os poderes, nós entendemos que deveríamos aproveitar para modificar a lei, no sentido de que esses reajustes sejam automáticos.

O segundo registro que gostaríamos de fazer aqui, deputado Zé Neto, é de lamentar. Votamos com todo prazer aqui o reajuste dos subsídios da magistratura e do Ministério Público, mas é lamentável, deputado Zé Neto, que no dia 16 de abril, até, hoje, ainda, não chega o projeto de reajuste do funcionalismo público do Estado em nenhum dos poderes, porque, infelizmente, o Tribunal de Justiça que tem um orçamento próprio, também, não encaminha para cá, a Assembleia Legislativa que tem orçamento próprio, o presidente sequer manda corrigir o salário dos servidores do Estado da Bahia.

Todo mundo no aguardo de qual vai ser o reajuste a ser enviado pelo governador, que tem data-base em janeiro, a não ser que não pretenda retroagir. Que técnicos são esses do Estado, deputado Zé Neto, que V.Ex^{as} contrataram que levam quatro meses para calcular qual é o impacto financeiro nas contas do Estado, qual é o reajuste que poderá dar?

Portanto, quando nós votamos um projeto de reajuste e votamos com todo prazer o reajuste dos subsídios do Ministério Público e do Judiciário, também, lamentamos que, infelizmente, a classe mais pobre do funcionalismo, dos três poderes, ainda não puderam ter o seu reajuste aprovado, graças a inércia deste governo.

Quero crer, meu caro líder, que este governo vai vir semana que vem com essa proposta de reajuste, que não seja ideal, mas não é possível que não se chegue a um número. Que técnicos são esses? O governador é quem não quer, é falta de vontade política, porque se tivesse vontade política, deputado Gaban, chamava os técnicos da secretaria de planejamento, calculem a inflação para no mínimo reparar o poder de compra que foi perdido no ano passado. Vem o mês de janeiro, fevereiro, março, já se vai abril, estamos indo para maio, os servidores perdendo, porque não têm recomposto o seu poder de compra e o governo é incapaz de apresentar um número.

Não estou aqui desejando que o governador comprometa suas finanças e não tenha condição de apresentar um aumento muito acima da inflação, um ganho real muito acima, mas apresente um número, essa inércia é que não pode ser, porque essa

é que prejudica.

Portanto, nosso encaminhamento é no sentido de votar favoravelmente à aprovação desse projeto que assinamos pela dispensa de formalidades junto com o líder do governo, mas, repito, primeiro, no sentido de que é lamentável que o governo do PT e a presidência da Assembleia que está envolvida nisso, também, queira submeter o Judiciário e o Ministério Público a estarem sempre agachados, precisando votar projetos aqui para reajustar seus subsídios, que deveriam ser automáticos como é em todos os estados da federação. E lamentar mais ainda que até 16 de abril de 2013 não se chegou ainda a proposta de aumento dos funcionários dos três poderes por conta da inércia do governo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para encaminhar o nobre deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, fui deputado de Oposição nesta Casa e jamais tivemos condição de alterar uma letra, não é isso, deputado Yulo? Em qualquer dos projetos que eram encaminhados para esta Casa.

Era tão acintoso, que se tivesse um erro de português, quem corrigia era na secretaria da Mesa, na hora do autógrafo, mas não era concebível que um deputado de Oposição fizesse qualquer correção.

Temos conversado com a Oposição, e vamos continuar conversando. O deputado Elmar sabe do respeito que tenho por ele, respeitando os limites, claro, das diferenças ideológicas muito claras entre nós.

Mas ouvi há pouco o deputado Gaban. E em vez dele fazer a leitura de um acerto tranquilo, de um acordo tranquilo elaborado por nós, e proposto por mim, para que ele fosse o relator de um projeto – em minha opinião, muito importante para os Poderes deste Estado, especialmente, no caso, para o Ministério Público – percebi o quanto ainda estamos precisando ver claramente, por parte da Oposição, algumas atitudes que levem esta Casa ao amadurecimento que ela merece.

E digo mais! Há pouco, falando aqui, o deputado Elmar, que só recorda disso agora, propôs que a lei faça com que os reajustes sejam automáticos. Tanto tempo passaram no poder e não fizeram isso!

Outra situação interessantíssima, deputado Elmar, é com relação ao funcionalismo público deste Estado. V.Ex^{as} estão esquecendo, mas muito esquecidos estão, da situação dos funcionários públicos no passado, e que agora estamos a viver.

Vinte e seis estados estão, até agora, sem definição sobre qual será o caminho em relação aos aumentos lineares. Uma parte dos estados brasileiros não tem aumento linear. E nós temos a tranquila convicção de que, neste momento, 92 categorias que não tinham qualquer impulsão de carreira têm normas de carreira, regimentos internos, plano de carreira e outros normativos que facilitam, viabilizam e constroem uma nova dimensão, uma nova direção para o funcionalismo público do nosso Estado.

Quem menos recebeu reajuste salarial neste Estado nos últimos 6 anos teve 29% de reajuste sobre seus vencimentos de 2006 para cá. A categoria dos professores obteve 6,4% durante o governo de V.Ex^{as}. Neste governo, agora em abril, vamos chegar a 54,6%, ou seja, oito vezes mais.

Policiais militares, depois de uma greve dura também no governo de V.Ex^{as}, tiveram reajuste, em 8 anos, de 20,1%. O nosso reajuste já vai em 100,4%.

Na saúde, aí é que vamos fazer a comparação. V.Ex^{as} deixaram os médicos deste Estado com o 25º lugar no *ranking* brasileiro dos salários da categoria. Hoje, estão entre os melhores salários do Brasil e já receberam, pelo menos, 250%. É o que vamos alcançar, até maio, nos reajustes sobre os vencimentos que encontramos em 2006. Não é diferente com a Polícia Civil e nem com diversas outras categorias.

Temos, sim, o compromisso de trazer a esta Casa um aumento linear. Temos mais ainda o compromisso de fazê-lo cumprindo os nossos objetivos fiscais com a responsabilidade que norteou esse governo. A orientação é, sim, para que tenhamos, cada dia mais, condição de enfrentar o dia a dia de cabeça erguida.

E encerro lembrando que o mesmo Poder Judiciário de que V.Ex^a há pouco falou foi o que nós encontramos com 3,4 de repasse do Estado. Hoje, está em 5,41 e no ano passado foi 5,7.

É bom lembrar a V.Ex^a que o nosso caminhar está, cada dia mais, mais seguro e tranquilo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Em votação o Projeto de Lei nº 20.168/2013, de autoria do Ministério Público.

Os Srs. Deputados que o aprovam...

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pela ordem o nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, proceda a abertura do painel.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a fizesse o prazo regimental, de 25 minutos, e convocasse todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho e nos gabinetes para que possamos votar esse projeto do Ministério Público. Na realidade, é um projeto de interesse do Estado da Bahia, dos diversos deputados aqui, então vamos votar por consenso, não faz sentido esse debate aqui, porque acaba perdendo conteúdo. O que importa é que a gente vai votar, realmente, para que os servidores do Estado possam ter uma remuneração digna, concreta. E, sem dúvida alguma, ainda esse mês estaremos aqui debatendo todos os outros reajustes dos diversos servidores. Essa é a vontade do governador Jaques Wagner, e tenho convicção que faremos isso rapidamente aqui.

Vinte e cinco minutos, Sr. Presidente, por gentileza.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a também será atendido.

Zere o painel. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum de votação. Marquem as presenças. (Pausa).

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Zere o painel.

Em votação no painel.

O deputado Zé Neto recomenda o voto SIM. O deputado Elmar Nascimento também recomenda o voto SIM. (Pausa)

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Abstenção – Zero;

NÃO – Zero;

SIM – 48.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Aprovado o Projeto de Lei nº 20.168.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Lembramos que esse projeto será votado em segundo turno, em sessão extraordinária que será convocada após o término desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Em discussão o Projeto de Lei nº 20.169/13.

Convido para relatar a matéria o Líder da Bancada do PSD nesta Casa Legislativa nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, acredito que todos os colegas desta Casa gostariam de já estar votando o aumento dos servidores, mas eu não diria que é inércia do governo, diria que é responsabilidade. Tenho certeza de que o governador Jaques Wagner, bem como os seus secretários, gostariam de já tê-lo enviado para esta Casa. Porém, ainda há estudos sobre o limite prudencial para que não façamos isso de forma irresponsável e não inerte como já foi dito aqui anteriormente.

Bem, Sr. Presidente, passo a dar o parecer conjunto (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao projeto de lei nº 20.169/2013, de autoria do Poder Judiciário, o qual 'Dispõe sobre o subsídio dos Desembargadores do Poder Judiciário do Estado da Bahia'.*

Encaminha, à Assembleia Legislativa, o Exm^o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, projeto de lei dispondo sobre os subsídios dos membros do Poder Judiciário, compatibilizando-os aos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A proposição visa, conforme registra o Presidente do Poder Judiciário no ofício encaminhado a esta Casa, 'adequar o subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia aos novos valores estabelecidos para os Ministros do Supremo Tribunal Federal pela Lei nº 12.770, de 28 de dezembro de 2012', ressaltando ainda Sua Excelência que o projeto 'já fixa o subsídio para os anos de 2014 e 2015, sempre com a ressalva de que as despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias do Poder Judiciário, observando-se as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.'

Trata-se, portanto, de uma proposta voltada para adequar a remuneração dos Desembargadores baianos à regra constitucional que dispõe sobre a remuneração da magistratura brasileira.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, cabe-me apresentar, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator: O art. 3º do Projeto de Lei nº 20.169/2013 passa a ter a seguinte redação:

'Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações

orçamentárias próprias do Poder Judiciário, respeitado o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.'

Justificativa: *A emenda vem alterar a redação do art. 3º do projeto com o intuito de aperfeiçoar o texto legal, dando uma nova redação, prevendo que os recursos orçamentários para adimplir com as despesas decorrentes da lei serão os consignados ao Poder Judiciário, órgão com autonomia administrativa e financeira.*

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2013."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer do nobre deputado Alan Sanches. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no Plenário, o Projeto de Lei nº 20.169/2013 de procedência do Tribunal de Justiça.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 20.169/2013

Dispõe sobre o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O subsídio mensal de Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, referido no art.115 da Constituição Estadual, será de:

I - R\$ 25.323,51 (vinte e cinco mil trezentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 2013;

II - R\$ 26.589,68 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), a partir de 1º de janeiro de 2014; e

III - R\$ 27.919,34 (vinte e sete mil novecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos), a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º - O subsídio fixado no art. 1º desta Lei é extensivo aos magistrados aposentados e pensionistas.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário, respeitado o limite prudencial da Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2013.

Deputado ALAN SANCHES
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento desta para apreciar os projetos em segundo turno.

Declaro encerrada a presente sessão ordinária.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*